

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO  
ALEGRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOLOGIA E SAÚDE**



**Vanessa Russi Fiorini**

**Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo sobre violência interpessoal, transgeracionalidade e redes sociais pessoais.**

Porto Alegre, outubro de 2020

**Vanessa Russi Fiorini**

**Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo sobre violência interpessoal, transgeracionalidade e redes sociais pessoais.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dra. Mariana Gonçalves Boeckel

Porto Alegre

2020

**Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica: um estudo sobre violência interpessoal, transgeracionalidade e redes sociais pessoais.**

**BANCA AVALIADORA**

---

Dra. Denise Falcke

Departamento de Pós-Graduação em Psicologia  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Dra. Lilian Rodrigues da Cruz

Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Dra. Luciana Suárez Grzybowski

Departamento de Psicologia  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Porto Alegre

2020

**Às mulheres, que lutam e resistem, apesar  
de tudo.**

## AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, às mulheres participantes dessa pesquisa, por me permitirem conhecer suas histórias, dividindo seus cotidianos, vivências e dores comigo, não só ao longo das entrevistas desse estudo, mas em nossos acompanhamentos no Trabalho Social com Famílias. Ao meu trabalho como psicóloga, que me permite conhecer – sujeitos, histórias, sonhos e pesares – e buscar formas de construção que possam significar e ressignificar. Às minhas colegas do CRAS que dividem comigo as angústias e alegrias do nosso fazer. Aos meus estagiários do Programa Criança Feliz/PIM, pela vitalidade e pela alegria que me proporcionam em nossas trocas diárias.

Aos meus pais, Valmir e Simone, pela confiança que depositam – e sempre depositaram em mim – e por terem valorizado o estudo nessa jornada de vida, me permitindo conhecer e me reconhecer para poder olhar para o mundo. Ao meu companheiro Pedro, pelos abraços e pelo suporte nos dias de desânimo. À minha amiga Clara, por ter sido incansável na correção e nas sugestões que deu a esse trabalho, sempre de forma afetiva.

À minha orientadora Mariana, por sua generosidade em dividir seus conhecimentos e por tê-los multiplicado comigo nessa construção que foi nossa. Tenho orgulho do caminho que trilhamos da graduação até aqui e desejo que sigamos assim, sedentas de conhecimento, nessa jornada da pesquisa e do estudo. À minha colega Carolina, que dividiu essa tarefa de ser mestranda comigo, obrigada pelos perrengues que passamos e pelos colos que demos uma à outra.

À banca avaliadora, professoras Denise, Lilian e Luciana, agradeço de antemão pela atenção que dedicaram ao meu trabalho, e pela disponibilidade de se fazerem presentes em um momento tão especial. Todas vocês contribuíram de alguma forma muito importante na minha formação: prof. Denise por suas contribuições desde a banca do meu TCC e por seus conhecimentos sobre violência que tanto agregaram a este trabalho e ao meu fazer. À prof. Luciana, com quem ingressei no mundo da pesquisa e que me ensinou muito sobre esse mundo. À prof. Lilian por seu trabalho dedicado às políticas públicas, em especial à assistência social, quem me possibilitou um norte quando em abril de 2018 passei a trabalhar em um CRAS.

À todos e a todas que de alguma forma fazem parte da minha trajetória de vida e que compõem um pedaço dessa história: obrigada.

## APRESENTAÇÃO

Quando, em meados de 2018, decidi que desejava fazer do mestrado um novo desafio, não imaginava as andanças que me esperavam pelo caminho. À época, recém investida no cargo de Psicóloga na Prefeitura Municipal de Guaíba, havia terminado a graduação há pouco mais de seis meses. Sentia o peso do mundo sobre mim, mas também a liberdade de decidir aceitar tantos desafios quantos fossem possíveis.

Com 17 anos ingressei na faculdade e iniciei minha caminhada na pesquisa com a história das subjetividades femininas: gestantes, puérperas, mães recém-formadas, que eram acompanhadas em pré-natal em unidades de saúde periféricas de Porto Alegre. Devo muito do que sou hoje àquela época, àquelas histórias, àquelas mulheres. Elas me ensinaram que havia muito mais, para além do mundo de classe média, que eu conhecia até então. Subjetividades fortes e a necessidade de lutar no dia-a-dia para a garantia do próximo, eram marcas que eu começava a me habituar a ver.

Nas escolhas de estágios e, posteriormente, no tema de meu trabalho de conclusão de curso, um desafio se colocou: estudar a violência interpessoal – tema que me chamou a atenção em meu primeiro estágio profissional – sua ocorrência e suas marcas visíveis e invisíveis em pacientes de um hospital de trauma. Ficou claro ali, que o trauma está para além do físico, mas que ainda existe uma grande dificuldade em reconhecer essas outras cicatrizes deixadas pelo fenômeno violento.

Quando escolhi, junto com minha orientadora, estudar a história familiar, de violência interpessoal e as redes sociais significativas de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, não imaginava, nem de longe, a realidade que se apresentaria. Mesmo que, em meu trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), acompanhe suas vivências, a riqueza dos detalhes que o desenho da família e que as perguntas sobre o tema captam, não são mensuráveis no dia-a-dia. Talvez, porque, diante das (tantas) misérias que se colocam, essas passem despercebidas, se não destinarmos um tempo para pensar sobre elas, buscando evitar sua (re)produção.

Neste caminho, o tema dessa dissertação surge, possibilitando o olhar para as vulnerabilidades e violências, que são muitas vezes invisibilizadas. Para melhor organização da leitura, cabe explicar que essa dissertação se organizou em oito seções: introdução à dissertação, revisão de literatura da dissertação, objetivos artigo 1, artigo 2, conclusões gerais da dissertação, apêndices – com observância ao de letra “E”, que contém os genogramas das famílias pesquisadas – e anexos. Finalizo minha apresentação com uma frase de Carolina Maria de Jesus, a quem devo muito, por seus escritos, sua inteligência, sua resiliência e sua persistência – quase insistência – em seguir. Agradeço a todas Carolina(s) que de algum modo compuseram esse trabalho, e que insistem na vida mesmo diante de tantas adversidades: “Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.”

*“Há existir alguém que, lendo o que eu escrevo dirá...  
Isso é mentira!  
Mas as misérias são reais”  
Carolina Maria de Jesus*

## RESUMO

A vulnerabilidade é um conceito complexo, que transcende as ausências de renda e bens, estando materializado em outros tantos aspectos da vida: fragilização dos vínculos – familiares, comunitários e sociais, dificuldade de acesso a direitos, serviços, inserção formal no mercado de trabalho, entre outros. Nesse sentido, a vulnerabilidade e a violência vivem uma situação de retroalimentação, na qual uma se torna fator de risco para a outra e vice-versa. Apesar da violência ocorrer em todas as camadas sociais, sabe-se que a vulnerabilidade incrementa as possibilidades de vivenciar a violência em suas diferentes apresentações (intrafamiliar, extrafamiliar, comunitária), especialmente quando se coloca um risco social (desemprego, ausência de políticas públicas efetivas, tráfico de drogas, etc.). As mulheres, por serem um grupo minoritário e inserido em uma sociedade machista patriarcal, se veem em situação de maior risco, especialmente no que concerne às violências que ocorrem dentro de casa – sejam elas conjugal, sexual ou doméstica – e muitas vezes se perpetuam ao longo das gerações, sendo uma história comum entre os membros daquela família. Em algumas circunstâncias, as mulheres se veem amparadas por redes – sejam elas formais ou informais, compostas por instituições ou pessoas, próximas ou distantes. Nesse sentido, este trabalho objetivou conhecer as famílias das mulheres em situação de vulnerabilidade e suas histórias de vivência de violência ao longo das gerações. Ademais, a percepção de suporte recebido por elas foi investigada por meio da teoria de Redes Sociais Pessoais de Sluzki. Com metodologia qualitativa de estudo de casos múltiplos e caráter transversal, este estudo entrevistou nove mulheres atendidas em Centros de Referência de Assistência Social de uma cidade da região metropolitana de uma capital do Sul do Brasil. Os resultados foram analisados, a partir da triangulação de dados e síntese dos casos cruzados, provenientes dos mapas de Redes Sociais Pessoais das participantes, genograma e entrevista aplicada a ele, buscando conhecer as vivências atuais e transgeracionais de violência. Os achados dessa pesquisa estão relatados nos artigos 1 e 2, que compõem essa dissertação. As análises sugerem que são muitas e diversas as situações vivenciadas por estas mulheres e suas famílias, inscrevendo-se do micro ao macrosistema, contando histórias transgeracionais do fenômeno. No entanto, as violências de caráter intrafamiliar e, especialmente as conjugais, despontaram como as principais ocorrências. As extrafamiliares apareceram de diferentes formas, mas as repercussões do tráfico de drogas foram visíveis nos núcleos familiares. Despontaram ainda nos resultados as faltas vividas nos campos econômico, afetivo e relacional, especialmente no que concerne ao campo laboral formal. O CRAS foi descrito como fonte de acesso a novos contatos e importante fonte de ajuda material e serviços. A Rede Social Pessoal das entrevistadas demonstrou dificuldades em fornecer suporte adequado nas vivências de violência e, quando houve suporte, este veio do contexto não atingido por esta; ou seja, quando a violência foi intrafamiliar, o suporte percebido foi extrafamiliar e vice-versa. Demonstrou-se, diante deste suporte não eficaz, a necessidade de implementação de políticas que favoreçam o incremento e qualificação dessas redes e proteções. Ademais, cabe ressaltar a importância de pensarmos em possibilidades efetivas de prevenção da violência – especialmente àquela transgeracional – possibilitando novos sonhos e novos cotidianos.

Palavras-chave: Mulheres; Vulnerabilidade; Violência; Relações Familiares; Redes Sociais Pessoais; Assistência Social.

## ABSTRACT

Vulnerability is a complex concept, which transcends the absence of income and assets, being materialized in so many other aspects of life: weakening ties - family, community and social, difficulty in accessing rights, services, formal insert in the labor market, among others. In this sense, vulnerability and violence experience a situation of feedback, in which one becomes a risk factor for the other and vice versa. Despite violence occurs in all social strata, it is known that vulnerability increases the possibilities of experiencing violence in its different presentations (intrafamily, extra family, community), especially when there is a social risk (unemployment, absence of effective public policies, drug traffic, etcetera.). Women, being a minority group and inserted in a patriarchal sexist society, find themselves at increased risk, especially regarding the violence that occurs within the home - conjugal, sexual or domestic - and they are often perpetuated by across generations, being a common story among members of that family. In some circumstances women find themselves supported by networks - formal or informal, composed of institutions or people, close or distant. Thusly, this study aimed to know the families of women in situations of vulnerability and their stories of experiencing violence over the generations. Furthermore, the perception of support received by them was investigated through Sluzki's theory of Personal Social Networks. With a qualitative methodology for a study of multiple cases and a cross-sectional character, this study interviewed nine women assisted in public local social service units in a city of a metropolitan region of a capital of southern Brazil. The results were analyzed, based on data triangulation and synthesis of crossed cases, coming from the participants' Personal Social Network maps, genogram and interview applied to it, with main themes of current and transgenerational experiences of violence. The findings of this research are reported in articles 1 and 2, which make up this dissertation. The analyzes suggest that there are many and diverse situations experienced by these women and their families, registering themselves from the micro to the macrosystem, telling transgenerational stories of the phenomenon. However, intrafamily violence and, especially marital violence, emerged as the main occurrences. Extra-family violence appeared in different ways, but the repercussions of drug trafficking were visible in families. Also emerged the shortcomings experienced in the economic, affective and relational fields, especially with regard to the formal labor field. The public local social service unit has been described as a source of access to new contacts and an important source of material help and services. The interviewees' Personal Social Network demonstrated difficulties in providing adequate support in the experiences of violence and, when there was support, it came from the context not reached by it; that is, when the violence was intra-family, the perceived support was extra-family and vice versa. Considering this ineffective support, emerge the importance regarding the implement policies that favor the increase and qualification of these networks and protections. Furthermore, it is worth emphasizing the importance of thinking about effective possibilities for preventing violence - especially the transgenerational one - enabling new dreams and new daily lives.

Key words: Women, Family, Vulnerability; Violence; Family Relations; Personal Social Network; Social Work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Redes Sociais Pessoais .....	69
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos ... ..	66
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira da Assistência
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RSP	Redes Sociais Pessoais
RSS	Redes Sociais Significativas
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
VDS	Violência Doméstica Sexual
WHO	World Health Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>8</b>
<b>3 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>9</b>
<b>4 ARTIGO 1</b> .....	<b>11</b>
RESUMO .....	12
INTRODUÇÃO .....	138
MÉTODO .....	150
RESULTADOS .....	1833
DISCUSSÃO .....	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	394
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	416
<b>5 ARTIGO 2</b> .....	<b>10</b>
RESUMO .....	21
INTRODUÇÃO .....	43
MÉTODO .....	65
RESULTADOS .....	69
DISCUSSÃO .....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	210
<b>6 CONCLUSÃO GERAL</b> .....	<b>15</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>37</b>
<b>APÊNDICE A – Ficha de dados sociodemográficos</b> .....	<b>37</b>
<b>APÊNDICE B – Questionário Aplicado ao Genograma Familiar</b> .....	<b>85</b>
<b>APÊNDICE C – Mapa de Redes Sociais Pessoais</b> .....	<b>60</b>
<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>115</b>
<b>APÊNDICE E – GENOGRAMAS FAMILIARES</b> .....	<b>126</b>
Família 1: Aline .....	126
Família 2: Shena .....	137
Família 3: Sônia .....	98
Família 4: Denise .....	99
Família 5: Caren .....	160
Família 6: Diana .....	171
Família 7: Camila .....	182
Família 8: Antônia .....	193
Família 9: Fábria .....	204

<b>ANEXOS.....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXO A – Normas do Periódico Psicologia: Teoria e Pesquisa .....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO B – Normas do Periódico Estudos e Pesquisas em Psicologia .....</b>	<b>2509</b>
<b>ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP .....</b>	<b>315</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão mais sujeitas a uma fragilização de suas relações, tendo, ademais, dificuldades de acessar políticas públicas (Brasil, 2004) o que, muitas vezes, acarreta na ocorrência de fenômenos violentos. Quando se fala em violência interpessoal, pode-se dizer que a intensidade de seu impacto na vida das pessoas está relacionada às características mais comuns em indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (nutrição deficitária, traumas prévios e abuso na infância) e às características da agressão (intensidade, duração e natureza) (Miranda et al, 2010). Para Sluzki (1997), a experiência social de vulnerabilidade coloca as pessoas em uma posição de menor saber, visto que muitas vezes estas precisam contar com instituições para prover condições básicas, e estas instituições acabam por exercer poder sobre elas. Nesse sentido, este trabalho se propõe não somente a conhecer o fenômeno da violência, ou violências interpessoais, em suas múltiplas facetas, mas sim a compreender as interações entre esse fenômeno e as Redes Sociais Pessoais (RSP) (Sluzki, 1997) de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde uma perspectiva transgeracional da vivência do(s) acontecimento(s) violento(s). O estudo foi realizado com mulheres, pois estas são as principais pessoas a acessarem serviços públicos, neste em específico, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A relevância deste trabalho é justamente poder compreender de que modo se apresentam as Redes Sociais Pessoais dessas mulheres, em termos de estrutura, função e qualidade do vínculo, entendendo se esta pode ou não ser protetiva no acometimento de violência interpessoal na história atual das participantes— à luz de uma compreensão sistêmico-relacional do fenômeno. A partir destes achados, intenciona-se fomentar estratégias de fortalecimento das RSP e de prevenção de fenômenos violentos a partir do principal serviço do CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Compreender as fragilidades familiares é primordial para trabalhar no desenvolvimento da função protetiva das famílias, a partir do fortalecimento de seus vínculos (Brasil, 2014). Como já referido, tratando-se do tema Redes Sociais Pessoais e violência, foi encontrado somente o estudo de Krenkel, Moré e Motta (2015), que versa sobre as RSP de mulheres que residiam em abrigos de proteção à violência conjugal. Assim, o presente estudo se justifica também por seu caráter inovador, contribuindo para a compreensão dos fenômenos acima descritos na realidade brasileira. Deste modo, esta pesquisa se propõe a responder: quais são as experiências de violência interpessoal transgeracionais e atuais e as características da rede social pessoal de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em CRAS?

## 2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o processo constituinte dos anos 80, e a conseqüente redemocratização advinda da Constituição Federal de 1988 (Constituição, 1988), ensaiou-se um projeto de bem-estar social a partir da garantia de direitos (Carmo & Guizardi, 2018). Para Carmo e Guizardi (2018), tal garantia de direitos de cidadania à população se baseia, essencialmente, no chamado tripé da seguridade social: Previdência Social (restrita aos trabalhadores contribuintes do sistema previdenciário), Saúde e Assistência Social (que não estão vinculadas à uma contribuição direta da população que as utiliza). Assim, inicia-se um processo no qual a população que não está economicamente ativa, também, possui o direito ao acesso às políticas públicas ofertadas pelo Estado.

Neste ínterim, deve-se compreender que o conceito de vulnerabilidade não está condicionado somente à ausência ou insuficiência econômica, mas também permeia a fragilização de vínculos afetivos e relacionais, bem como a dificuldade de acesso às políticas públicas e bens ofertados pelo Estado (Brasil, 2004). Tal definição, ao mesmo tempo que está atrelada à noção de risco, também imprime o entendimento deste conceito por organismos internacionais e correntes neoliberais, que acabam por focalizar na parcela mais pobre da população, de modo a imprimir nesta pressupostos individualizantes e culpabilizadores (Janczura, 2012; Carmo & Guizardi, 2018).

A assistência social, em seu surgimento, estava vinculada essencialmente a ações de primeiro-damismo e à Legião Brasileira da Assistência (LBA), com caráter assistencialista e filantrópico, em detrimento de uma política pública constituída (Barros & Silva, 2015). Buscando a consolidação da assistência como direito universal, a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) surge com o intuito de redesenhar a política de assistência, buscando a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este é um sistema público, que organiza os serviços socioassistenciais de forma descentralizada, e está materializado em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Brasil, 2004). É na Proteção Social Básica que se encontra o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem como principal instrumento de trabalho o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Com caráter continuado, o PAIF busca fortalecer a função protetiva das famílias e das comunidades, prevenir a ruptura de vínculos e promover o acesso a direitos, bem como a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2014).

As ações que buscam o fortalecimento de vínculos, também visam o fortalecimento da cultura do diálogo, do combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (Brasil, 2014). Cabe destacar que a proteção e o processo de autonomia da população devem ser pensados a partir da lógica da heterogeneidade, com cautela para que definições estigmatizantes não acabem por agravar

ainda mais as desigualdades sociais vivenciadas, evitando a vivência de situações violentas e possíveis revitimizações, tais como a criminalização da pobreza (Battistelli, Rodrigues e Cruz, 2018). A violência é um tema de relevância mundial, social e de saúde pública (World Health Organization [WHO], 2002). Pode ser melhor definida como: uso realizado de maneira intencional de força física ou poder, podendo dar-se por meio de ameaça ou de forma concreta, contra si ou contra um grupo ou comunidade, tendo alta probabilidade de resultar ou resultando em lesão, dano psicológico, morte, prejuízo no desenvolvimento ou privação (WHO, 1996). Partindo desta perspectiva, o presente estudo norteará sua compreensão do fenômeno violência a partir do subtipo interpessoal. A violência interpessoal é aquela que ocorre entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos (WHO, 2014), dividindo-se entre dois subtipos que referenciam aqueles que a perpetram, sendo estes: intrafamiliar/de parceiros íntimos e comunitária. Quando envolve o contexto intrafamiliar ou ocorre entre parceiros íntimos, está relacionada à violência instaurada entre membros da família ou companheiros sentimentais, e acontece, geralmente, no ambiente doméstico, apesar de não se limitar a este lugar (WHO, 2002). Já a violência comunitária/extrafamiliar, é aquela que ocorre no meio social em si, podendo ser realizada por conhecidos ou desconhecidos. É praticada por meio de agressão, acarretando em atentado à pessoa ou aos seus bens. (WHO, 2002).

Pode-se perceber, a partir dos estudos sobre o tema violência, que seus impactos e os custos gerados em termos de dor e sofrimento humano são incalculáveis (Dahlberg & Krug, 2006), mas que suas reverberações na saúde pública são visíveis, devendo essa apontar para estratégias de prevenção. Para Almeida (2015), a violência interpessoal culmina em graves consequências na vida de suas vítimas, causando um reordenamento social. Tais impactos não se apresentam somente em forma de dados estatísticos, mas também se refletem na necessidade de reorganização da comunidade. Em um estudo transversal, de caráter quantitativo, realizado em uma capital brasileira, que abordou os impactos da violência conjugal na saúde da mulher (Miranda, Paula & Bordin, 2010), percebeu-se que o número de mulheres que julgaram necessitar de cuidados médicos (38,7% da amostra) foi muito superior em comparação a um estudo semelhante realizado no Canadá (10% da amostra). Fatores tais como intensidade do impacto da violência estão diretamente relacionados ao menor nível socioeconômico (nutrição deficitária, traumas prévios e abuso na infância) e às características da agressão (intensidade, duração e natureza) (Miranda et al, 2010). Permeada por tabus e silêncios relacionados à natureza de nossa sociedade, a violência conjugal tem-se mostrado de difícil revelação, o que dificulta, inclusive, seu processo de pesquisa (Morin & Lisboa, 2007). Para as autoras, tratar de interditos requer um olhar atento e preparado do pesquisador, ainda mais quando o tema em questão se situa no âmbito da vida privada e das relações familiares. O entendimento desse complexo fenômeno, perpassa pela necessidade de se considerar diversos fatores, entre eles: pobreza, violência, gênero, classe social, nível de escolaridade e

status ocupacional das mulheres vitimadas, investigando a violência conjugal de modo crítico, científico e complexo (Narvaz & Koller, 2006).

Beeble, Bybee, Sullivan e Adams (2009), em um estudo com mulheres vítimas de violência conjugal, descobriram que violências físicas e psicológicas estavam relacionadas à depressão. Já o impacto na qualidade de vida e índices de depressão estavam primariamente relacionados a extensão do abuso psicológico vivenciado ao longo do tempo, impacto não encontrado quando os índices foram comparados à violência física. O suporte social, neste estudo, demonstrou ser um fator protetivo: as mulheres com maior suporte social apresentaram menores níveis de depressão no patamar inicial, e maior redução dos índices ao longo do tempo, além de níveis mais altos de qualidade de vida (Beeble, Bybee, Sullivan & Adams, 2009). O estudo demonstrou, deste modo, que redes de suporte são necessárias como apoio emocional e assistência em períodos de crise. Boeckel, Blasco-Ros, Grasi-Oliveira e Martínez (2014), por sua vez, em um estudo de caso- controle, com mulheres expostas e não-expostas a violência por parceiro íntimo, encontraram que a incidência de violência por parceiro íntimo aumenta os riscos para perpetração de abuso infantil pelo parceiro violento. Outro achado importante do estudo foi a correlação entre saúde mental e capacidade protetiva das mães; aquelas com sintomas mais graves de depressão e transtorno do estresse pós-traumático, tiveram sua capacidade de proteção reduzida e apresentaram níveis mais altos de estilos parentais disfuncionais (Boeckel et al, 2014).

Pensando-se nos impactos da violência expostos no estudo de Boeckel et al (2014), é necessário lançar um olhar para a transgeracionalidade do fenômeno violento, visto que condutas provenientes de gerações passadas podem ser transmitidas para as gerações subsequentes, especialmente pelo fator de aprendizagem social (Heise, 1998). Devemos, ainda, atentar-nos para os episódios violentos intrageracionais, especialmente aqueles vivenciados na infância, pois estes podem ser tão maleficientes quanto as experiências intergeracionais (Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida & DeSouza, 2009). Pensar a violência sendo passada entre geração, convoca tecer reflexões a respeito da força transgeracional da violência interpessoal, sendo esse um legado de difícil superação sem o apoio de outros agentes do contexto no qual as famílias se desenvolvem.

Em um estudo longitudinal, que acompanhou uma amostra de 1000 homens e mulheres dos 14 anos à adulez, Smith, Ireland, Park, Elwyin e Thornberry (2011) investigaram a transmissão intergeracional da violência conjugal de adolescentes expostos ao fenômeno, utilizando a Conflict Tactics Scale (CTS). Percebeu-se que houve continuidade intergeracional da violência doméstica em adultos previamente expostos a ela, durante sua adolescência, a partir de seus cuidadores. As idades investigadas foram, de 21 a 23 anos (jovens adultos) e de 24 a 31 anos (adultos); na primeira, a exposição a situações violentas se mostrou mais influente, contribuindo para sua reprodução seja como perpetrador, vítima ou ambos. Apesar disso, na

adulthood propriamente dita (24-31), a violência entre parceiros se viu influenciada por vivências violentas anteriores na jovem vida adulta. São fatores de risco para essa continuidade intergeracional tanto a vivência no início da adultez quando o presenciamento, de modo severo e continuado, desse tipo de violência na adolescência (Smith et al., 2011).

Pensando no exposto acima percebe-se o quanto a vivência de uma experiência violenta ao longo do ciclo de vida pode levar à sua reprodução nas relações familiares ou comunitárias. A transgeracionalidade ocorre e se atualiza na vivência de situações ocorridas em outras gerações que são revividas na atual por não terem espaços e destinos saudáveis psicologicamente. O fato da violência não ter podido ser significada em outra geração faz com que ela siga acontecendo, o que pode indicar para a ausência de políticas públicas de atendimento que atuem preventivamente para permitir a interrupção destes ciclos transgeracionais, estabelecendo modelos relacionais mais saudáveis (Colossi, Marasca e Falcke, 2015).

Tomando-se por base o ambiente no qual a violência interpessoal manifesta-se, ao compreender tal fenômeno a partir da perspectiva proposta por Bronfenbrenner (1996), cabe considerar a ideia de que o contexto transcende o entendimento de ambiente. Deste modo, incluem-se as dinâmicas e distintas formas de relações entre todos os elementos envolvidos, para além do contexto isoladamente. Deste modo, é possível que, se este fenômeno fosse estudado em outro contexto, gerasse resultados diferentes, pois o ambiente irá influenciar nas relações e no modo de se ver o mundo, com um peso muito maior do que geralmente atribuímos ao contexto/ambiente. É a partir desse entendimento, ou seja, dessa visão de mundo, que irrompe a necessidade de ampliação do olhar, buscando não mais classificações precisas e sim a ideia de um pensamento integrador, que busque promover uma articulação, e não segregar ou eliminar as diferenças (Vasconcellos, 2008). A ideia de que o sistema é simultaneamente “mais do que a soma de suas partes” e “menos do que a soma de suas partes”, ou seja, é muito além da soma ou da subtração das suas partes, nos faz compreender a influência exercida pelas relações que se estabelecem. Ao mesmo tempo em que no sistema emergem qualidades que não existiriam fora dele, também esta organização implica na inibição de qualidades próprias as partes, quando analisadas separadamente (Vasconcellos, 2008).

A partir da perspectiva de que estas relações se constituem e possuem influência no modo como esse indivíduo interage, desde suas reverberações em seu modo de viver, nos deparamos com a proposta de Sluzki (1997), com os conceitos de “rede social pessoal” ou “rede social significativa”. O autor o fez à luz da ideia de estrutura social, que se revelava crítica para o entendimento dos processos de integração psicossocial, entendendo-os tanto como possíveis fontes de saúde ou doença. Compreende-se por rede social pessoal, tanto a micro rede social pessoal, quanto a rede macro, que faz referência a conceitos mais amplos, como os de sociedade, espécie e ecologia – e que, de certo modo, repercute em nosso universo relacional, através de suas idiosincrasias, política, economia e religiões, por exemplo.

Como instrumento de síntese do conceito, Sluzki trabalha com o registro do “mapa mínimo” de pessoas que interagem com determinado indivíduo, para o qual se faz necessária a sistematização em quatro quadrantes, sendo eles: amizades, família, relações de trabalho ou estudo e relações comunitárias, de serviço ou de credo (Sluzki, 1997). Esses quadrantes são distribuídos em três círculos concêntricos, circunscrevendo: um círculo interno de relações íntimas, um círculo intermediário de relações pessoais com menor grau de compromisso e um círculo externo de conhecimentos e relações ocasionais. Ou seja, quanto mais distante do centro do círculo aquela pessoa ou serviço estiver localizada, menor será o grau de compromisso/influência direta na vida da pessoa que está construindo o mapa. Ainda são consideradas, para a avaliação da rede, suas características estruturais (tamanho, densidade, composição, dispersão, homogeneidade/heterogeneidade e tipo de funções), as funções da rede (intercâmbio interpessoal predominante entre os membros da rede, por exemplo: companhia social, apoio emocional, regulação social, ajuda material e de serviços, etc.) e os atributos do vínculo (função predominante, multidimensionalidade, reciprocidade, intensidade/compromisso, frequência dos contatos e história) (Sluzki, 1997).

Em revisão bibliográfica realizada nas bases de dados Scielo e BVS-Psi, encontraram-se quatro artigos que utilizavam o conceito de Redes Sociais Pessoais/Significativas (RSP) proposto por Sluzki (1997), apenas dois deles colocando-o como descritor nas palavras-chave. Tal busca nas bases científicas torna-se difícil, pois o uso simples do conceito “rede social” amplia para uma vasta gama de utilizações do conceito, inclusive aquelas sobre a rede social enquanto mídia social. Já o uso dos descritores “rede social pessoal” ou “rede social significativa” podem não ser utilizados pelos autores que escrevem desde os preceitos de Sluzki, por diminuir o alcance de suas publicações.

No primeiro artigo encontrado, de autoria de Moré (2005), este conceito (RSP) foi empregado como instrumento de intervenção psicológica em contexto comunitário (Moré, 2005), a partir de método clínico-qualitativo (Grounded Theory), realizado com cinco pacientes. Conforme os resultados apresentados pela autora, identificou-se que, após a aplicação da intervenção com a rede de pessoas do sujeito, a atribuição de curar o paciente deixava de ser delegada somente ao psicoterapeuta, tornando-se possível a distribuição de responsabilidade pela participação de pessoas da rede do paciente identificado (Moré, 2005). Demonstrou-se, assim, a possibilidade de utilização das redes sociais significativas como forma de intervenção no cuidado, a partir do reconhecimento das pessoas e instituições significativas àquela pessoa, trazendo qualidade de vida e elucidando as possibilidades de mudança.

O segundo estudo encontrado (Krenkell, Moré & Mota, 2015), versa sobre as Redes Sociais Significativas de mulheres que sofreram violência conjugal e que foram acolhidas em casa-abrigo. A pesquisa foi realizada com 12 mulheres, e a análise dos dados foi realizada pelo método Grounded Theory. Os resultados deste artigo demonstraram que houve um processo de

distanciamento de algumas mulheres de sua rede significativa, atribuindo isto a fatores como descrédito, vergonha e normalização da violência. Tal distanciamento é comum em ciclos de violência, podendo gerar uma maior dependência da mulher com relação ao agressor, dificultando a saída desta situação, o que demonstra a importância da casa-abrigo nestes casos. Já as mulheres que puderam contar com sua RSP, trouxeram que esta teve capacidade efetiva de fornecer auxílio, provendo suporte emocional e material necessários durante a situação de violência (Krenkell et al, 2015).

O terceiro artigo, estudo de Moré e Crepaldi (2012), que versa sobre o uso do mapa de redes sociais pessoais como instrumento de metodologia qualitativa, que não usava em seus descritores o conceito de Sluzki, mas que aborda diretamente sobre seu uso como instrumento de investigação. Localizou-se também o artigo de Melo, Melo e Villar (2018), no qual os usuários de um serviço de saúde comunitário abordavam suas percepções deste espaço como ampliador de suas relações e identificações, repercutindo na melhora de suas RSP como um todo.

A partir das conexões entre o que propõe Sluzki (1997) e o conceito de vulnerabilidade e das violências interpessoais, é possível falar do modo como as redes macrossociais afetam diretamente os indivíduos, o quanto podem impactar ao colocá-las em risco. Tal como Sluzki (1997) coloca: “a experiência social de ser pobre é particularmente marcante e desmoralizante: a experiência de indivíduos, famílias e grupos sociais submersos na pobreza é a de uma falta de controle sobre seu meio” (p. 64). Isso se dá, também, pela forma com que agências e instituições sociais detêm o poder, por meio de ações estigmatizantes, colocando-se no lugar de quem controla, e os indivíduos no lugar de quem os carecem. Contudo, diante das tantas vulnerabilidades advindas não somente da experiência de pobreza, mas também as anteriormente citadas fragilizações e rompimentos de vínculos, bem como experiências de violência vivenciadas, é necessário fornecer um olhar especial a atuação das Redes Sociais Pessoais. Ademais, precisar-se-á considerar, mesmo que de modo tangencial, as capacidades individuais de resposta aos traumas, sendo esta uma capacidade que certas pessoas apresentam. Ademais, é preciso pensar a resiliência por intermédio dos recursos individuais e relacionais que proporcionam a não repetição dos comportamentos aprendidos, apesar de serem advindas de contextos familiares vulneráveis e tendo sido expostas, direta ou indiretamente, a altos níveis de violência. Tais conceitos são importantes para não recair na ideia determinista de repetição dos fenômenos, a partir de uma história transgeracional negativa (Marasca, Colossi & Falcke 2013; Cyrulnik, 2016).

Partindo desta introdução, a presente dissertação de mestrado objetivou conhecer as características sociodemográficas, o acometimento de violência interpessoal, a transgeracionalidade do fenômeno e as redes sociais pessoais em mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica por intermédio de um estudo qualitativo.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Conhecer as experiências de violências (interpessoais) transgeracionais e atuais, assim como a rede social pessoal de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em Centro de Referência de Assistência Social em uma cidade na região metropolitana de uma capital do Brasil.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer as características sociodemográficas desta população;
- Analisar as características de Rede Social Pessoal em termos de estrutura, função e qualidade e assim compreender de que formas a Rede Social Pessoal pode ser protetiva ou gerar vulnerabilidades em termos de ocorrência de violências atuais;
- Compreender o histórico de violências sofridas transgeracionalmente e os impactos nas violências experienciadas atualmente;
- Refletir sobre as concepções de gênero, de forma transgeracional, na família das participantes.

### 3 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA

- Almeida, J. F. (2015). Exposição à violência comunitária dos agentes da Estratégia de Saúde da Família e repercussões sobre suas práticas de trabalho: um estudo qualitativo. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Barros, S.A. & Silva, A.J.M. (2015). Primeiro damismo no Brasil: as inflexões do patrimonialismo na política pública de assistência social. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.
- Battistelli, B. M., Rodrigues, L., & Cruz, L. R. D. (2018). A Política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. *Revista Polis e Psique*. Porto Alegre. Vol. 8, n. 3 (2018), p. 88-110.
- Beeble, M. L., Bybee, D., Sullivan, C. M., & Adams, A. E. (2009). Main, mediating, and moderating effects of social support on the well-being of survivors of intimate partner violence across 2 years. *Journal of consulting and clinical psychology*, 77(4), 718.
- Boeckel, M. G., Blasco-Ros, C., Grassi-Oliveira, R., & Martínez, M. (2014). Child abuse in the context of intimate partner violence against women: The impact of women's depressive and posttraumatic stress symptoms on maternal behavior. *Journal of interpersonal violence*, 29(7), 1201-1227.
- Bordalo, A. A. (2006). Estudo transversal e/ou longitudinal. *Revista Paraense de Medicina*, 20(4), 5.
- Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília.
- Brasil (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília.
- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1977).
- Carmo, M.E. do & Guizardi, F.L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34 (3).
- Carvalho-Barreto, A. de, Bucher-Maluschke, J.S.N.F., Almeida, P.C. de, & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100012>
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De Geração em Geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 28 de dezembro de 2018 de <https://bit.ly/2H5No7O>.
- Cyrułnik, B. (2016). ¿Por qué la resiliencia?. In B. Cyrułnik & M. Anaut. (Eds.). ¿Por qué la resiliencia?: Lo que nos permite reanudar la vida (pp. 10-21). (A. Diez, trad.). Barcelona: Gedisa.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva*, 11, 1163-1178.

- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4, 262-290.
- Janczura, R. (2012) Risco ou vulnerabilidade social? *Revista Textos Contextos* (Porto Alegre) 11, 301-8.
- Krenkel, S., Moré, C. L. O. O., & Motta, C. C. L. D. (2015). The significant social networks of women who have resided in shelters. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 25(60), 125-133.
- Marasca, Aline Riboli, Colossi, Patrícia Manozzo, & Falcke, Denise. (2013). Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia*, 21(1), 221-243.
- Minayo, M. C. D. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2001). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*
- Miranda, M. P. D. M., Paula, C. S. D., & Bordin, I. A. (2010). Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 27, 300-308.
- Moré, C. L. O. O. (2005). As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 15, 267-297.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.
- Rangel, M. P. (2007). *Redes sociais pessoais: Conceitos, práticas e metodologia*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/919>
- Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Smith, C. A., Ireland, T. O., Park, A., Elwyn, L., & Thornberry, T. P. (2011). Intergenerational continuities and discontinuities in intimate partner violence: A two-generational prospective study. *Journal of interpersonal violence*, 26(18), 3720-3752.
- Vasconcellos, M.J.E. (2008). *O pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência* (5ª ed.). São Paulo: Papirus.
- World Health Organization (1996). *The world health report 1996: fighting disease; fostering development*. Disponível: <https://bit.ly/2NXFl0F>.
- World Health Organization (WHO) (2002). *Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen*. Organización Panamericana de la Salud-Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud. Washington, D.C, USA. Disponível: <https://bit.ly/WrmOvv>.
- World Health Organization. (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. Disponível: <https://bit.ly/12sUA5Y>.

#### **4 ARTIGO 1**

**Marcas (in)visíveis: mulheres, vulnerabilidades, violências e transgeracionalidade.**

*Marcas (in)visíveis: mulheres e vulnerabilidades.*

**(Un)seen marks: women, vulnerabilities, violence and transgeracionality**

*(Un)seen marks: women and vulnerabilities.*

A ser submetido ao periódico<sup>1</sup>:

Psicologia: Teoria e Pesquisa (UNB)

ISSN 0102-3772 versão impressa

ISSN 1806-3446 versão online

Qualis A1 – Classificação Quadrienal de Periódicos 2013-2016

---

<sup>1</sup> O artigo aqui apresentado excede o número de páginas permitidas pelo periódico. Para fins de submissão à publicação e após avaliação da banca, terá seu tamanho reduzido.

## **RESUMO**

O conceito de vulnerabilidade não se limita ao acesso a renda, também repercute em outras diversas esferas da vida. A violência interpessoal é uma das repercussões possíveis das vulnerabilidades vivenciadas pela população. Com método qualitativo de estudos de casos múltiplos e delineamento transversal, este estudo realizou entrevistas com nove mulheres atendidas em CRAS, buscando conhecer suas vivências de violências interpessoais transgeracionais e atuais. A análise dos resultados foi realizada pela triangulação de dados e síntese dos casos cruzados. Os resultados demonstram que as situações violentas vivenciadas são desde as intrafamiliares até as comunitárias, atravessando gerações. Evidencia-se a ausência de redes de suporte nas vivências de violência e a dificuldade em encontrar espaços que possibilitem a construção de novos cotidianos.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Vulnerabilidade; Relações Familiares; Assistência Social.

## **ABSTRACT**

The vulnerability concept isn't limited to income access and resonate to other life aspects. Interpersonal violence emerges as one possible outcome of vulnerabilities experienced by the population. Through a qualitative method of multiple case studies and cross-sectional design, this study held nine interviews with women who attend the local social service unit, aiming to know their transgenerational and current interpersonal violence experiences. The results analysis was performed by data triangulation and cross-case synthesis. The results showed that the violent situations experienced range from intra-family to community, throughout generations. T The absence of support networks in the experiences of violence is evident, so as the difficulty in finding spaces that make it possible to build new daily lives.

Keywords: Violence; Women; Vulnerability; Family Relations; Social Work.

## INTRODUÇÃO

Com o surgimento da constituição cidadã (Brasil, 1988), ensaiou-se a possibilidade de um estado de bem-estar social, a partir do estabelecimento do tripé da seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência Social (os dois últimos, não vinculados à contribuição previdenciária). A garantia de direitos à cidadania estabelecida a partir deste tripé inaugurou a possibilidade de a população não ativa economicamente acessar as políticas públicas de Estado (Carmo & Guizardi, 2018). A assistência social, antes ligada à filantropia, só se consolida enquanto direito universal a partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004; Barros & Silva, 2015), redesenhando-a na busca da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS é o sistema público que organiza os serviços socioassistenciais de modo descentralizado nos territórios, a partir da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) (Brasil, 2004). O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, encontra-se na PSB, tendo como principal instrumento técnico de atuação o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de caráter continuado, protetivo e fortalecedor dos vínculos familiares e comunitários. Visa a promoção de acesso à direitos e melhorias na qualidade de vida da população atendida (Brasil, 2014). O SUAS é também responsável pela inscrição de famílias no Cadastro Único de Programas do Governo Federal, base de dados que identifica e caracteriza as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em território nacional, provendo acesso a benefícios de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família (Decreto nº 9396/2018; Decreto nº 6.135/2007).

O conceito de vulnerabilidade não está condicionado somente à ausência ou insuficiência econômica, mas também permeia a fragilização de vínculos afetivos e relacionais, acesso a bens, políticas e serviços (Brasil, 2004). Atrela-se à noção de risco, acabando por imprimir na parcela mais pobre da população pressupostos individualizantes e culpabilizadores, sendo necessárias políticas públicas que objetivem um trabalho social de garantia de direitos junto a estes sujeitos

(Janczura, 2012; Carmo & Guizardi, 2018). O CRAS e, mais especificamente, o PAIF, visam o fortalecimento de vínculos, bem como da cultura do diálogo, do combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (Brasil, 2014). Essas ações são pensadas, justamente a partir do conceito de vulnerabilidade, visando evitar a vivência de situações violentas nesta população, especialmente no âmbito intrafamiliar.

Para a Organização Mundial da Saúde, a violência é um tema de relevância mundial, social e de saúde pública (World Health Organization [WHO], 2002). Neste estudo, trataremos da violência interpessoal: àquela que ocorre entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos (WHO, 2014). Divide-se entre dois subtipos: intrafamiliar/de parceiros íntimos e comunitária. O primeiro está relacionado à violência instaurada entre membros da família ou companheiros sentimentais, e acontece, geralmente, no ambiente doméstico, apesar de não se limitar a este lugar (WHO, 2002). Já a violência comunitária/extrafamiliar, é aquela que ocorre no meio social em si, podendo ser realizada por conhecidos ou desconhecidos. É praticada por meio de agressão, acarretando em atentado à pessoa ou aos seus bens. (WHO, 2002).

É preciso ampliar o olhar, da família ao contexto social e cultural; neste sentido, Bronfenbrenner (2011; Barreto, 2016) propõe o modelo bioecológico para a compreensão dos fenômenos sociais, considerando três elementos: pessoa, processo, tempo e contexto. Em relação ao contexto, o autor organiza em quatro níveis: micro, meso, exo e macrossistema, partindo do contato face-a-face aos fenômenos da cultura, subcultura e ideologia que influenciam de alguma forma a vida. Na comunidade, a qual pode-se inscrever nos âmbitos micro, meso e exossistêmico, o uso e tráfico de drogas, são fenômenos de grande repercussão (Reis, Uchimura & Oliveira, 2013; Reis & Oliveira, 2017). Em famílias em situação de vulnerabilidade social e de renda, essa dinâmica se vê retroalimentada, uma vez que as ausências de renda e emprego são, ao mesmo tempo, um fator de risco para muitas situações adversas e possível propulsor para o uso e tráfico

de drogas, reverberando em toda dinâmica e organização familiar (Sakiyama, Padin, Canfield, Laranjeira & Mitsuhiro, 2014).

Em contextos de risco, as famílias tendem a silenciar os episódios violentos, constituindo-os em interditos, especialmente quando se situam no âmbito das relações privadas ou familiares (Narvaz & Koller, 2006). Nesse sentido, faz-se necessário compreender que devem ser considerados algumas características, tais como: classe social, gênero, nível de escolaridade, inserção laboral, e transgeracionalidade do fenômeno, compreendendo-o como complexo e multifacetado. A ausência de apoio e recursos intrafamiliares e sociais dificultam a constituição de um sistema saudável, reverberando em histórias transgeracionais de violência, por vezes como única possibilidade de responder aos conflitos instaurados, em um ciclo que vai se repetindo, de mãe para filha (Carter & McGoldrick, 1995; Walsh, 2016). Presenciar episódios de violência conjugal na infância e adolescência é um fator de risco para a repetição das mesmas estratégias disfuncionais em relações futuras (Sant'Anna & Penso, 2017; Falcke & Féres-Carneiro, 2011). A situação se repete, quando pensamos em histórias de violência sexual domiciliar, denunciando a importância de falar sobre os episódios violentos, para não naturalizá-los, possibilitando o rompimento de histórias transgeracionais destes fenômenos (Cohen & Mannarino, 2000; Habigzang & Caminha, 2004; Koller & DeAntoni, 2004; Silva, 2011).

Apesar de existirem muitos estudos que perpassam o tema da violência interpessoal, sua associação aos fenômenos da transgeracionalidade e das vulnerabilidades não tem sido um tema recorrente na literatura. A partir da identificação da relevância de se estudar estes temas de forma associada, o presente trabalho busca conhecer qualitativamente as experiências de violências interpessoais transgeracionais e atuais, de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em Centro de Referência de Assistência Social no sul do Brasil.

## **MÉTODOS**

Pesquisa qualitativa de estudos de casos múltiplos, com delineamento transversal.

### *Participantes*

Coletou-se dados de um total de nove mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendidas por dois Centros de Referência de Assistência Social<sup>2</sup> da região metropolitana de Porto Alegre. A média de idade das participantes foi de 33,4 anos (idade mínima de 20 e máxima de 50 anos) e todas possuíam inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal. Três participantes eram negras (33,3%) e seis eram brancas (66,7%). Cinco (55,6%) das participantes eram solteiras, três (33,3%) separadas ou divorciadas e uma (11,1%) casada. Em seus núcleos familiares, 11,1% possuía um filho, 33,3% dois filhos, 22,2% três filhos, e 33,3% quatro filhos ou mais. Quanto à escolaridade, 66,7% possuíam Ensino Fundamental Incompleto, 11,1% Ensino Fundamental Completo e 22,2% Ensino Médio Completo. Destas nove mulheres, seis (66,7%) possuíam renda de até R\$ 89,00 *per capita* em seu núcleo familiar, e outras três (33,3%) possuíam renda de mais de R\$ 178,00 *per capita* familiar. Importa ressaltar que, conforme classificação dada pela redação do Decreto nº 9396/2018 (Brasil, 2018), rendas inferiores a R\$ 89,00 *per capita* configuram situação de extrema pobreza. Assim, das nove participantes, oito (88,9%) recebiam transferência de renda do governo federal (Programa Bolsa Família). Quando perguntadas sobre a situação de moradia em que vivem atualmente, 44,4% disseram que viviam em residências próprias em situação de ocupação, 11,2% em residência própria regularizada e 44,4% em residência cedida por familiar.

### *Instrumentos para coleta de dados*

Para a coleta dos dados pessoais e sociodemográficos, foi elaborada uma ficha, possibilitando o levantamento da caracterização apresentada no subitem participantes. Em seguida, aplicou-se o genograma familiar, uma técnica utilizada para acessar as relações,

---

<sup>2</sup> Foram adotados como critérios de inclusão: possuir maioridade legal (ter mais de 18 anos), ser alfabetizada (sabendo ler, escrever e assinar), ter pelo menos um filho, ter tido pelo menos uma relação amorosa com duração mínima de seis meses, ter coabitado com companheiro(a) em algum momento. Como critérios de exclusão: não ser usuária atendida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município em questão e não possuir inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

sentimentos, padrões de funcionamento, pessoas e eventos significativos (Boeckel & Prati, 2016). Complementarmente ao genograma, foi elaborado um roteiro de onze perguntas, em formato de entrevista semiestruturada. A entrevista dividiu-se em três partes: violência interpessoal, rede de pertencimento e transgeracionalidade. Deste modo, foi possível abordar aspectos como a história familiar e atual de vivência de violências por intermédio do genograma, além das concepções acerca dos papéis de gênero na família pesquisada.

#### *Procedimento para coleta dos dados*

Para a realização da coleta de dados, primeiramente foi obtido o termo de anuência das coordenadoras dos Centros de Referência de Assistência Social e do Secretário Municipal de Assistência Social. Em seguida, o projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade à qual as autoras estão vinculadas. Após devidas aprovações, foi iniciado o processo de coleta de dados, a partir de convite e agendamento das entrevistas nos CRAS de referência das participantes. A amostragem foi selecionada por conveniência.

#### *Procedimentos para análise dos dados*

Considerando o estudo de casos múltiplos, o método escolhido para análise das informações, foi a triangulação e síntese cruzada dos casos propostas por Yin (2015), que considera este método como importante para o estudo de fenômenos contemporâneos em um contexto natural. O estudo de casos múltiplos, com condução simultânea, proporciona o desenvolvimento de teorias. Para Yin (2015), os construtos obtidos na análise múltipla de casos, possuem evidências mais robustas quando o pesquisador utiliza a triangulação dos dados.. Neste estudo, triangularam-se os dados, a partir da narrativa dos genogramas, questionário aplicado, e análise de semelhanças e singularidades dos casos. Posteriormente, os casos foram analisados em suas semelhanças e singularidades, utilizando-se o método de síntese cruzada dos casos.

#### *Procedimentos éticos*

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade à qual as autoras estão vinculadas (CAAE 3.458.839). O estudo obedece às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

## **RESULTADOS**

Os dados serão apresentados primeiramente a partir das descrições das histórias relacionais, dinâmicas e fenômenos apreendidos das entrevistas dos genogramas de cada participante. De maneira subsequente, em cada seção familiar, são exibidos os dados obtidos pelo questionário aplicado ao genograma, especialmente quanto aos temas: violência, transgeracionalidade e papéis de gênero. Posteriormente, é realizada a discussão dos achados das diferenças e singularidades entre os casos apresentados.

### **Família 1: Aline**

Aline, 34 anos, é a quarta filha de Dionísio e Elba. Dionísio, seu pai, faleceu por complicações advindas de câncer (Aline não soube precisar a data de sua morte). Sua mãe, Elba, está viva e tem 61 anos. Do relacionamento de Elba e Dionísio, nasceram seis filhos: Fernando (falecido), Joana (41), Renata (36), Aline (34), Miriane (30) e Flaviane (27). Aline possui outro irmão, Douglas, pessoa com deficiência, de 22 anos, que nasceu do relacionamento de Elba com Milton. Atualmente Elba possui um relacionamento com Jocir, de 60 anos. Aline teve quatro relacionamentos amorosos. Da primeira relação, com Fábio, não teve nenhum filho. Do segundo relacionamento, com Alessandro, nasceram seus três filhos mais velhos, Ian (14), Flaviano (13) e Nando (11). Após o rompimento desta relação, Aline conheceu Ricardo, com quem teve o filho Lucas (5), e após o término do relacionamento, teve Otho (3), fruto de sua relação com Robson, também já rompida. Atualmente, Aline reside com seus cinco filhos e é usuária de substância psicoativa (Crack). Durante a entrevista, não revelou muito sobre seus vínculos, mas apontou um distanciamento existente em sua relação com a mãe, Elba, referindo sentir que ela a pretere em prol de outros irmãos. Em relação ao seu pai, percebe-se a sua ausência, ao longo de seu

desenvolvimento, mesmo este tendo estado casado por anos com sua genitora, Elba. Esse distanciamento pode ser percebido, inclusive, em sua não aparição no discurso de Aline. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Aline disse que não pensava em nenhuma opção.

Aline, em suas respostas ao questionário aplicado, referiu entender a violência como *“tudo”*: *“se eu vejo que já vão bater no idoso, já parto pra cima, ‘tô’ nem aí pra polícia, pra nada. Quer ver eu me sair é com idoso e criança”*. Mencionou episódios de violência familiar: entre seu cunhado e irmã (agressão), o falecimento de seu irmão e negligência dos genitores de seus filhos com eles: *“mas prefiro que eles não vejam os filhos. Em questão dos meus filhos, não queira encostar em um fio de cabelo deles”*. Buscando acesso aos direitos de seus filhos (pensão alimentícia), mencionou ter buscado apoio com sua irmã Joana, e com advogado privado. Pessoalmente, referiu não ter vivido episódios de violência (física). Mas percebe violência intrafamiliar que ocorria em sua família de origem (conflitos) e brigas entre irmãos. Aline identifica as mulheres da família vivenciando recasamentos: *“mulheres ficam com os filhos e não levam desaforo pra casa. Nenhuma de nós foge da briga. Corro atrás das coisas, nisso eu sou parecida com a mãe (Elba). Minhas irmãs têm os maridos”*. Em comum entre as gerações, também percebe o número de filhos, sendo que Aline vê seu papel familiar como de *“pai e mãe”*. Verifica que, transgeracionalmente, existem muitos conflitos entre filhos/irmãos: *“castigos, agressões, punições”*. Sobre a Aline mulher, diz: *“tá bem esquecida”*.

## **Família 2: Shena**

Shena, 34 anos, é a quarta filha (gêmea de Iuri) de Eunice (70) e Elzo (falecido aos 61 anos, era usuário de álcool). Eunice, mãe de Shena, vem de uma família de doze filhos, provenientes da relação entre Carlos e Florinda, ambos falecidos. Shena menciona que sua avó, Florinda, era conhecida por ser *“mandona”*, ditando as normas internas familiares. Elzo, por sua vez, vem de uma família de três irmãos, nascidos do casamento entre Rubens e sua companheira, a qual Shena não soube nomear, demonstrando a pouca proximidade com a família de origem paterna. Da união

de Eunice e Elzo, nasceram cinco filhos, sendo eles: Júlia (50), Sílvia (45), Jonas (41, usuário de SPA), Shena e Iuri (gêmeos, 34 anos; sendo Iuri usuário de SPA, em abuso de drogas). Sílvia, irmã de Shena, teve cinco filhos, de sua relação com Ademar, atualmente com idades entre sete e 23 anos. Jonas também tem cinco filhos, sendo o mais velho da relação com Cleusa, e os outros quatro de seu segundo relacionamento, com Andréa (28). Iuri, gêmeo de Shena, tem uma filha, de relacionamento com Lívia, que, segundo Shena *“abandonou o lar”*. Shena tem três filhos, todos gerados em seu primeiro relacionamento, com Maicon (36, usuário de cocaína): Ellen (15), Enzo (14) e Jorge (12). Maicon já esteve em privação de liberdade por acusação de estupro, e Shena o avalia como pai ausente. Em 2008, Shena realizou laqueadura. Após a separação de Maicon teve outros dois relacionamentos, também rompidos: com Cícero (36) e com Júnior (42). Ambos eram usuários de substância psicoativa, segundo Shena, *“no início eram tranquilos, depois que se envolveram com meus irmãos – Jonas e Iuri – não prestaram mais, só queriam saber de festa e álcool”*. Ainda, relatou que descobriu, após seis meses, que Júnior era casado, o que haveria motivado o rompimento. Shena nomeou sua família como *“Família Complicada”*.

Em sua definição de violência, Shena coloca: *“é também uma pessoa grossa, agressiva. (Violência) Pode ser física e verbal. Jogar coisinhas no ar, indiretas que magoam, discriminações racial e social.”*. Refere que sua irmã, Sílvia, lembra episódios de violência por parte do genitor: *“ela diz que ele batia até sangrar. Ameaçava a mãe (Eunice) de morte, com arma. Diz que a mãe era omissa e o pai galinha”*. Shena, no entanto, relata não ter vivenciado essas situações: *“foram de antes de eu nascer”*, mas entende que os fatos impactam de certa forma em sua vida. Shena referiu episódio de violência conjugal com Maicon: *“ele tentou me sufocar e eu saí com um facão. Ele nunca mais fez.”*. Sentiu-se muito mal com o ocorrido, pois Maicon era alguém que ela amava e para quem se dedicava muito e *“ele não valorizava, preferia a droga”*. Quando viveu esse episódio, não recebeu o apoio familiar esperado: *“Minha mãe me obrigou a casar, porque eu ‘tava’ grávida, riu da situação. Minha irmã até que tentou ajudar, ficou apavorada, xingou o*

*Maicon. Minha irmã foi minha mãe*". Shena percebe que as mulheres da família possuem em comum a garra, a batalha, o 'ser trabalhadora': "*Os homens não tem nada disso, são preguiçosos*"; "*Na minha opinião, as mulheres mandam e os homens obedecem. A única exceção é a minha mãe*". Identifica seu papel na família como ambivalente: "*encostada e Severino*", referindo-se ao fato de não possuir trabalho formal, mas ser resolutiva quanto aos problemas familiares: "*trabalho mal remunerado esse*". Acredita que sua família nuclear atual se difere das gerações passadas, no que tange à relação pais-filhos: "*não tem brigas entre eu e meus filhos ou entre eles*". Nas relações conjugais, percebe algumas semelhanças, pontuando a diferença no enfrentamento da situação: "*traições e uso de drogas/álcool. Mas diferente das outras (mulheres da família), eu não aceito*".

### **Família 3: Sônia**

Sônia (29 anos) é a única filha do relacionamento entre Valdo e Simone. No entanto, Sônia foi criada, de fato, por seus avós paternos, Boris e Amarilda, ambos falecidos aos 75 anos. Além de Valdo, Boris e Amarilda tiveram outros dois filhos. Quanto à família de origem de Simone, Sônia não soube relatar. Quando do falecimento dos avós, Sônia foi emancipada, aos 14 anos, passando a residir sozinha aos 15. Sua relação com a genitora, Simone, está rompida, nunca tendo se efetivado uma relação mãe-filha; quanto ao pai, Valdo, também refere relação distante, de pouco cuidado. De um relacionamento amoroso anterior de Valdo, nasceram os irmãos gêmeos de Sônia, mais velhos, com os quais ela também não possui contato. Já Simone, deu a Sônia três irmãs mais novas: Priscila (27), Yana (26) e Caroline (23, já casada e com dois filhos). Quanto à Priscila, Sônia traz: "*ela é surda, doente, e por isso não casou*". Sônia viveu um relacionamento amoroso com Diego (27, usuário de substância psicoativa), com quem teve dois filhos: Vinícius (4) e Kamily (2). Eles se separaram recentemente, e é Sônia quem realiza os cuidados dos filhos, que moram com ela. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Sônia disse que não lhe ocorria em nenhuma opção.

Sônia, em sua entrevista sobre o genograma, definiu violência como: *“É tudo. É um tapa, umas palavras. Quando as pessoas te magoam.”*. Quanto às vivências do fenômeno violento em gerações anteriores, Sônia refere não se recordar, pois não conviveu com seus pais e com seus avós não tem memórias desses episódios. Na sua história, mesmo relatando o abandono dos pais, entende que essa foi uma forma de cuidado: *“me entregaram pra quem ia cuidar”*. Já com o ex-companheiro, traz marcas da violência doméstica: *“ele me agredia com palavras, dava tapas. Chamava de puta e vagabunda”*. Sônia entende essas vivências como uma falta de consideração do ex-marido, visto que: *“Ele não lembrou de tudo que eu fiz pra ele. Não me valorizou. Sinto mágoa, tristeza, raiva”*. Sobre esse episódio, menciona ter percebido ajuda somente institucional: *“as pessoas não me ajudaram porque não sou de pedir ajuda. Mas tive ajuda aqui, do CRAS, de orientações, quando eu precisei. E a dona Carmen (responsável por uma instituição comunitária, que propõe oficinas e distribui alimentos), foi comigo fazer o B.O., na delegacia”*. Não entende que haja semelhança entre todas as mulheres da família: *“só é comum entre mim e minhas irmãs. Nós não abandonamos nossos filhos, diferente da mãe”*; *“mas ao mesmo tempo, eu sou a que mais luto pelas coisas, sou parecida com a minha avó nisso. Minhas irmãs esperam pelos maridos”*. Sobre o seu papel na família: *“Me vejo sendo o homem, a mulher, o pai e a mãe ao mesmo tempo, cuidando das crianças”*. Vê semelhanças entre sua família nuclear atual e as gerações anteriores no que diz respeito ao cuidado: *“mãe protegendo os filhos, como minha avó fazia conosco”*.

#### **Família 4: Denise**

Denise (50 anos) é a quinta filha, de um total de oito, da união de Filipe (falecido aos 70) e Pamela (85 anos). Seu pai, Filipe, era usuário de álcool e teve prejuízos no trabalho por isso. Tinha graves repercussões em saúde pelo uso e faleceu em decorrência do abuso de álcool. Sua irmã mais velha, Amália (59) é casada e tem duas filhas. Fernando (56) e Vitor (55), eram usuários de drogas *“até o batismo, hoje são crentes e não usam mais”*. Amilton (52) é cego, Joselita (48) teve

uma filha de um relacionamento que terminou por infidelidade. Rita (43) é casada e tem dois filhos e seu irmão Gilson (40) é solteiro. Nenhum homem, dentre os irmãos de Denise, possui relacionamento amoroso ou filhos. Denise tem duas filhas: Marina (23) e Priscila (17), provenientes de dois relacionamentos. Marina é filha de Barroso, que era usuário de substância psicoativa, e Priscila, de Rubens. O último relacionamento mencionado por Denise foi um namoro também rompido com Vilson, que era usuário de substância psicoativa. Marina, da relação com Flávio (24), teve dois filhos: Tiago (5) e Diego (2). A relação com Flávio terminou, devido à traição e a criança Tiago reside com a avó, Denise. Priscila, que voltou a residir com a mãe, teve um relacionamento/concubinato com Iuri (23), que assim como a relação da irmã, terminou por traição/infidelidade. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Denise disse que não pensava em nenhuma opção.

Denise, em sua entrevista, ao definir violência disse: *“É palavrão, é ‘passamento’, vagabundo que passa a mão na gente. Um roubo, especialmente quando a gente é velha.”*. No entanto, não conseguiu se recordar de episódios de violência vivido por gerações familiares anteriores. Ela refere ter sofrido furtos, na comunidade que vivia anteriormente, e refere a negligência praticada pelo genitor Rubens, em relação à filha Priscila. Quanto ao episódio de furto, diz: *“Me dá raiva. Uma pessoa que não trabalha de vagabunda, não tem vergonha na cara”*. Nessas situações, entende não ter contado com o apoio de nenhuma pessoa ou instituição. Denise acredita que as mulheres da família são solidárias, exceto pela irmã Rita que *“acha que é mais que nós”*. Quanto aos homens, define-os como usuários de álcool, menos trabalhadores que as mulheres, e que costumam ser infiéis nos relacionamentos amorosos. Denise se coloca como o braço direito de todo mundo na família. Percebe-se, ademais, parecida com sua mãe: *“eu não deixo minhas filhas trazerem homem pra dentro de casa. Minha mãe era assim”*.

#### **Família 5: Caren**

Caren (29 anos), é a terceira filha de Pedro (56) e Rita (50). Pedro, genitor de Caren, vem de uma família de onze irmãos, filhos do casal Patrício (falecido, por câncer) e Mariana (83 anos). Rita, por sua vez, é filha de Eduardo (falecido aos 60 anos, por câncer) e Marta Rocha (falecida aos 72 anos, por “erro médico”) e pertence a uma família de 11 irmãos. Do casamento de Pedro e Rita, nasceram quatro filhos: Luiza (33), Gustavo (31), Caren (29) e Fernanda (25). Luiza é casada com Patrick (considerado “mandão” por Caren) e tem dois filhos dessa relação. Gustavo, que possui uma “*relação de proteção*”, que aparenta se configurar como simbiótica, com Rita, teve um filho, Adriano (7), da relação com Sharon (20). Adriano reside com os avós paternos. Gustavo se envolveu com tráfico de drogas e outros crimes, e já esteve no sistema prisional. Fernanda teve um filho do seu relacionamento com Kirosmar, que era usuário de substância psicoativa. Hoje, seu companheiro é Paulo, com quem espera uma menina. Já Caren, de seu primeiro relacionamento, com Richard (falecido aos 25 anos, por tráfico de drogas e uso de SPA), teve Kamila (14), que hoje reside com os avós, Pedro e Rita, em outro município. Após o término do relacionamento com Richard, conheceu Igor (33), gerando Kiara (10) e Kiko (5), que residem com o casal. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Caren disse que não pensava em nenhuma alternativa.

Definir a violência foi difícil para Caren: “*Muito ruim, muito complicado. É tudo, essa questão de se envolver com o que não deve, gera violência*”. Recorda-se que seu tio materno abandonou nove filhos, e que isso a impactou, por ver seus primos passando tanta necessidade: “*tinham quase que se prostituir para ter o que comer*”. Vivenciou a violência junto com sua família, quando houve um tiroteio “*direcionado*” ao seu irmão Gustavo: “*aquilo foi um terror. Achei que meus filhos iam estar mortos. Meu sentimento é medo, às vezes quase perco meu sono por causa disso*”. Nessa situação, quando perguntada sobre o auxílio recebido por outras pessoas, diz: “*Pude contar com a ajuda de pessoas, sim. Com a minha*”. Sobre as instituições de suporte, menciona a religião (umbanda). Caren define as mulheres dessa família como cuidadoras, zelosas

e promotoras da união. A diferença, entre as gerações da família, fica por conta do uso de drogas: *“não era tão comum entre as outras gerações. O que prevalece de comum é a união”*. Caracteriza a si própria como filha carinhosa, mas brigona, e destaca características herdadas: protetora, zelosa. Entre as semelhanças das famílias (nuclear atual e gerações passadas), o que prevalece, nas palavras dela, é mesmo a união: *“sempre puxa alguma coisa em comum”*.

### **Família 6: Diana**

Diana (29 anos) é filha de Patrício (66) e Lilian (68). Lilian é a quarta filha de Arnaldo (falecido) e Maristela (96). Um dos irmãos de Lilian, Leon, que tinha diabetes, faleceu aos 65 anos. Patrício, de um relacionamento anterior, gerou Artur (42). Atualmente está casado com Cláudia. Lilian, após a separação de Patrício, não voltou a casar-se. Diana e Patrício tiveram, dos seis aos vinte e cinco anos dela, uma relação bastante distante: *“ele só pagava a pensão (alimentícia)”*. Há quatro anos, voltaram a se falar, restaurando a relação. O distanciamento também explica o porquê de Diana desconhecer a família de origem do genitor, a qual não aparece no genograma. Diana teve um relacionamento com Jordano Jorge (35), do qual nasceram dois filhos: Jordano (3) e Olga (1). Hoje, mesmo separados, Diana relata que ela e Jordano Jorge mantém uma relação de amizade e parceria no cuidado com os filhos. Diana não nomeou sua família.

Para Diana, violência está no amplo: *“violência é tudo que te fere, tanto fisicamente, quanto emocionalmente”*. Não se recorda de episódios vividos em gerações anteriores de sua família. Sobre si, destaca um episódio de vivência violenta do subtipo extrafamiliar (assalto). Quanto ao episódio, diz: *“Foi horrível. No horário do almoço, do serviço. Fui ameaçada, com arma, para pegarem meu celular”*. Na época, sua mãe lhe auxiliou com nova compra de telefone celular e tranquilizando-a. Não houve suporte percebido por instituições. Em sua percepção, o que há de comum entre as mulheres dessa família: *“São mães, muito presentes. São pessoas cuidadosas”*. Entende que os membros da família têm um bom relacionamento: *“não tem brigas,*

*é tudo muito tranquilo*”. Define-se como uma pessoa atenciosa, querida, sempre disposta a ajudar e amparar. Sobre as gerações (família de origem e família nuclear atual), pontua como diferente o número de filhos e o modo como os homens desempenham o papel de pai.

### **Família 7: Camila**

Camila (20 anos) é filha de Simone (falecida aos 31 anos, por AIDS) e Lúcio (50). Simone vem de uma família de oito irmãos, do relacionamento entre Teresa e seu esposo (Camila não soube informar o nome do avô). Os avós maternos de Camila são falecidos. Do relacionamento entre Lúcio e Simone, nasceram cinco filhos: Diogo (22), Milton e Camila (20 anos, gêmeos), Jenifer (19) e Mari (16). Simone, após se separar de Lúcio, teve um relacionamento com Ricardo (40 anos, usuário de substância psicoativa). Quando Simone faleceu, todos os filhos foram para um abrigo<sup>3</sup>, exceto Milton (Camila não especificou sob os cuidados de quem o irmão ficou). Todos os filhos tem um relacionamento distante com o genitor, Lúcio. Milton mora junto de sua companheira, Miriam. Jenifer possui um filho com Thomas, que hoje está no sistema prisional por roubo. Já Mari, namora com Adriano e Diogo é solteiro. Camila teve três relacionamentos amorosos. Com Edilson (21), que era usuário de substância psicoativa, teve Jonas (2). Durante sua gestação, Edilson avançou em sua barriga com uma faca, o que ocasionou a separação do casal. Ainda durante a gestação, conheceu Ademir, com quem o episódio de violência se repetiu, causando mais uma vez o rompimento. Atualmente, Camila vive junto de seu companheiro Edimilson. Camila nomeou sua família como *“Família Reunida”*, em decorrência do forte vínculo de mútuo apoio que estabeleceu com seus irmãos, principalmente com Jenifer e Mari, a quem visita muito.

Para Camila, violência é: *“aquilo que faziam meus ex-companheiros. A ponto de querer fazer abortar uma criança, bater em uma mulher. Judiar de criança, maltratar os próprios filhos. Judiar de idosos”*. Lembra-se que sua mãe vivenciou a violência com o companheiro Ricardo:

---

<sup>3</sup> Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

*“ele batia nela. A gente arrumava as cobertas para dormir na rua. Ele bebia e batia nela”.* Camila relaciona essa vivência de sua genitora às violências a que ela foi acometida: *“eu pensava que eu tava sendo que nem minha mãe com meu padrasto”.* Camila destaca, entre estas, o que viveu com Edilson e Ademir, que descreveu como o pior dentre os episódios. Ainda relata a negligência de seu genitor: *“pra mim, não é meu pai”.* Descreve seus sentimentos, sobre as violências sofridas: *“Situação ruim. Sentimento de morrer, sendo judiada por homem. Me senti triste, porque quando acontecia isso comigo, eu lembrava da minha mãe”.* Dentre as situações que ocorreram, menciona ter sido ajudada somente no episódio com Ricardo, no qual vizinhos e sogra lhe auxiliaram a romper a relação e a ‘expulsar’ ele de casa. As instituições não contribuíram no rompimento dos episódios violentos, em sua percepção. Sobre as mulheres e seus papéis, Camila destaca que as semelhanças se dão somente em partes: *“Na questão do trabalho, eu, a mãe e a Jenifer. O jeito, o companheirismo”.* Entre as gerações, o laço se encontra na busca por trabalho, no esforço para garantir o sustento dos filhos. E também, na vivência de violência conjugal. Camila se descreve como a *“Pessoa que passa trabalho. Procuo ajudar os outros, sempre que eu posso”.* Sobre as gerações (família de origem e família nuclear atual), entende que há mais diferenças que afinidades: *“É diferente, porque a gente se dá bem. Ele (Edimilson) é um pai pro João. Diferente da relação da minha mãe com meu padrasto. Rompi a situação de violência que vivia com os outros companheiros”.*

### **Família 8: Antônia**

Antônia (45 anos), é filha de Ricardo (67, usuário de SPA) e Cecília (70). Antônia tem uma relação de distanciamento com seu genitor e genitora, sendo que viu sua mãe duas ou três vezes em sua vida. Ela foi criada pelos avós paternos Osmar (89) e Tamara (falecida aos 64 anos por câncer, era usuária de SPA). Antônia distanciou-se de Ricardo quando a avó faleceu. Antônia tem dois irmãos de relacionamentos posteriores de Ricardo: Arnaldo (35), fruto da relação do pai com Juliana e uma irmã, a qual não soube referir o nome, filha de seu pai com Lúcia. Antônia, de seu

relacionamento com Jader (50, usuário de SPA e em tratamento de câncer) teve três filhos: Gabriel (falecido), Samara (20) e Higor (18). Gabriel, primeiro filho dessa união, faleceu aos 17 anos, assassinado. Tinha envolvimento com o tráfico de drogas e era também usuário de SPA. Samara (20) é casada com Elias (22), com quem teve Thomas (3). Higor (18) encontra-se internado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), com acusação de assassinato. É usuário de SPA. Antônia, de sua segunda união, com Tailor, teve dois filhos gêmeos: Rian e Nataly, de 10 anos. Eles estão atualmente separados. Antônia relatou situação de violência doméstica do ex-companheiro, e afastamento dele dos filhos. Antônia nomeou sua família como *“misturada e complicada”*.

Para Antônia, violência é: *“Ser agredida pelo companheiro. Ser obrigada a fazer uma coisa que tu não quer fazer, seja pelo companheiro ou pessoa da família. Agredir uma pessoa, obrigar a fazer aquilo que não quer”*. Não se recorda de vivências de violência por membros de gerações passadas. No entanto, ela traz sobre os episódios sofridos por si: *“Meu ex-marido, Jader, cometia violência doméstica, quebrava tudo dentro de casa. Com o Tailor também, de violência psicológica. Não me permitia maquiar, me vestir do jeito eu queria. Empurrões, ‘correções’ em frente aos outros”*. Sobre os episódios, descreve seu sentimento: *“Medo, raiva, porque a gente não queria que aquilo estivesse acontecendo. Tristeza. Ele fazia eu sentir que eu tava errada. Arrumava amante pra mim e ele que tinha”*. Quem a auxiliou, no enfrentamento dessas vivências foram: *“As pessoas da igreja, a ‘mãe’ (tia Rosangela), a largar na mão de Deus”*. Ainda destaca como instituição de suporte o CRAS: *“com as conversas, me ajudaram”*. Antônia destaca as semelhanças entre as mulheres da família: *“Abandono dos maridos. A gente no começo fica frágil, mas depois levanta a cabeça e segue em frente. Guerreiras, não têm medo de encarar serviço e o mundo”*. Já entre os homens, percebe que o uso de substância é aspecto em comum. Descreve a si mesma como: *“Uma mãe, que apesar do sofrimento amadureceu, mudou muita coisa, que vivia sob pressão. Agora tenho calma, paciência. Sei botar meus filhos pequenos de castigo, os outros*

*eu só sabia gritar, bater*”. Entende que as gerações se diferenciam (família de origem e família nuclear atual): *“É diferente, estamos escrevendo outra história, mais paciente com outras atividades. Eu tenho paz. Com meus pais era muita ausência. Com meus avós, briga, guerra”*.

### **Família 9:**

Fábia (33 anos) é a segunda filha do relacionamento entre Jair (falecido aos 104 anos) e Domênica (72). Fábia menciona uma relação de “idas e vindas” com sua genitora. Domênica é filha de Reginaldo e Rosaura, ambos falecidos. Conforme relata Fábia, sua mãe teve uma relação incestuosa com o avô, Reginaldo. Essa relação começou ainda na adolescência de Domênica, quando o avô trancava a avó no quarto e *“saía nos campos com a mãe (Domênica)”*; *“por isso a vó morreu de desgosto”*. Fábia destaca, contudo, que a relação de incesto era segredo, e que *“ninguém sabia de onde vinham as gestações da mãe (Domênica), mesmo com os filhos nascendo de olho claro (em referência a cor dos olhos do avô, Reginaldo)”*. Da relação de incesto, entre Domênica e Reginaldo, nasceram doze filhos, sendo que metade deles faleceu por *“problemas congênitos”*. Importa ressaltar que, na compreensão de Fábia, a relação incestuosa era um desejo de Domênica, não se constituindo como violência do avô em relação à sua mãe: *“ela sabia o que ‘tava’ fazendo, é uma pessoa um pouco ruim”*. Já da relação de Domênica com o pai de Fábia, Jair, nasceram também Miriam (35) e Sâmia (falecida). Fábia destaca outro fato sobre a história familiar: Miriam viveu um relacionamento amoroso com Jonathan, que outrora fora seu padrasto. Miriam teve, após o término com Jonathan, outros três relacionamentos, e três filhos, com idades entre 13 e 19 anos. Sâmia, por sua vez, deixou um filho de 14 anos, Eduardo. Fábia, de sua relação com Robson (usuário de SPA, assassinado), teve três filhos: Kiro (16), Yana (15) e Yago (13). Com Christian, que conheceu no trabalho como garçoneiro, teve Kiria (9). A relação com ele terminou após descobrir que ele era casado. Menciona amizade com a mulher dele até hoje. Já com Wellington (usuário de SPA, 29), teve outros três filhos: Isabelle (8), Bruna (4) e Thamires (9 meses). Segundo Fábia, a relação terminou: *“ele não respeita, briga com meus filhos, bebe.*

*Mas ele não sai lá de casa porque não tem pra onde ir. E eu também tenho pena de mandar ele sair de lá. Mas nós não temos mais nada como homem e mulher”.*

Em sua entrevista, Fábيا definiu violência como: “*verbal... humilhar...*”. Lembra-se da vivência de violência da avó, Rosaura, quando era espancada pelo avô. Percebe essas reverberações em sua vida, marcadas pela ausência da avó: “*ela não pôde viver*”. Fábيا relata as violências vividas: dos espancamentos perpetrados pela mãe, Dômenica; da violência conjugal praticada por Wellington (agressões físicas, verbais e psicológicas, não permitindo que ela desempenhe suas atividades laborais). Seu sentimento perpassa a mágoa, a tristeza e a raiva, ao pensar nessas situações. Entende que tem pessoas com quem contar quando esses episódios ocorrem, contudo, “*não gosto de estar levando problema para os outros*”; deste modo, o amparo que buscou foi legal, no Fórum, diante da situação de espancamento. Quanto às semelhanças entre as mulheres, percebe somente entre ela e sua avó: “*nós costumamos guardar para nós as coisas*”. Dos homens, o uso de substâncias se destaca como característica em comum. Fábيا define sua função na família com uma palavra: protetora; talvez uma maneira de contrapor o que vê em comum entre as gerações familiares: “*é parecido o modo que os homens tratam os filhos. A violência contra as mulheres*”.

De forma geral, verificam-se aspectos de suma relevância das histórias dessas mulheres. Situação de vulnerabilidade, para além da financeira, ausência de redes protetivas, múltiplos históricos de violência e questões relacionadas ao gênero feminino trazem marcas muito intensas nas suas histórias transgeracionais.

## **DISCUSSÃO**

Nos relatos das participantes é possível identificar a ocorrência das vivências violentas em suas diversas formas. Aquelas que ocorrem dentro de casa – situações de negligência paterna, violência conjugal ou sexual – localizam-se no contexto do microsistema, proposto por Bronfenbrenner (2011). Os **microsistemas** são compostos dos ambientes em que há contato

direto, face-a-face e, portanto, os vínculos constituídos nessas relações são de extrema importância para a constituição do indivíduo, possuindo influência direta na pessoa em desenvolvimento. Nos casos apresentados, é possível identificar algum modo de negligência, especialmente no que se refere às ausências paternas, sendo quase unânime a visão de um homem que não é capaz, que usa substâncias e que não assume a função de cuidado dos filhos. Tais ausências e negligências masculinas são observáveis transgeracionalmente. Verifica-se, assim, a dificuldade familiar em romper com o ciclo violento e exercer a coparentalidade (Santos, 2015).

Como forma de suprir essas ausências, são constituídas famílias monoparentais femininas, evidenciando um recorte de gênero (Féres-Carneiro, 2011). A mulher, sobrecarregada, precisa se desdobrar no papel de chefe de família, mulher e mãe, sendo constantemente posta à prova, nos âmbitos público e privado, como se tivesse que demonstrar sua capacidade de dar conta da família (Verza, Sattler & Strey, 2015). Esta sobrecarga de papéis pode acabar por criar na mulher um sentimento permanente de falta, pois buscando exercer o papel de dois, acaba por estar sempre com o sentimento de dever algo aos filhos, situação que se agrava ainda mais pelas ausências de renda (Costa & Marra, 2013). Deste modo, forma-se uma expectativa social de cumprimento de papéis, sem levar em conta as histórias familiares, sua dinâmica e capacidade de enfrentamento, gerando cobranças excessivas à família monoparental feminina (Walsh, 2016). Observa-se também que as mulheres vêm assumindo, geração após geração, papel central nos cuidados parentais. Diante das ausências masculinas nas gerações subsequentes, muitas vezes as avós atuam como rede e fonte de ajustamento para as filhas, agora também mães, perpetuando a sobrecarga feminina transgeracional, ou o que Hines (1995) vai denominar de “feminização da pobreza”. Ante tantas violências e ausências, produzem-se mulheres superprotetoras e exaustas na tarefa de tentar dar conta destes cuidados sozinhas, por meio de uma herança cultural de monoparentalidade e recasamentos. Evidencia-se, deste modo, a imobilidade dos papéis e manutenção das normas

familiares, dificultando a produção de um sistema saudável, que busque outras estratégias de resolução de conflitos, para além da violência (Carter & McGoldrick, 1995; Walsh, 2016).

Ainda em âmbito microsistêmico, cabe destacar o fenômeno violência sexual, interposto na entrevista de Fábria ser classificado como violência domiciliar sexual – VDS (Cohen & Mannarino, 2000; Habigzang & Caminha, 2004; Koller & DeAntoni, 2004), mais especificamente como incesto. Para Koller e DeAntoni (2004), neste tipo de VDS, fica nítido que os limites estruturantes de tabus sexuais são rompidos, o que é possível perceber, por exemplo, pela alçada da filha vítima de incesto ao lugar de esposa do pai, tomando o lugar de sua mãe na configuração familiar. Apesar de Fábria não ser filha do incesto perpetrado pelo avô Reginaldo em sua mãe Domênica, ela não identifica a vivência da genitora como violência, inclusive, compreendendo a avó, Rosaura, como vítima de sua mãe, que teria “*gostado da situação*”. A compreensão de Fábria de um suposto consentimento de sua mãe quanto à perpetração violenta deve-se, possivelmente, a características próprias do incesto: aproximação por via da sedução e relação de rivalidade entre mãe e filha pelo amor do pai, em uma dinâmica familiar claramente disfuncional (DeAntoni & Koller, 2002; Fíguro, 2004). Em um momento posterior, Domênica tomou “de fato” o lugar de sua mãe, a partir da constituição de um núcleo familiar com o genitor, culminando na concepção de 12 filhos da relação incestuosa, metade natimortos por problemas congênitos, situação comum em casos de relação consanguínea de primeiro grau (Holanda Júnior, 2017; Bittles, 2012). Para Fábria, Rosaura é a grande vítima da situação, não percebendo o papel protetivo que a avó deveria ter desempenhado, e ainda ressalta: “*ela morreu de desgosto*”, em um entendimento de que Reginaldo e Domênica a teriam enganado. Neste relato, evidencia-se que a posição de passividade é compreendida como o lugar que a mulher deve ocupar e não há crítica de Fábria quanto ao papel de cuidado que Rosaura deveria ter desempenhado à sua filha, Domênica, na vivência deste incesto, violência que se estabeleceu ainda na adolescência. Deste modo, não é difícil compreender que quando Miriam, irmã da participante, estabelece um relacionamento com o ex-

padrasto, Fábria também não demonstra estranhamento: o fantasma transgeracional se interpõe pelo interdito, repetindo o ciclo da violência (Schutzenberger, 1997). Neste caso, a saga do incesto e das relações conjugais conflitivas são repetidas transgeracionalmente, demonstrando a necessidade de revisitar e reconhecer as histórias para romper uma trama familiar danosa (Silva, 2011).

Nem sempre de forma evidente, ou nomeada como tal, mas entremeado nas falas de muitas das participantes, se coloca a violência conjugal. O fenômeno ocorre dentro de casa e tem como algoz parceiros íntimos (WHO, 2002). A violência conjugal pode se apresentar de diversos modos e, especificamente nas participantes deste estudo, ficaram evidentes duas principais formas de praticá-la: física e psicológica, representando mais um dos fenômenos do microsistema. Em comum despontam alguns fatores: o uso de substância psicoativa por parte dos companheiros e a transgeracionalidade do fenômeno, tanto no que concerne ao ato violento, quanto ao uso de SPA. Percebe-se que, muitas vezes, a violência ilustra o estopim do uso de substâncias, desencadeando-a e potencializando-a, instaurando, assim, estratégias de dominação na relação (Carvalho, Oliveira, Gomes, Santos, Estrela & Duarte, 2018).

Para Falcke e Wagner (2011), a violência se estabelece nos casais, quase sempre, como um processo cíclico, relacional e progressivo, no qual muitos pares permanecem por anos, sendo de difícil ruptura; esse processo foi denominado como Ciclo da Violência por Leonore Walker em 1979. Falcke e Féres-Carneiro (2011) retomam o ciclo da violência conjugal proposto por Walker em três fases: construção da tensão, tensão máxima e lua-de-mel. O estabelecimento dos ciclos de violência fica claro nas histórias de Camila e Shena, pois, mesmo quando rompem com o companheiro violento, logo estabelecem uma nova relação com um homem que pratica os mesmos atos, dando início a um novo ciclo de violência conjugal. É comum, também, que as mulheres busquem justificativas para os atos violentos e mesmo após os terminos, acabem por receber os companheiros de volta. No caso de Camila, relaciona suas vivências às de sua mãe, estabelecendo-

se a relação com os modelos de relacionamento que conhece. A participante, ao sofrer agressões físicas, inclusive quando grávida, manifestada em chutes e ameaças de facadas (tentativa de feminicídio), recorda-se do sofrimento da genitora, estabelecendo uma espécie de nexo entre a vivência de hoje e de ontem. Já no caso de Shena, nos três relacionamentos conjugais que estabeleceu, os homens eram usuários de substância psicoativa, assim como foi seu genitor. Percebe-se que o papel de expectador ou de vítima efetiva da violência na infância e adolescência tende a nortear as vivências conjugais futuras, como um modo de reviver as vivências da família de origem, nas construções das relações futuras (Sant'Anna & Penso, 2018; Falcke & Féres-Carneiro, 2011). Nos casos de Sônia e Fábria, a ausência de um modelo parental positivo, também pode ter influenciado o estabelecimento deste ciclo violento. Nestas duas situações, são majoritariamente vivências violentas psicológicas e verbais, que acabaram culminando em atos de violência física, resultando preponderantemente a vivência de difíceis sentimentos: *“raiva, tristeza e mágoa”*. Estas mulheres, muitas vezes emaranhadas nas vivências familiares e sem poder identificar ou falar sobre suas influências traumáticas na constituição do hoje, acabam por repeti-las (Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019). Os fenômenos de violência intrafamiliar aqui apresentados revelam a necessidade de que os profissionais que atuam com essas famílias estejam prontos para atendê-las na complexidade necessária, oferecendo atendimentos efetivos e não apenas encaminhamentos, como ponderam Rolim e Falcke (2018). Para as autoras, cabe aos profissionais ofertar intervenções voltadas às diferentes apresentações e fases da dinâmica da violência conjugal.

Percebe-se, ainda que menos destacadas pelas participantes, a ocorrência de violências e vivências na comunidade, que se situariam, pela classificação de Bronfenbrenner (2011), no **meso** ou **exossistema**, dependendo do grau de interação do sujeito. O primeiro compreende as inter-relações entre dois ou mais ambientes em que a pessoa participa, de modo ativo, e pode ser formado ou ampliado todas as vezes em que ela começa a fazer parte de novos ambientes

(Bronfenbrenner, 2011). Já o segundo corresponde ao ambiente em que não há, necessariamente, participação ativa do sujeito, mas que as ocorrências nele reverberam diretamente em sua vida.

Nos casos das famílias de Diana e Denise é possível identificar um medo exacerbado do externo. Diana relata uma vivência de assalto, enquanto Denise divide uma visão de que “*lá fora há um homem mau*”, e de que os perigos do mundo estão fora de casa, mas dentro da comunidade. Nesse ínterim, é importante observar que apenas duas das participantes trataram do fenômeno violência comunitária e urbana como reveladora de insegurança, no sentido de temer as saídas de casa, seja por medo de assaltos, estupros, ou outras possíveis mazelas. Quase todas as participantes deste estudo revelaram a ocorrência do tráfico de drogas na comunidade, bem como uso de SPA por parte dos homens. Pensando nessas violências e no seu silenciamento, cabe destacar a impressão de um ritmo particular à vida cotidiana das pessoas, causada pelas cenas de horror e morte, apresentadas com tal frequência, que passam a figurar como mais um dia comum nas vilas e periferias (Warpechowski & De Conti, 2019). O ritmo adquirido pelas periferias, atravessado pelos fenômenos da pobreza, reforço de exclusão social e violência de Estado, serão melhor explicados na descrição do macrosistema. Cabe, no entanto, destacar que a partir da repetição desses fenômenos, e a posição de lugar comum que adquirem, são diminuídos os recursos psíquicos para sua elaboração, majoritariamente derivados de um sentimento de desamparo social, reverberando em efeitos de apatia, silenciamento e apagamento subjetivo (Warpechowski & De Conti, 2019; Broide, 2009). Deste modo, quando pensamos no número de sujeitos das famílias entrevistadas que estavam em uso de substância psicoativa, ou envolvidos com o tráfico de drogas, é preciso atentar para o fato de que este não é um fenômeno de isonomia social (Reis & Oliveira, 2017).

A vulnerabilidade social destas famílias e sua escolaridade são fatores limitantes no acesso a trabalho e renda, ocasionando a ausência de trabalho formal, sendo estes fatores contributivos para a iniciação no uso de drogas (Reis et al, 2013; Reis & Oliveira, 2017). As consequências

deste uso são inúmeras: a impossibilidade de seguir trabalhando, a perda de renda, a prática de roubos no lar e na comunidade, e a promoção de um estado de dependência familiar, interferindo na conjugalidade e em outros conflitos intrafamiliares, que estão relacionados diretamente ao comportamento aditivo (Sakiyama et al, 2014). Esta relação bidirecional, retroalimentada entre vulnerabilidade social e uso de drogas, culmina em enormes riscos para as famílias que vivem este fenômeno e, também, para àquelas inscritas em comunidades em situação de vulnerabilidade, pois serão indiretamente afetadas pelas violências decorrentes deste uso. Ainda cabe pontuar que o uso de drogas, muitas vezes, leva os usuários ao tráfico de drogas, pois estes veem na comercialização da substância ilícita a única possibilidade de manutenção do uso e possível fonte de sustento para si e para seus familiares (Reis & Oliveira, 2017). Assim, do modo como se estabelece esse ciclo, fica clara a dificuldade de rompê-lo quando estão interpostas ausências nos campos de renda, escolaridade e políticas públicas. Nas famílias entrevistadas, foi possível perceber a impossibilidade de construir novas formas de viver, expressas nas mortes ou prisões decorrentes do tráfico de drogas, como nas famílias de Aline, Shena, Caren e Antônia.

Ainda no campo dos sistemas, destacam-se àquelas vivências não nomeadas, não explicitadas e por vezes não pensadas como violências. Expressas no **macrossistema**, tratam-se dos fenômenos que perpassam todos os outros ambientes, formando uma rede de interconexões e incluem questões tais como valores culturais e sociais, leis e outras questões que possam afetar de maneira indireta e/ou direta a vida da pessoa (Bronfenbrenner, 2011). As influências do macrossistema na vida das mulheres entrevistadas estão expressas, primordialmente, nos seguintes temas: globalização, pobreza estrutural e ausência de renda; e ausência de sonhos e o reforço da exclusão social.

Primeiramente, cabe recapitular alguns dados sociodemográficos das nove mulheres entrevistadas. Três dessas mulheres eram negras, seis estavam em situação de extrema pobreza e oito eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Quatro viviam em casas de ocupação e quatro

em casas cedidas por familiares. É a partir deste panorama social identificado, que se coloca como necessário pensar nos conceitos de globalização e pobreza. Para Milton Santos (2020), um dos maiores pensadores da geografia mundial, a globalização como está posta atualmente, é perversa, excludente, hegemônica e consumista, cabendo a necessidade de se propor uma nova globalização. Nesta nova ordem, pode-se pensar na emergência de um novo discurso, a partir da cultura popular que passa a conhecer os meios técnicos, antes instrumentos exclusivos da cultura de massas (Santos, 2020). Mas, para isso, é necessário erradicar as condições de miséria. Para o autor, não há vida na miséria, a miséria é o completo aniquilamento do sujeito, ou quase isso; já na pobreza, apesar de todas as dificuldades, há luta, resistência e a busca da possibilidade de seguir existindo. A pobreza de que o autor trata é a pobreza estrutural globalizada, uma forma de pobreza “pervasiva, generalizada, permanente e global” (Santos, 2020 p. 72). Nesta, o Estado se ausenta de sua missão de proteção social, culminando em uma pobreza quase sem remédio, em que o desemprego e a baixa remuneração do trabalho relegam às camadas populares uma quase impossibilidade de sobrevivência. A partir deste estado, só resta a manutenção da luta ativa e tomada de consciência, para a formulação de uma política dos *de baixo*, em oposição à política do consumo (Santos, 2020).

As lutas diárias são lugar conhecido para estas mulheres. A renda, ou ausência dela, é um dos fatores-chave para estas famílias, e quase 90% das participantes eram beneficiárias de transferência de renda do governo. Como exemplo das políticas dos *de baixo* (Santos, 2020), aparecem a emancipação e empoderamento feminino, elementos percebidos como resultantes do processo de implementação do Programa Bolsa Família e da figura da mulher como preferencial referência familiar, compreendendo que o PBF possibilita a inserção destas mulheres em espaço de proteção, tais como o CRAS (Moreira, Ferreira, Lima & Ckagnazaroff, 2012). No entanto, Lavinias, Cobo e Veiga (2012) pontuam que é necessário mais do que renda para que o empoderamento feminino ocorra. No que tange aos estereótipos de gênero, as mulheres precisam

de estímulos, facilitadores que as auxiliem no processo de desobrigação de suas funções domésticas, estabelecendo um processo reflexivo sobre essas imposições sociais.

Como se pode ver, no caso de Camila, muitas dessas ausências em políticas públicas efetivas, e a centralidade dos cuidados no papel feminino (Lavinias et al., 2012), levaram à institucionalização sua e de seus irmãos, em abrigo para crianças e adolescentes. Violências desde a negligência à uma violência institucional, quando decorrente do falecimento de sua genitora, nenhum outro membro da família assumiu os cuidados das crianças. A magnitude dessas ausências se expressa, também, pelo fato de o lugar de cuidado ser destinado somente à figura feminina que, por vezes, já vivencia a ausência de trabalho e renda. É necessário pontuar aqui, que o recorte de raça, gênero e classe social repercute nas possibilidades de trabalho, restando, para a maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade social, o trabalho precário e informal, como modo de garantia de sustento (Leonardo & Moraes, 2017). Atribui-se à mulher, “chefe de família” monoparental o sustento econômico e afetivo, sobrecarregando-a e dificultando a manutenção de um cuidado efetivo para si.

O documentário “Nunca me sonharam” (Rhoden, 2017) retrata, de modo magistral, a ausência de perspectiva enfrentada por essas mulheres e famílias, a partir da história de alunos de ensino médio da rede pública. A ausência de projetos da família, comunidade, Estado e sociedade para os jovens, reverbera em uma impossibilidade de sonhar, expressa por um estado de apatia constante. Nas falas das mulheres é possível identificar as repercussões desse “não sonhar”: violências intra e extrafamiliares, ausência de renda e trabalho, pobreza, uso de substâncias psicoativas, assassinatos, prisões, e outras tantas mazelas humanas, para elas, já cotidianas. Não é possível dissociar a relação entre a violência estrutural, expressa nas desigualdades e opressões de Estado, situadas no campo do sofrimento social, e a produção das violências cotidianas, instauradas no microsistema (Fernandes & Ramos, 2010). Percebe-se, a partir dessa relação, a necessidade de um Estado que se coloque como protetor, e da proteção social como uma

possibilidade de sonhar esses sujeitos, pois a alternativa que se apresenta é clara: violência em suas diversas formas. É preciso transformar um sistema assistencial, correcional e repressivo em um sistema protetor e que seja capaz de mudar a realidade social, a partir da implantação de políticas públicas efetivas de Estado, garantindo ao cidadão direitos sociais e humanos (Benelli, 2020).

Por intermédio das entrevistas realizadas, é possível perceber que, frequentemente, as mulheres identificam perigos intensos tanto dentro de casa, como na comunidade, e no contexto social mais amplo, inscrevendo suas experiências, de um modo ou outro, nos quatro subsistemas: micro, meso, exo e macrosistema. Ou seja, a violência se manifesta em diferentes contextos e situações da vida destas famílias. A impossibilidade de ser cuidada, a sobrecarga, ausências de renda e o cuidado centrado em si, as impedem, inclusive, de identificar esses episódios e nomeá-los como fenômenos violentos, passando a ideia de serem outros episódios quaisquer do cotidiano.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre as histórias aqui contadas, ficam evidentes os relatos de mulheres que, em pelo menos uma das gerações, foram atravessadas pelo fenômeno da violência interpessoal. Para algumas, a violência extrafamiliar/comunitária se sobressaiu; para outras, a realidade da violência se apresenta dentro de casa, por vezes na forma de violência física e/ou psicológica e em outras se materializa como negligência. Os perpetradores são diversos: o Estado, o cônjuge, a mãe, o pai. Mas a realidade que se coloca é uma: a violência deixa marcas, e muitas vezes, elas atravessam gerações, que revivem esses fenômenos e seguem na busca de elaboração e de caminhos possíveis para seguir. Sobretudo, é necessário pensar que a fome é intensa e diversa: de pão, de moradia, de trabalho e de sonhos. Galeano, em sua maestria, descreveu bem: *“O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços”* (Galeano, p.81, 2002).

Como limitações deste estudo, aponta-se a amostra de mulheres residentes de um único município da região metropolitana de uma capital do Sul do Brasil. Estudos com amostras de outros lugares do estado e em outras regiões do país poderiam contribuir para a compreensão do fenômeno de modo mais ampliado, entendendo suas semelhanças e singularidades. O objetivo deste estudo esteve centrado no aprofundamento destas histórias de vida. que também se destaca como ponto forte desta pesquisa, por nos permitir acessar com maior riqueza de detalhes o relato das mulheres participantes e de suas famílias, especialmente nos temas: vulnerabilidade social, violência e transgeracionalidade.

Diante dessas difíceis realidades, sugere-se a implementação de políticas públicas, programas e serviços que busquem de fato combater a vulnerabilidade social e de renda em sua raiz, pois fica evidente que, sem isto, não será possível avançar nas demais: assistência social, planejamento familiar, políticas preventivas de saúde mental e para o uso de álcool e drogas, combate à violência, trabalho infantil, entre outras. A agenda de proteção social precisa transcender os muros do CRAS, pois sem habitação, trabalho e renda, pouco se consegue pensar em termos de futuro familiar. Considerando o estudo da OCDE (2018): “O elevador social no Brasil está quebrado: como promover mobilidade social?”, um brasileiro que esteja entre os 10% mais pobres só verá, em média, um descendente seu chegar à renda média do país na nona geração. Dentre os trinta países analisados, o Brasil é o segundo pior neste aspecto, demonstrando a persistência da renda intergeracional. Como traz Milton Santos (2020), a miséria é a ausência de vida. E sem erradicar a miséria financeira, não será possível erradicarmos as demais mazelas transgeracionais: violência, ausência de cuidado, baixo nível educacional e uso de substâncias psicoativas, dentre outras que desconhecemos, ou que já se embrenharam nestes amargos cotidianos. Os esforços envidados pelos gestores destas políticas públicas devem ser pautados pela vida e não há vida onde não há possibilidades: é preciso poder sonhar novos cotidianos para estas mulheres, para que elas sejam capazes de sonhar as novas gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, André de Carvalho. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, 22(2), 275-293.
- Barros, S.A. & Silva, A.J.M. (2015). Primeiro damismo no Brasil: as inflexões do patrimonialismo na política pública de assistência social. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.
- Benelli, S.J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. Editora CRV: Curitiba, Brasil.
- Bittles, A. H. (2012). *Consanguinity in context* (Vol. 63). Cambridge University Press.
- Boeckel, M.G. & Prati, L.E. (2016). Genograma Familiar. In Hutz, C.S., Bandeira, D.R., Trentini, C.M. & Krug, J.S. (Orgs). *Psicodiagnóstico* (243-263). Porto Alegre, RS: Artmed.
- do Brasil, S. F. (1988). *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília.
- Brasil (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília.
- Brasil (2018). Decreto-Lei nº 9.396, de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Brasília, DF. Acesso em: 08 de julho de 2020.
- Brasil (2007). Decreto nº 6.135/2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília, DF. Acesso em 08 de julho de 2020.
- Broide, J. (2009). *Psicanálise: nas situações sociais críticas: violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal*. Juruá Editora.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed Editora.
- Carmo, M.E. do & Guizardi, F.L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34 (3).
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*.
- Carvalho, M. R. D. S., Oliveira, J. F. D., Gomes, N. P., Santos, M. M., Estrela, F. M., & Duarte, H. M. D. S. (2018). Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 2109-2115.
- Cohen, J. A., & Mannarino, A. P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 983-994.

- Costa, Florença Ávila de Oliveira, & Marra, Marlene Magnabosco. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2002). Violência doméstica e comunitária. *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas*, 85-91.
- Falcke, D., & Féres-Carneiro, T. (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. *Desafios psicossociais da família contemporânea*, 72-87.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2011). A violência na conjugalidade: Possibilidades de intervenção. *Casal e Família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 149-160.
- Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. C., Moreira; E. P., Rabinovich (orgs.). *Família e parentalidade: Olhares da psicologia e da história* (pp. 117 – 133). Curitiba: Juruá Editora.
- Fernandes, L., & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em bairros degradados: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, 16(2), 15-27.
- Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 177, 66-73.
- Galeano, E. (2002). *O livro dos Abraços*. 9. Porto Alegre: L&PM.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica. *Casa do Psicólogo*.
- Hines, P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. Betty Carter & Monica McGoldrick (Cols.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*, 440-465.
- Holanda Júnior, Francisco Wilson Nogueira. (2017). Evitação e proibição do incesto: fatores psicobiológicos e culturais. *Psicologia USP*, 28(2), 287-297.
- Janczura, R. (2012) Risco ou vulnerabilidade social? *Revista Textos Contextos (Porto Alegre)* 11, 301-8.
- Jucá-Vasconcelos, H. P., & Féres-Carneiro, T. (2019). Transmissão psíquica geracional: um estudo sobre violência conjugal contra mulheres. *Psicologia-Saberes e Questões*, 1(1).
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*, 293-310.
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, 6(10), 31-56.
- Leonardo, F. A. M., & de Moraes, A. G. L. (2017). Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, 3(1).
- Moreira, N. C., Ferreira, M. A. M., Lima, A. A. T. D. F. C., & Ckagnazaroff, I. B. (2012). Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos

- agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 403-423.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2018). Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/socialmobility-2018-BRA-PT.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.
- Reis, L. M. D., & de Oliveira, M. L. F. (2017). Vulnerabilidade social em famílias que convivem com comportamento aditivo por tempo prolongado. *Acta Paul Enferm*, 30(4), 412-9.
- Reis, L. M. D., Uchimura, T. T., & Oliveira, M. L. F. D. (2013). Perfil socioeconômico e demográfico em uma comunidade vulnerável ao uso de drogas de abuso. *Acta Paulista de Enfermagem*, 26(3), 276-282.
- Rhoden, C. (2017). *Nunca me sonharam: Maria Farinha Filmes*. Documentário.
- Rolim, K. I., & Falcke, D. (2018). Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-16.
- Santos (2015). *Maternidade e os fatores de violência na interação mãe filho* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- Sakiyama, H. M., Padin, M. D. F. R., Canfield, M., Laranjeira, R., & Mitsuhiro, S. S. (2015). Family members affected by a relative's substance misuse looking for social support: Who are they?. *Drug and Alcohol Dependence*, 147, 276-279.
- Schutzenberger, A. A. (1997). *Meus antepassados: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociograma*. São Paulo: Paulus.
- Silva, N. B. D. (2011). *Mães de crianças vítimas de incesto: transgeracionalidade, características psicológicas e relações familiares*.
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2017). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33.
- Verza, Fabiana, Sattler, Marli Kath, & Strey, Marlene Neves. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 46-60.
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Artmed Editora.
- Warpechowski, M. B. & De Conti, L. O silenciamento da violência. In: Lilian Rodrigues da Cruz; Neuza Guareschi; Bruna Moraes Battistelli. (Org.). *Psicologia e Assistência Social*.

Encontros possíveis no contemporâneo (Vol.1, Cap 8, pp. 135-151.) Rio de Janeiro: Vozes, 2019

World Health Organization (WHO) (2002). Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen. Organización Panamericana de la Salud-Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud. Washington, D.C, USA. Disponível: <https://bit.ly/WrmOvv>.

World Health Organization. (2014). Global status report on violence prevention 2014. Disponível: <https://bit.ly/12sUA5Y>.

Yin, R. K. (2015). Estudo de Caso-: Planejamento e métodos. Bookman editora.

## 5 ARTIGO 2

Tecendo Redes, Criando Laços: Uma Análise das Redes Sociais Pessoais de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social.

Weaving Wefts, Making Ties: An Analysis of the Personal Social Network of Women in Social Vulnerability Situation.

Tejiendo Redes, Creando Lazos: Un Análisis de las Redes Sociales Personales de Mujeres en Situaciones de Vulnerabilidad Social.

A ser submetido no Periódico<sup>4</sup>:

Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)

ISSN: 1676-3041

e-ISSN: 1808-4281

Qualis A2 – Classificação Quadrienal de Periódicos 2013-2016

---

<sup>4</sup> Para melhor organização da leitura da banca avaliadora, optou-se por manter as tabelas e figuras ao longo do texto. Para submissão do artigo ao periódico, será adequado, conforme normas da revista.

## **RESUMO:**

Conhecer as Redes Sociais Pessoais (RSP) dos sujeitos permite compreender como estas podem atuar: fontes de saúde ou doença, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e violência, em que a (in)existência dessas redes são ainda mais cruciais no enfrentamento dos fenômenos. Objetivando conhecer as RSP de mulheres em situação de vulnerabilidade social e seus impactos nas vivências de violências interpessoais atuais, construiu-se o presente estudo. Com metodologia qualitativa, de estudo de casos múltiplos e caráter transversal, esta pesquisa entrevistou nove mulheres, atendidas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma cidade da região metropolitana de uma capital no Sul do Brasil. Neste estudo foram analisados, a partir da triangulação de dados e síntese dos casos cruzados, os dados provenientes dos mapas de RSP das participantes, genograma e da entrevista sobre as vivências atuais de violência. Os resultados sugerem as ausências vividas, econômicas e vinculares, especialmente no quadrante trabalho, impactando nos acessos sociais e de renda. O CRAS atuou como importante fonte de acesso a novos contatos e de ajuda material e de serviços. A RSP das entrevistadas se mostrou frágil no suporte às vivências de violência, demonstrando a importância de políticas públicas que invistam no incremento dessas redes e proteções.

Palavras-chave: Redes Sociais Pessoais; Violência; Vulnerabilidade; Mulheres; Políticas Públicas

## **ABSTRACT**

To know the Personal Social Network (PSN) of the participants allow us to comprehend if they can act as sources of health or disease, especially in contexts of social vulnerability and violence when the in/existence of those networks are even more crucial for facing this phenomenon. This study aimed to understand the PSN of women in social vulnerability situation and their impacts on the recent interpersonal violence experiences. With qualitative methodology, of multiple cases study and cross-sectional character, this research interviewed nine women accompanied followed up at a public local social service unit in a metropolitan town located in the South of Brazil. In this study, were analyzed, from data triangulation and crossed-case synthesis, the data collected from the participants PSN maps, genogram and interviews about nowadays violence experiences. The results suggest that absences, economical and relational, especially related to the job quadrant, impacting on social and income access. The local social service unit acted as an important source of new contacts access and material/services care. The interviewees' PSN emerged as fragile regarding violence experiences, showing the relevance of public policies that invest in increasing these healthy networks and protections.

Keywords: Personal Social Network; Violence; Vulnerability; Women; Public Policies.

## **RESUMÉN**

Conocer las Redes Sociales Personales (RSP) de los sujetos nos permite comprender cómo pueden actuar: fuentes de salud o enfermedad, especialmente en contextos de vulnerabilidad social y violencia, en los que la (in)existencia de estas redes es aún más crucial para enfrentar los fenómenos. Con el fin de comprender las RSP de mujeres en situación de vulnerabilidad social y sus impactos en las experiencias de violencia interpersonal actual, se construyó el presente estudio. Con metodología cualitativa, estudio de caso múltiple y carácter transversal, esta investigación entrevistó a nueve mujeres, atendidas en una unidad pública de asistencia social local en una ciudad de la región metropolitana de una capital del sur de Brasil. En este estudio, se analizaron los datos de los mapas RSP de los participantes, genograma y la entrevista sobre experiencias actuales de violencia, basados en la triangulación de datos y síntesis de casos cruzados. Los resultados sugieren las ausencias vividas, económicas y vinculadas, especialmente

en el cuadrante laboral, impactando los accesos sociales y de ingresos. La unidad pública de asistencia social local actuó como una fuente importante de acceso a nuevos contactos y ayuda material y servicios. El RSP de los encuestados demostró ser frágil para apoyar las experiencias de violencia, demostrando la importancia de las políticas públicas que invierten en incrementar estas redes y protecciones.

Palabras clave: Redes Sociales Personales; Violencia; Vulnerabilidad; Mujer; Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva de Bronfenbrenner (1996), considera-se que o contexto corresponde a um conceito muito mais amplo do que àquele exclusivo ao ambiente direto. Assim, faz-se necessário ampliar o olhar para as relações que se estabelecem, compreendendo que os sistemas são muito mais do que a “soma ou subtração de suas partes” (Vasconcellos, 2008; Papp, 1992). Essas relações e esse modo de olhar estão presentes desde as relações cotidianas e mais próximas, inscritas no microsistema, àquelas distantes, inscritas no macrosistema, que influenciam mesmo que não perceptíveis, a partir das decisões políticas, leis, ideologias, entre outras (Bronfenbrenner, 1996; Barreto, 2016).

Pensando nisso, Sluzki (1997) enfatizou a importância de conhecermos as Redes Sociais Pessoais (RSP) ou Redes Sociais Significativas (RSS) das pessoas, compreendendo-as como possíveis fontes de doença ou saúde. Sluzki (1997) sintetizou essa ideia no chamado mapa mínimo de pessoas e/ou instituições que estão em interação com aquele indivíduo, nomeados por ele. O mapa é constituído por quatro quadrantes: amigos, família, trabalho e/ou estudo e comunidade, serviço ou credo. Os quadrantes estão inscritos em três círculos concêntricos, correspondendo os níveis de intimidade e compromisso relacional: no externo, inscrevem-se as relações mais ocasionais, no intermediário, aquelas que se situam entre as íntimas e as eventuais e no círculo interno as mais próximas e vinculadas. Sluzki (1997) ainda considera na avaliação da rede características estruturais, as funções exercidas pela rede e os atributos do vínculo, buscando uma avaliação qualitativa dos membros que compõem. Posteriormente, Rangel (2007), em sua tese de doutorado, sistematizou o mapa como um instrumento de avaliação das RSP.

Apesar de serem ainda incipientes os estudos utilizando essa metodologia, podemos destacar o de Krenkell, Moré e Mota (2015) sobre as RSP de mulheres acolhidas em uma casa-abrigo, após a vivência de violência conjugal. O artigo analisou, a partir da Grounded Theory, as

repercussões da relação violenta nas RSP e vice-versa, demonstrando sua capacidade de proteção quando presente (Krenkell et al.). A pesquisa de Moré (2005), utilizou o mapa de RSP como instrumento clínico no contexto de atuação do psicólogo comunitário, demonstrando a sua capacidade de contribuir no processo de tomada de decisão dos pacientes no processo de atendimento, ampliando sua capacidade de mudança e ampliando sua qualidade de vida. Moré e Crepaldi (2012), ainda, abordam a metodologia a partir de seu uso como instrumento em pesquisas qualitativas, enaltecendo seu potencial investigativo. Já Melo, Melo e Villar (2018), descrevem o uso do mapa de RSP como parte do processo de sua pesquisa em uma unidade básica de saúde. A partir dos resultados, os autores puderam compreender o processo emancipatório e de acesso a novos contatos descrito pelos usuários do serviço, que identificaram um incremento em suas RSS atribuído à sua participação nas atividades do serviço de saúde comunitário.

Compreendendo a importância do contexto e suas reverberações nas redes sociais pessoais, faz-se importante conhecer a instituição de que partem as participantes deste estudo: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é um serviço descentralizado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) busca trabalhar no fortalecimento da função protetiva das famílias, fomentando vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2014). Por meio do Trabalho Social com Famílias, o CRAS busca facilitar à população em situação de vulnerabilidade o acesso aos direitos e à proteção social, visando a aquisição de autonomia e emancipação social por parte desses sujeitos (Brasil, 2016; Guará, 2010).

Cabe destacar que a vulnerabilidade não é um conceito restrito às ausências de renda, apesar de estas, também, impactarem na fragilização das relações das pessoas que a vivenciam (Brasil, 2004). Assim, a pauperização dos vínculos afetivos e relacionais e a dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços, configuram-se também como vivência de vulnerabilidade, culminando na possibilidade de vivência de risco social por essa população (Janczura, 2012; Carmo &

Guizardi, 2018). Populações em situação de vulnerabilidade social estão também mais suscetíveis a situações de violência, como mito legitimado culturalmente, especialmente a violência do subtipo doméstico (Sutter, Morais & Albuquerque, 2015). Nesse sentido, o estudo integrado de Redes Sociais Pessoais e vivências de situações de violência se faz importante para compreender a influência das redes de suporte e seus impactos na vida de mulheres vítimas de violência, visto que uma estratégia comum dos agressores é o isolamento social da vítima (Beeble, Bybee, Sullivan & Adams, 2009).

Para os sujeitos que vivenciam de maneira mais acentuada as desigualdades sociais, as ausências refletidas em empregos, infraestrutura e políticas públicas efetivas, acaba por impactar na diminuição de sua qualidade de vida e incremento da violência, presente do micro ao macrossistema (Ferreira, Vasconcelos & Penna, 2016; Machado, 2016). Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde define a violência interpessoal como um fenômeno que possui alta probabilidade de resultar em lesão, dano psicológico, morte, prejuízo no desenvolvimento ou privação (WHO, 1996). Quanto à sua classificação, subdivide-se entre dois subtipos que referenciam aqueles que a perpetram, sendo estes: intrafamiliar/de parceiros íntimos e comunitária (WHO, 2014). Para Sluzki (1997), o uso do instrumento de RSP com pessoas e famílias em situação de pobreza e outras vulnerabilidades pode atuar como uma maneira de emancipação, revelando ao sujeito sua capacidade de protagonismo diante das situações.

Partindo-se dos conceitos de vulnerabilidade, Redes Sociais Pessoais e violência interpessoal, esta pesquisa objetivou conhecer as RSP em termos de estrutura, função e atributos do vínculo, e assim compreender se esta rede atuou de maneira protetiva em termos das vivências de violências atuais.

## **MÉTODO**

Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com delineamento transversal.

## Participantes

Os dados foram coletados de um total de nove mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendidas por dois Centros de Referência de Assistência Social da região metropolitana de Porto Alegre. As variáveis sociodemográficas coletadas estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos (n=9)

<b>Variáveis Sociodemográficas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>		
Mulheres	9	100
<b>Idade</b>		
Média	33,4	
Mínima	20	
Máxima	50	
<b>Cor/ Raça</b>		
Branca	6	66,7
Preta	3	33,3
<b>Renda (per capita)</b>		
Até R\$ 89,00	6	66,7
Entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00	0	0
Mais de R\$ 178,00	3	33,3
<b>Inscrição no Cadastro Único</b>		
Sim	9	100
Não	0	0
<b>Políticas de Transferência de Renda</b>		
Sim	8	88,9
Não	1	11,1
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Fundamental Incompleto	6	66,7
Ensino Fundamental Completo	1	11,1
Ensino Médio Completo	2	22,2
Educação Superior Completa	0	0
<b>Estado Civil</b>		
Solteira	5	55,6
Casada/União consensual	1	11,1
Divorciada	1	11,1
Separada	2	22,2
<b>Número de Filhos</b>		
1	1	11,1
2	3	33,3
3	2	22,2
4 ou mais	3	33,3
<b>Situação de Moradia</b>		
Alugada	0	0
Própria (ocupação)	4	44,4
Própria (regularizada)	1	11,1
Cedida por familiar	4	44,4

Cabe ainda informar que, para a participação neste estudo, adotaram-se como critérios de inclusão: possuir maioridade legal (ter mais de 18 anos), ser alfabetizada (sabendo ler, escrever e assinar), ter pelo menos um filho, ter tido pelo menos uma relação amorosa com duração mínima de seis meses, ter coabitado com companheiro(a) em algum momento. Já como critérios de exclusão, utilizaram-se os seguintes: não ser usuária atendida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município em questão e não possuir inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

#### *Procedimento para coleta dos dados e éticos*

Antes do início da coleta de dados, apresentou-se o projeto, firmando-se o termo de anuência das coordenadoras dos Centros de Referência de Assistência Social e do Secretário Municipal de Assistência Social. Após esta etapa, o projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade à qual as autoras estão vinculadas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – CAAE 3.458.839 e obedece às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Obtidas as devidas aprovações, foi iniciado o processo de coleta de dados, a partir de convite e agendamento das entrevistas nos CRAS de referência das participantes. As participantes foram acessadas por conveniência.

#### *Instrumentos para coleta dos dados*

A fim de coletar dados pessoais e sociodemográficos, elaborou-se uma ficha, para facilitar o levantamento e caracterização das entrevistadas, apresentada no subitem participantes. Após, foi aplicado o Mapa de Rede Social Pessoal (Rangel, 2007), a partir da aplicação de três instrumentos correlatos: a) Tabela Mapa de Rede Social-Pessoal: tabela dividida em quatro colunas, nas quais constam quatro categorias: amigos, família (e grau de parentesco), comunidade e trabalho. As entrevistadas devem listar as pessoas correspondentes à cada coluna, conforme grau de proximidade; b) Mapa da Rede Social-Pessoal: complementar ao instrumento “a”, este é um mapa composto por três círculos concêntricos, conforme proposto por Sluzki

(1997), sendo o primeiro círculo o que denota as relações mais íntimas e o terceiro o de relações ocasionais e de conhecidos. Estes círculos estão divididos em quatro quadrantes, representando as quatro categorias do instrumento “a” (família, trabalho, comunidade e amigos). No mapa, serão representados por símbolos as instituições, grupos, homens e mulheres, com o respectivo número, referente ao questionário “a”; c) Questionário complementar para estrutura e funções da rede: composto de 10 perguntas, divididas entre questões de múltipla escolha e questões lacunares. Objetiva complementar as informações dos instrumentos “a” e “b”, para melhor compreensão da estrutura e função dos componentes da rede social pessoal (Rangel, 2007), d) Genograma e Entrevista Aplicada ao Genograma (recorte). A entrevista, elaborada pelas autoras, é composta por um roteiro semiestruturado de onze perguntas, neste trabalho serão apresentados os dados que se referem às vivências de violências atuais, para discussão com os dados obtidos no Mapa de Redes Sociais Pessoais.

#### *Procedimentos para análise dos dados*

Foi realizado o levantamento e análise das respostas do instrumento de Redes Sociais Pessoais, mapa e questionário complementar, a partir da teoria de Sluzki (1997) – avaliou-se a RSP em termos de estrutura, função e atributos do vínculo – e triangulação destes com os dados (Yin, 2015) das vivências atuais de violência e questionário de dados sociodemográficos. A triangulação dos dados corresponde a um processo de uso de múltiplas fontes de evidência, visando fornecer maior robustez aos achados, visto que contempla uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais. Em especial em pesquisas qualitativas, a utilização da estratégia de triangulação e/ou síntese cruzada dos casos confere um ponto forte da coleta de dados do estudo e, posteriormente, de sua análise. Os dados do instrumento de RSP, provenientes das respostas das participantes, foram tabulados e analisados a partir da síntese dos casos cruzados (Yin, 2015), buscando compreender as semelhanças e singularidades entre os nove casos.



para centros comunitários, escolas e centros religiosos/igrejas, enquanto que padaria e a Secretaria Municipal de Assistência Social apareceram em um mapa, cada.

Já no quadrante de amigos, predominou entre as nove entrevistadas a indicação de mulheres. O mesmo ocorreu no que diz respeito à família, ainda que em um grau menor de disparidade entre os sexos. Em uma análise mais minuciosa sobre as relações familiares dos membros citados, é possível perceber que, de modo geral, as mulheres se fizeram mais presentes, tendo sido 23 mulheres e 17 homens. Dessas mulheres, irmãs e filhas estavam em 66,7% das RSP das participantes; mães em 44,4%, avó e tia em 22,2% e prima, cunhada e sobrinha em 11,1%. Quanto aos homens citados pelas participantes, 66,7% referiram filhos como membros de sua RSP familiar, 33,3% irmãos, 22,2% marido, pai e sobrinho, enquanto 11,1% mencionaram ex-marido e tio.

Já no quesito trabalho, quatro participantes, respectivamente as de número 4, 7, 8 e 9, não indicaram sequer uma pessoa ou instituição como pertencente às suas redes sociais pessoais. Destas, três definiram sua profissão como dona de casa ou do lar, e uma delas atribuiu a si duas ocupações: dona de casa e autônoma (vendedora de bolos). As outras cinco participantes, que citaram elementos em sua RSP de trabalho, eram todas compostas por pessoas, não constando nenhuma instituição. A ausência de instituições nos mapas de todas as participantes, no que concerne ao trabalho, pode ser explicada pelo fato de as entrevistadas não estarem vinculadas a trabalhos formais. Nesse sentido, àquelas que mencionaram elementos em sua rede, citaram pessoas para quem prestam algum serviço informal (como diaristas, por exemplo), referências de antigos trabalhos ou pessoas que as auxiliam em trabalhos de reciclagem.

Cabe destacar alguns fatores que destoam das respostas da maioria das participantes. A participante 6, por exemplo, não citou qualquer pessoa ou instituição, tanto no que se refere ao quadrante família, quanto ao de amigos. Foram também apenas as participantes 4 e 7 que

apontaram espaços de religião como pertencentes a suas RSP no eixo comunidade, sendo eles: igreja e centro de religião (umbanda). A P7, quando trouxe sobre o espaço de religião, falou sobre sua importância, mas também sobre o preconceito que enfrentava de seus familiares por frequentá-lo. Já a P3, foi a única a citar dois homens no quadrante amigos, ainda que tenha referido também quatro mulheres, duas delas no círculo que corresponde às relações mais próximas. A exceção no quadrante comunidade foi representada pela Participante 4, a única a citar pessoas – mais especificamente duas mulheres – no âmbito comunitário. Contudo, cabe ressaltar que uma das mulheres citadas pela P4 foi uma relação desenvolvida na oficina de artesanato do CRAS (presente no círculo das relações mais íntimas).

#### *Vivências de violências atuais*

Quanto às vivências de violência atuais das entrevistadas, das 9 participantes, 8 relataram ter vivido episódios violentos. A P1 não relatou ter vivência atual de violência, apesar de ter presenciado episódios em sua família. Todas as demais participantes referiram ter passado por situações violentas.

No que tange à violência intrafamiliar, apareceram os subtipos conjugal e negligência. As participantes P3, P4, P8 e P9 referiram ter vivenciado episódios de violência conjugal, sendo que a P9 relatou ter passado por esse tipo de situação em duas ocasiões. Destas, todas relataram ter recebido algum tipo de suporte: P3 mencionou ter sido auxiliada pela irmã, P4 pela igreja e do CRAS, P6 do CRAS e de uma instituição religiosa, P8 do Fórum, via processo, e P9 relatou ter percebido apoio em apenas uma das situações vividas, de seus vizinhos e da sogra. A situação de negligência foi mencionada pela P5, que não obteve apoio na vivência; a negligência foi por parte do genitor de uma de suas filhas, pela ausência de comprometimento no desempenho do papel paterno.

Já as vivências de violência extrafamiliar (urbanas ou comunitárias) foram três: P7 trouxe sobre situação de tiroteio decorrida do envolvimento de seu irmão com o tráfico de drogas, tendo buscado referência de suporte na religião (Umbanda), mas não tendo percebido apoio direto de pessoas ou instituições. A ausência de suporte foi também percebida por P5, que vivenciou uma situação de furto na comunidade em que vivia anteriormente. Por outro lado, a P2, que vivenciou situação de assalto na saída de um antigo trabalho, sentiu-se apoiada apenas por sua mãe, mas não houve respaldo de nenhuma instituição ou órgão de garantia de direitos. A compreensão da ocorrência dessas vivências violentas e a presença ou ausência de suporte pessoal e institucional, permite conhecer de maneira mais profunda a relação das RSP e sua capacidade protetiva.

## **DISCUSSÃO**

Para uma avaliação global da Rede Social Pessoal, faz-se necessário pensá-la em termos de estrutura, função e atributos do vínculo (Sluzki, 1997). De modo geral, a partir da análise proposta por Sluzki (1997), podemos verificar que a estrutura das redes das mulheres entrevistadas é pequena e pouco heterogênea. Ou seja, são poucas as instituições e pessoas pertencentes à rede das mulheres e, de modo geral, assemelham-se a elas em termos de idade, sexo, cultura e nível socioeconômico. Em termos de composição da RSP, esta se apresentou centrada no quadrante família, especialmente nas relações mais íntimas, o que, neste caso, acarreta em uma acessibilidade maior aos membros da rede. Ainda assim, cabe apontar que a quantidade de sujeitos citados no eixo família é inferior ao número de pessoas presentes na composição familiar das participantes, conforme dados sociodemográficos.

Quanto às funções da rede, é possível perceber que algumas delas são desempenhadas por mais de uma pessoa/instituição, enquanto outras, ficam centradas em apenas um elemento da rede. No que concerne à função de companhia social, que compreende o estar junto ou passar tempo com alguém, as participantes, em sua maioria, citaram amigas, corroborando os achados de

Krenkel, Moré e Motta (2015). Já a regulação social, que corresponde à função de adequação ao ambiente, em termos de comportamentos e expectativas coletivas, foi predominantemente desempenhada pelo eixo comunidade, mais especificamente pelo CRAS, e, em menor número, pela igreja ou centros religiosos. Esse achado difere do encontrado por Krenkel et al (2015), em que a família foi o principal quadrante a desempenhar esta função, mas se assemelha ao estudo de Melo, Melo e Villar (2018). Neste, os participantes descreveram o serviço de saúde comunitária como um local de interação, participação e facilitador de novas amizades e identificações, indo de encontro ao presente estudo, em que as entrevistadas atribuíram este papel ao CRAS, espaço também inscrito na comunidade (Melo et al, 2018). O CRAS, apontado pelas entrevistadas como instituição do eixo comunidade, também foi responsável pelo desempenho da função de acesso a novos contatos.

O exercício das funções de regulação social e acesso a novos contatos pelo CRAS pode ser explicado por intermédio do desenvolvimento de grupos familiares e comunitários no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2016). Ações, estas, que possibilitam o incremento e a criação de vínculos comunitários, a partir do sentimento de pertença, conhecimento do território de vivência e de seus impactos na vida das famílias (Brasil, 2010-11). É também papel do CRAS a garantia do acesso aos direitos e serviços e fortalecimento das redes de proteção social, a partir do Trabalho Social com Famílias (TSF), atuando para que os sujeitos e as famílias possuam autonomia e emancipação social (Brasil, 2016; Guará, 2010). A partir dessa emancipação e instituição de redes informais de suporte entre os usuários do serviço podem surgir organizações comunitárias oficiais, tais como os conselhos, abrangendo interesses e demandas comuns da população adscrita àquele território, compondo uma rede de relações em que os membros da família transitam (Melo et al, 2018; Martins, 2011). Já o desempenho da função de ajuda material e de serviços está provavelmente associado à provisão de benefícios eventuais, tais como os de

gêneros alimentícios, transporte intermunicipal e encaminhamento de benefícios socioassistenciais e transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) (Brasil, 2015; Brasil, 2018). Outrossim, é importante destacar que na função de ajuda material e de serviços, além da comunidade, também despontou a família, com cinco menções. Já no que se refere ao acesso a novos contatos, duas participantes (P5 e P9) referiram não ter nenhum sujeito ou instituição que ocupasse essa função, evidenciando uma lacuna de função nestas redes.

O apoio emocional, função caracterizada pela capacidade de ressonância emocional, acolhida e compreensão encontrada na relação, está mais comumente vinculada às relações de amizade íntimas e familiares próximas (Sluzki, 1997). Nas mulheres entrevistadas a descrição da função veio de encontro ao proposto por Sluzki, pois foi atribuída às amigas e aos familiares próximos. Destaca-se que a P6 não identificou sequer um elemento no desempenho deste papel, o que pode indicar empobrecimento das relações, visto que tal participante demonstrou ausências em mais de uma função de sua rede. Na função de guia cognitivo e de conselhos, que se refere ao compartilhamento de informações pessoais, esclarecimento de expectativas e representação de um modelo para o outro, também apareceram membros da família (citado por seis participantes) e amigos, exceto pelas P3 e P6, que não identificaram o desempenho deste papel. A família, atuante na função de ressonância emocional e guia cognitivo tem papel fundamental ao longo do ciclo de desenvolvimento humano. Neste núcleo somos, ao mesmo tempo, dependentes e responsáveis por sua criação, circunscritos em uma cadeia transgeracional de sustentação, reconhecimento e constituição psíquica, capazes da elaboração de transformações (Passos, 2011). Nesse sentido, para a constituição de uma família com dinâmica saudável, faz-se necessário o estabelecimento de equilíbrio entre a capacidade de flexibilidade e a limitação de fronteiras, promovendo, ao mesmo tempo, autonomia e proteção, adequados a cada etapa do ciclo vital (Wagner, Tronco & Armani, 2011). Para Cerveny e Berthoud (2010), família e sujeito estão fortemente interligados,

ocorrendo mudanças em ambos ciclos de desenvolvimento, ritmados de maneira concomitante, o que requer entre eles equilíbrio, estabilidade e maleabilidade, vinculadas a estrutura e cultura da sociedade em que se inserem.

De maneira paradoxal, neste estudo, a família se apresentou como principal fonte de apoio emocional (com exceção do subsistema marital), mas também, como o principal meio de ocorrência das situações violentas, especialmente no subsistema conjugal transgeracional. Isso pode revelar aspectos de atributos do vínculo, como o baixo compromisso, história empobrecida do vínculo conjugal – 88,9% eram separadas, divorciadas ou solteiras – com relatos conflitivos dessas relações e baixo compromisso relacional (Sluzki, 1997). Nestas ocorrências violentas, a procura por suporte se deu ou na família extensa (irmã e sogra) ou na comunidade (vizinhos e órgãos de proteção social e garantia de direitos), demonstrando que em situações de violência intrafamiliar, não se pode contar com o suporte da família nuclear atual. Houve, ainda, alguns casos que as entrevistadas não relataram nenhum suporte. Isso revela, de modo ambivalente, a dificuldade e a importância de acessar as redes externas quando não há níveis satisfatórios de apoio intrafamiliar, achado semelhante ao estudo longitudinal de Seibel et al (2017), realizado com 148 famílias da capital gaúcha. Assim, cabe ressaltar a importância do contexto comunitário, apontando para os efeitos positivos desta rede nas famílias em situação de vulnerabilidade social, no estabelecimento de um vínculo capaz de produzir risco ou proteção, a partir da interação entre os microsistemas (Bronfenbrenner, 1996; Prelow, Weaver, Bowman, & Swenson, 2010; Seibel et al, 2017).

Neste sentido, o paradoxo, também, aparece no relato das participantes referente ao ambiente comunitário, o qual pode ser de proteção e, simultaneamente, de risco. As violências extrafamiliares citadas pelas participantes foram três: duas que podemos caracterizar como violência urbana – furto e assalto – e outra que corresponde à violência no território, devido à vivência de um tiroteio oriundo de um conflito pelo tráfico de drogas, ocorrido na casa dos

familiares da entrevistada. Nestas situações, nenhuma delas percebeu apoio institucional, sendo que a única que se sentiu amparada foi a P2, que recebeu suporte de sua genitora; demonstrando que, quando a violência foi externa ao núcleo, houve esse apoio, em pelo menos uma das participantes. Faz-se necessário pensar nas desigualdades impressas nos territórios em situação de vulnerabilidade social, denotando as ausências em termos de atividades econômicas, empregos e infraestrutura urbana, acirrando os riscos sociais e diminuindo a qualidade de vida (Ferreira, Vasconcelos & Penna, 2016). Ainda cabe ressaltar que o medo que atravessa essas situações violentas é somente legitimado pelas mídias e pela sociedade quando advém de classes sociais abastadas, sendo ainda pouco discutida a insegurança vivenciada pelas camadas mais populares, que enfrentam, ademais, vulnerabilidades psíquicas e sociais que carecem de políticas sociais e de segurança pública (Neder, 2018).

Essas ausências e fragilidades são refletidas também pela inexistência de trabalhos formais das entrevistadas, representadas pelo diminuto número de elementos no quadrante trabalho e a quase ausência de função de pessoas e instituições deste eixo na vida das participantes. As exceções à essa situação apareceram pela P6, que citou uma pessoa do quadrante trabalho desempenhando a função de ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos e P6 e P1 que citaram pessoas relacionadas ao trabalho como companhia social. Nessas situações particulares, cabe pontuar que os elementos referidos correspondiam a pessoas, e que os trabalhos executados eram ou voluntários ou intermitentes, demonstrando a precarização dos vínculos trabalhistas – dados apenas de maneira informal, o que também explica a inexistência de instituições neste quadrante.

A realidade expressa pelo mapa de redes sociais pessoais das entrevistadas deflagra a condição de falta crônica do trabalho vivenciada, e para muitas a impossibilidade de ser recrutada para uma vaga de emprego no setor formal, levando à uma marginalização permanente pelo excedente estrutural de mão-de-obra enfrentado no Brasil (Proni, 2013). Para Proni (2013) essa

ausência de oportunidades de inserção formal leva ao desemprego por desalento – quando se deixa de procurar – revelando a desproteção social e vulnerabilidade ocupacional enfrentada por muitos em nosso país. Nesse contexto, é necessário pensar que se encontra uma violência não nomeada, macrossistêmica, estrutural e (des)estruturante e, por isso, tão difícil de ser identificada pelas entrevistadas, encontrando-se infiltrada em todos os eixos da vida, influenciando os demais sistemas e suas interações (Bronfenbrenner, 1996). Nesse sentido, a retomada de investimento em políticas públicas, tais como o Plano Nacional de Trabalho Decente, que busquem o combate à pobreza e superação das desigualdades sociais através de empregos formais para a população são a única via possível para erradicar condições de miséria e a pobreza estrutural globalizada (MTE, 2010; Santos, 2020). Lima (2007), sinaliza que à despeito da flexibilização das condições de trabalho, este segue tendo uma função central na formação de identidade dos sujeitos, dando sentido à sua inserção social e construindo perspectivas de carreira, sonho e referências de mundo, a partir da consolidação do “ser trabalhador”. Neste trabalho, foi possível perceber que também a ausência desse eixo na vida das mulheres representou outras tantas, refletidas no tráfico de drogas, violências comunitárias, falta de redes nas situações de violência intrafamiliar e para exercer outras tantas funções na RSP, revelando a desproteção do Estado na garantia de direitos (Lima, 2007).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados e a discussão propiciadas pelas entrevistas das nove mulheres deste estudo à luz da teoria de Sluzki (1997), permitiram um olhar para as redes sociais pessoais e para as repercussões nas vivências de situações violentas. Foi possível perceber as ausências encontradas no quadrante trabalho e a identificação de uma instituição em comum no eixo comunidade (CRAS), bastante presente na vida dessas mulheres, bem como as funções de apoio emocional e guia cognitivo centradas na família. Diante desse cenário, percebeu-se que em situações de violência intrafamiliar, o suporte da rede ficou empobrecido, sendo necessária, na maioria dos

casos, a busca por órgãos de garantia de direitos, sem suporte familiar, e, em outros, o silenciamento foi o destino encontrado, perpetuando o ciclo violento. No enfrentamento da violência extrafamiliar/comunitária, o suporte se mostrou ainda mais incipiente, revelando a violência macroestrutural que atua como pano de fundo das repercussões no cotidiano (assaltos, conflitos armados, furtos, desemprego, entre outros), denotando uma banalização desses atos.

Evidenciaram-se, assim, ausências estruturais que impactaram na capacidade da RSP em fornecer suporte adequado nas situações violentas, podendo ser pensada pelo seu pequeno tamanho, sobrecarga e ausências. Para Sluzki (1997), variáveis macrossociais reverberam na experiência social de indivíduos em situação de pobreza, levando a uma falta de controle sobre seu meio, não só pela dependência de instituições de Estado, mas pela ausência de feedback do mundo diante de suas ações. Essa percepção de perda de potencial para gerar mudança a partir do próprio potencial pode levar à uma “falta de esperança aprendida” (Seligman, 1975, citado em Sluzki, 1997). Cabe, portanto, a discussão: são as famílias multiproblemáticas, ou é a macroestrutura punitiva?

Sem a pretensão de concluir o debate, é preciso pensar: qual o papel das políticas públicas em termos de inclusão das famílias e facilitação do seu protagonismo e emancipação social, na construção da possibilidade de novas histórias? O próprio Mapa de Redes Sociais Pessoais aponta um caminho possível, a partir do convite para a participação das famílias de forma ativa nos processos sistêmicos; para isso, sair da posição profissional de “suposto-saber” é primordial. Cabe às redes formais – especialmente as de assistência social e saúde – favorecerem espaços de tomada de decisão e autonomia dos sujeitos, na busca de mudanças qualitativas das necessidades apresentadas, desde as redes identificadas às que precisam ser fortalecidas.

Esse estudo, apesar de limitado à uma população e contexto específico, buscou demonstrar a importância dessa construção conjunta – de relações, formais e informais, evidenciando uma

das muitas possibilidades de fortalecer redes e criar laços. Como limitação, cabe apontar que as mulheres entrevistadas já estavam vinculadas a CRAS do seu município, o que pode ter favorecido processos de reflexão em algumas temáticas; deste modo, entende-se que esse pode não ilustrar o recorte de todas as famílias em situação de vulnerabilidade social e vivência de violências. Para pesquisas futuras, sugere-se a utilização do instrumento de RSP em estudos longitudinais, em que se possa compreender a evolução do mapa de redes sociais pessoais, e seu impacto nas tessituras de rede dos sujeitos acompanhados.

É importante pensar acerca da construção que acontece no “entre” das políticas públicas, através de sua idealização e execução. E é nesse sentido que as reverberações possíveis dessas políticas públicas devem ser debatidas no combate às violências macro e microssistêmicas para que se construa políticas para desconstruir violência. A pesquisa e o fazer profissional ético e comprometido se colocam como fontes de enfrentamento às desigualdades, ausências e mazelas descritas nesse trabalho. Pautando o fazer no conhecer, é possível garantir direitos e contribuir para que as relações familiares sejam capazes de produzir saúde, com o suporte de redes formais e informais ativas. Por intermédio da escuta da das nove mulheres foi possível conhecer um recorte da realidade por elas vivida. Dar voz às mulheres viabiliza pensar futuros que privilegiem a qualidade das relações, das proteções e dos afetos. A integralidade se faz em rede, e a rede se faz em laço – afetivo, relacional e bidirecional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, André de Carvalho. (2016). Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, 22(2), 275-293, doi: 10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P275
- Beeble, M. L., Bybee, D., Sullivan, C. M., & Adams, A. E. (2009). Main, mediating, and moderating effects of social support on the well-being of survivors of intimate partner violence across 2 years. *Journal of consulting and clinical psychology*, 77(4), 718, doi: 10.1037/a0016140.
- Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/UynlF>
- Brasil (2010). Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Trabalho Decente. Brasília. Recuperado de: Hiperlink, [www.mte.gov.br/antd/programa\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/antd/programa_nacional.asp).
- Brasil (2010-11). O CRAS que temos, o CRAS que queremos. Orientações Técnicas. Metas de desenvolvimento dos CRAS: período 2010/2011. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/FHu4a>
- Brasil (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/yeAqo>
- Brasil (2015). Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/8nbjE>
- Brasil (2016). Caderno de orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: uma articulação necessária na

Proteção Social Básica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.

Recuperado de: <https://bityli.com/reNbF>

Brasil (2018). Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Cidadania. Brasília. Recuperado de: <https://bityli.com/ESPFO>

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1977).

Cerveney, C. M. O., & Berthoud, C. M. V. (2010). Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa. Casa do Psicólogo.

Ferreira, I. C. B., Vasconcelos, A. M. N., & de Azevedo Penna, N. (2016). Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. Anais, 1-18. Recuperado de: <https://bityli.com/y0Vu1>

Guará, I.M.F.R. (2010). Família e território, eixos centrais do trabalho social. In Redes de Proteção Social (Vol. 1, Cap. 3, pp. 52-64). Secretaria de Desenvolvimento Humano. Recuperado de: <https://bityli.com/VWP1P>

Krenkel, S., Moré, C. L. O. O., & Motta, C. C. L. D. (2015). The significant social networks of women who have resided in shelters. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 25(60), 125-133, doi: 10.1590/1982-43272560201515

Lima, M. E. A. (2007). Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Educação & Tecnologia*, 12(3). Recuperado de: <https://bityli.com/2o1FL>

- Martins, E. (2017). Família em situação de risco e rede social de apoio: um estudo em comunidade de periferia metropolitana. *Revista@mbienteeducação*, 4(1), 60-71. Recuperado de: <https://bityli.com/JOTpb>
- de Melo, R. H. V., de Melo, M. L., & de Vilar, R. L. A. (2018). Análise de redes sociais: a reciprocidade entre usuários e profissionais na estratégia saúde da família. *Revista Ciência Plural*, 4(1), 22-35. Recuperado de: <https://bityli.com/8JI27>
- Neder, G. (2018). Violência, vulnerabilidade e direitos humanos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 12(4), doi: 10.29397/reciis.v12i4.1669
- Papp, P. (1992). O processo de mudança: uma abordagem prática à terapia sistêmica da família. Artes Médicas.
- Passos, M.C. (2011). Prefácio. In Wagner, A. & Cols. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (Vol. 1, Prefácio, pp. 15-18). Editora Artmed: Porto Alegre.
- Prelow, H. M., Weaver, S. R., Bowman, M. A., & Swenson, R. R. (2010). Predictors of parenting among economically disadvantaged Latina mothers: Mediating and moderating factors. *Journal of Community Psychology*, 38(7), 858-873, doi: 10.1002/jcop.20400
- Proni, M. W. (2013). Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, 22(3), 825-854, doi: 10.1590/S0104-06182013000300009
- Rangel, M. P. (2007). Redes sociais pessoais: Conceitos, práticas e metodologia. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS. Recuperado de: <https://bityli.com/LZr1b>

Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

Seibel, B. L., Falceto, O. G., Hollist, C. S., Springer, P. R., Fernandes, C. L. C., & Koller, S. H. (2017). Rede de apoio social e funcionamento familiar: estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando famílias*. Porto Alegre. vol. 21, n. 1 (jul. 2017), p. 120-136. Recuperado de: <https://bityli.com/pN60h>

Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sutter, C, Morais, C. A. & Albuquerque, R. M. M . (2015). Cultura e violência intrafamiliar: trabalhando em situação de crise. In Sutter, C., Bucher-Maluschke, J.S.N.F & Pedroso, J.S. (Orgs.). *Família e Vulnerabilidade Social: pesquisas e intervenções* (Vol. 1, Capítulo 8, pp. 163-181). Editora Appris: Curitiba.

Vasconcellos, M.J.E. (2008). *O pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência* (5ª ed.). São Paulo: Papyrus.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Bookman editora.

Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In Wagner, A. & Cols. *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (Vol. 1, Cap. 1, pp. 19-35). Editora Artmed: Porto Alegre.

World Health Organization (1996). *The world health report 1996: fighting disease; fostering development*. Recuperado de: <https://bit.ly/2NXFIoF>.

World Health Organization. (2014). Global status report on violence prevention 2014. Recuperado de: <https://bit.ly/12sUA5Y>.

## 6 CONCLUSÃO GERAL

Este trabalho teve como objetivo principal conhecer as experiências de violências interpessoais transgeracionais e atuais, bem como a rede social pessoal de mulher em situação de vulnerabilidade econômica atendidas em CRAS da região metropolitana de uma capital do Brasil. Como pôde-se perceber ao longo destes dois artigos, as vulnerabilidades vivenciadas por essas mulheres são inúmeras e repercutem em todo seu contexto – reverberando nas principais variáveis desse estudo: violência, redes sociais pessoais e vulnerabilidades.

A confecção dos genogramas (Apêndice E) dessas famílias, a partir das falas dessas mulheres, ilustraram histórias de repetições que demonstram a necessidade de se ter espaços para falar das violências – sejam elas micro ou macrosistêmicas. Foi possível perceber, ao longo do processo de pesquisa, que o materializar dessas histórias nos genogramas e nas histórias contadas possibilitaram reflexões nas participantes, que possivelmente não foram oportunizadas em outros espaços. Falar é uma forma de simbolizar e interromper as repetições danosas que ocorrem transgeracionalmente em algumas famílias. Neste estudo, encontramos exemplos de violências conjugais, uso de substâncias psicoativas, desemprego, miséria, ausências paternas e masculinas, sobrecarga materna, incesto, entre outras tantas repetições prejudiciais deixadas como legado de geração em geração. Nesse sentido, esse estudo nos possibilita enxergar a necessidade de construir espaços que possibilitem essas reflexões, construindo uma engrenagem processual que oportunize mudanças: é preciso conhecer para mudar os destinos. O fortalecimento da função protetiva da família e da comunidade são também responsabilidade do Estado, na garantia de direitos de convivência e de acessos, oportunizando sonhos e novas construções, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Quando conhecemos as histórias das Redes Sociais Pessoais dessas mulheres, ficou ainda mais nítida a necessidade de atuação das políticas públicas: na geração de emprego e renda, na proteção em situações de violência, na construção de vínculos comunitários. A utilização da teoria de Sluzki (1997) como instrumento de emancipação social e participação efetiva dos sujeitos no seu processo de mudança pode ser uma forma de acessar as realidades e construir serviços que sejam efetivamente protetivos e proativos na garantia dos direitos e na melhoria de vida das famílias.

Os atravessamentos macrosociais deflagram a necessidade de mudanças substanciais na sociedade brasileira, em termos de capacidade de mobilidade social, empregabilidade, e extermínio das misérias que impedem os sonhos e a capacidade de cuidado das gerações atuais e futuras. Misérias essas, que se materializaram em muitas dessas histórias, na solidão

feminina, que é cobrada a dar conta de um cuidado que é de responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, tecendo histórias transgeracionais de mulheres que *desistiram* do cuidado de si para cuidar das outras gerações. Contudo, essa solidão materna custa muito caro para as mulheres – com a diminuição de suas redes de relações e prejuízos em saúde, sociais e econômicos – e para as novas gerações, que seguem a trama da repetição: ser forte para “dar conta”. Cabe sonhar e investir na geração atual, e nas próximas, lutando por uma sociedade que possibilite mudanças – inclusive no elevador social que está quebrado. Sem a pretensão de ter um fim em si mesmo, esse estudo demonstra a necessidade de se investir na qualificação da escuta dos sujeitos para a construção de propostas que sejam eficazes. Se ao considerar todo o contexto de ausências vivido por essas mulheres, o CRAS foi capaz de representar um espaço de saúde, é possível sonharmos com a possibilidade de mudanças muito maiores se combatermos as mazelas em sua raiz. Os dados obtidos nessas entrevistas, mapas, histórias de vida e de famílias não se esgotaram no restrito espaço desses dois artigos que compõem a dissertação, aspecto que possibilita ainda outras tantas discussões, tão necessárias e urgentes, especialmente no que concerne ao lugar das mulheres nessas famílias – ontem, hoje e amanhã.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Ficha de dados sociodemográficos

#### FICHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

##### 1. Dados Básicos

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Cor/Raça: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Número de Filhos: \_\_\_\_\_

##### 2. Situação Socioeconômica

Profissão: \_\_\_\_\_

( ) Ativo ( ) Inativo ( ) Desempregado, desde qual ano?

( ) Aposentado ( ) Pensionista ( ) Sobrevive de quê? \_\_\_\_\_

Renda aproximada: \_\_\_\_\_

Está cadastrado em programa de transferência de renda? \_\_\_\_\_

Recebe BPC? \_\_\_\_\_ Auxílio-doença? \_\_\_\_\_

Está inscrita no Cadastro Único? \_\_\_\_\_

Possui o benefício de baixa renda/taxa social? \_\_\_\_\_

Recebe auxílio de Terceiros? \_\_\_\_\_

Desenvolve atividades extra para complementar a renda familiar? \_\_\_\_\_

##### 3. Moradia

Casa: ( ) Própria ( ) Cedida ( ) Alugada – Valor do Aluguel: R\$ \_\_\_\_\_

- Quais cômodos possui a residência?

( ) Quartos – n° \_\_\_\_\_

( ) Cozinha – n° \_\_\_\_\_

( ) Sala – n° \_\_\_\_\_

( ) Banheiro – n° \_\_\_\_\_

( ) Outros – n° \_\_\_\_\_

- Construção:

( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Outros

- A casa possui:

Abastecimento de água: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Outros

Sanitário: ( ) Sim ( ) Não – Qual utiliza? \_\_\_\_\_

Iluminação: ( ) Sim ( ) Não

#### 4. Dados complementares:

Nomes, idades e relação estabelecida com as pessoas que residem na casa:

---

---

---

Há outras casas no terreno em que você reside? Se sim, são pessoas com as quais estabelece relação?

---

---

---

## APÊNDICE B – Questionário Aplicado ao Genograma Familiar

### QUESTIONÁRIO APLICADO AO GENOGRAMA FAMILIAR

#### Parte I – Violência interpessoal

Para as próximas perguntas, vamos considerar como violência aquela do tipo interpessoal (que ocorre entre as pessoas), podendo esta ser intrafamiliar (por exemplo, violência conjugal e negligência) ou extrafamiliar/comunitária (por exemplo, assaltos e agressões provenientes de pessoas desconhecidas).

- a) O que é violência para você?
- b) Você se lembra de episódios de violência que ocorreram em sua família nas gerações anteriores (pais e avós)? Se sim, quais?
- c) Acredita que as violências sofridas anteriormente impactaram em sua vida? De que forma?
- d) Você já sofreu algum episódio de violência? Se sim, de qual tipo?
- e) Você poderia contar sobre esta(s) vivência(s)? Como descreveria seu sentimento em relação a ela(s)?

#### Parte II – Rede de Pertencimento

- a) Nesta situação de violência, você pôde contar com alguém para ajudar a lidar com isto?
- b) Alguma instituição (pública ou privada) lhe auxiliou nesta situação?

#### Parte III – Transgeracionalidade

- a) No seu entendimento, as mulheres desta família desempenham um papel parecido?
- b) Considerando a história das diferentes gerações desta família, conte o que você percebe em comum, ou de diferente entre elas.
- c) Como você percebe seu papel nesta família?
- d) Você percebe alguma semelhança entre sua família nuclear atual e as gerações anteriores? Se sim, qual(is)?

## APÊNDICE C – Mapa de Redes Sociais Pessoais

### PARTE A – Mapa de Redes Social-Pessoal

QUESTIONÁRIO Nº \_\_\_\_\_ OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ COM QUEM MORA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

A seguir encontrará uma tabela contendo quatro colunas com os títulos: Família, Amigos, Trabalho e Comunidade.

Faça uma lista das pessoas grupos e instituições que você considera parte da sua rede social pessoal, em ordem decrescente assim: das relações mais próximas (no início de cada coluna) até as mais distantes e ocasionais (no final de cada coluna). Pode escrever todos os nomes que lembre neste momento.

Pode escrever tantos nomes quantos forem preciso. Podem ser mais ou menos que os números no quadro. Se precisar de mais espaço, por favor, continue atrás da folha, dando continuidade à numeração.

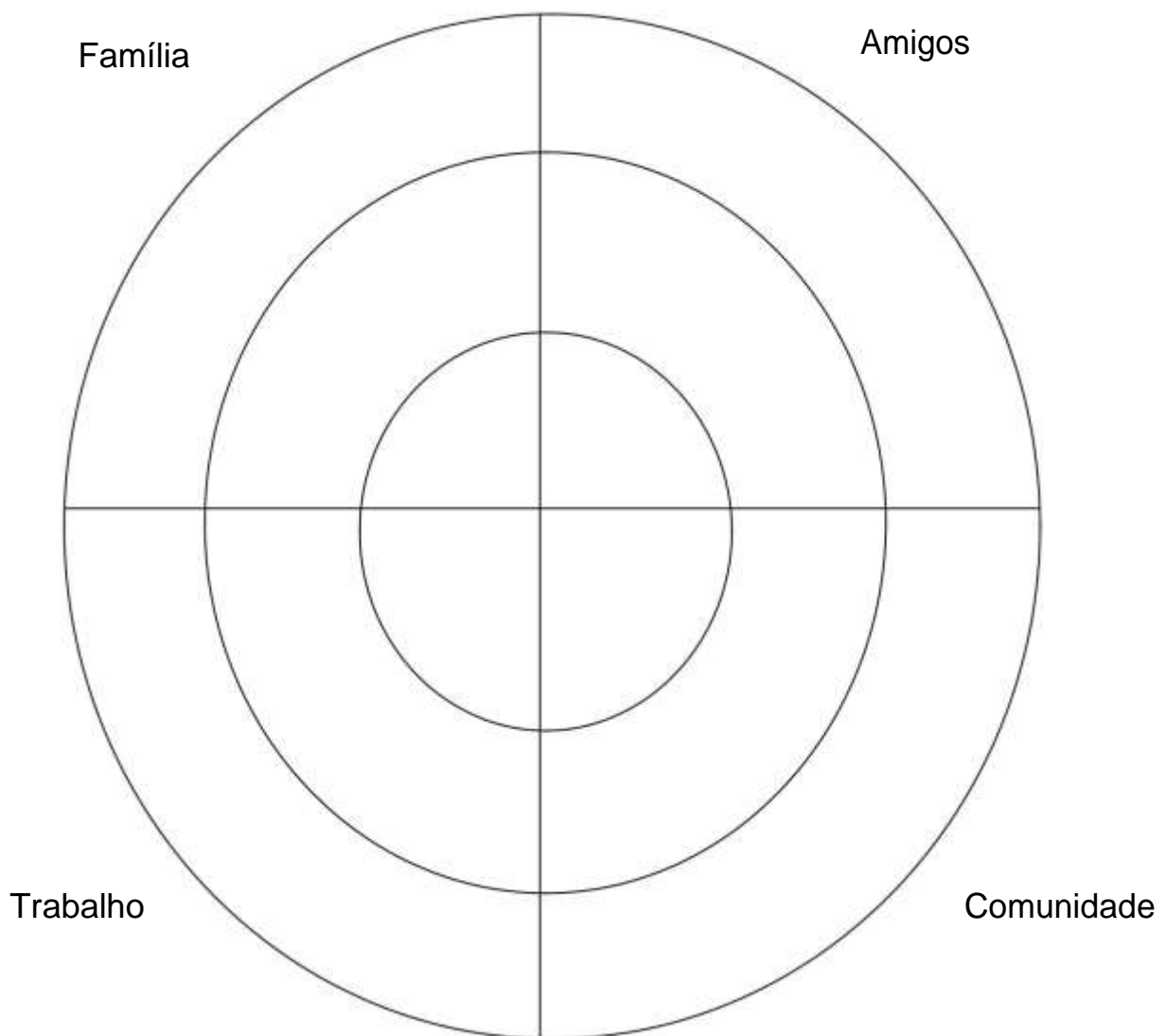
Família		Grau de Parentesco	Amigos		Trabalho		Comunidade	
1			25		49		73	
2			26		50		74	
3			27		51		75	
4			28		52		76	
5			29		53		77	
6			30		54		78	
7			31		55		79	
8			32		56		80	
9			33		57		81	
10			34		58		82	
11			35		59		83	
12			36		60		84	

13			37		61		85	
14			38		62		86	
15			39		63		87	
16			40		64		88	
17			41		65		89	
18			42		66		90	
19			43		67		91	
20			44		68		92	
21			45		69		93	
22			46		70		94	
23			47		71		95	
24			48		72		96	

## PARTE B – O mapa da Rede Social-Pessoal

A seguir você encontra um gráfico cujo nome é mapa de redes social-pessoal. Nele aparecem três círculos concêntricos e está dividido em quatro partes, chamadas quadrantes. Note que esses quadrantes correspondem aos títulos da tabela que preencheu antes. Os círculos concêntricos se referem à proximidade com que você percebe seus relacionamentos. Esta proximidade não tem a ver, necessariamente, com a proximidade geográfica. Sluzki (1997) recomenda, para preenchê-lo, o seguinte. No primeiro círculo, o menor, colocar as relações mais íntimas, no intermediário as relações com menos intimidade e por fim, no externo colocar conhecidos e relações ocasionais.

Por favor, represente com um círculo as mulheres, com um quadrado os homens e com um triângulo os grupos e as instituições. Coloque dentro de cada figura o número com que aparece na sua lista.



## PARTE C – Questionário complementar para estrutura e funções da Rede Social-Pessoal

1- Você considera suficiente ou insuficiente o número de pessoas que formam seu mapa de rede?

- Família                     suficiente     insuficiente  
Amigos                     suficiente     insuficiente  
Comunidade               suficiente     insuficiente  
Trabalho                   suficiente     insuficiente

2- A seguir você encontra uma série de questões que buscam entender o parecido que são os elementos da sua rede a você, em termos de sexo, idade, e interesses. Por favor, marque com um X embaixo no parêntese.

Família:

Sexo       muito  médio  pouco

Idade       muito  médio  pouco

Interesses  muito  médio  pouco

Amigos:

Sexo             muito       médio       pouco

Idade            muito       médio       pouco

Interesses     muito       médio       pouco

Comunidade:

Sexo             muito       médio       pouco

Idade            muito       médio       pouco

Interesses     muito       médio       pouco

Trabalho:

Sexo             muito       médio       pouco

Idade            muito       médio       pouco

Interesses     muito       médio       pouco

3- Quanto distante se encontram geograficamente estes elementos?

Família                     próximo  médio     longe

Amigos                     próximo  médio     longe

Comunidade               próximo  médio     longe

Trabalho                   próximo  médio     longe

4- Você pensa que o nº. de instituições com as quais você tem contato é suficiente?

( ) Sim ( ) Não

5- Quem eu procuro quando tenho vontade de passar o tempo com alguém? (até 3 números

Escreva os números que corresponde às pessoas, grupos e instituições da sua lista e seu gráfico) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

6- Alguém que me dê limites, que me explique o funcionamento das normas, regras, etc.

Alguém que me ajude a resolver os conflitos. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

7- Quando preciso “colo” a quem peço ajuda afetiva? \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

8- Quem é o meu modelo, espelho, com quem eu gostaria de me parecer? \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

9- Através de quem eu consigo conhecer novas pessoas e instituições? \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_.

10- Quando preciso de ajuda material (dinheiro, empréstimos, livros) ou serviços (saúde, favores e outros) a quem recorro? \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando um trabalho de pesquisa denominado “Redes sociais pessoais, violência conjugal e resiliência: um estudo com mulheres em vulnerabilidade socioeconômica”, coordenado pela Profª Dra. Mariana G. Boeckel pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA. Os objetivos desta pesquisa são: conhecer características sociodemográficas, redes sociais pessoais, índices de resiliência e ocorrência de violência conjugal em amostra de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Guaíba. Para tanto, serão aplicados alguns questionários. Gostaríamos de deixar claro que você tem total liberdade para decidir sobre sua participação neste estudo. Você poderá desistir da presente pesquisa a qualquer momento, mesmo já tendo ingressado na mesma. Garantimos que todas as informações serão consideradas confidenciais e que a divulgação dos resultados deste estudo será anônima, preservando, assim, sua privacidade e sigilo. Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da UFCSPA e está registrada sob o número XXXX. Esta pesquisa implica em mínimo risco de danos, contudo, o estudo pode despertar certa fragilização emocional a partir das entrevistas realizadas. Nesse sentido, as autoras se responsabilizam por oferecer acolhida particularizada nos CRAS caso ocorram os danos anteriormente citados. As pesquisadoras se responsabilizam por indenizar as participantes caso as participantes apresentem danos que sejam comprovadamente advindos da pesquisa. Sua participação nesta pesquisa não será remunerada, mas se você tiver custos para realizar seu deslocamento, receberá reembolso. Caso você tenha alguma pergunta a fazer antes de decidir por sua participação, sinta-se à vontade para fazê-la. Você receberá uma via deste termo, para que possa consultá-la a qualquer tempo. Agradecemos sua participação e desde já, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Prof. Dra. Mariana Gonçalves Boeckel  
mariana\_boeckel@yahoo.com.br  
Mestranda Vanessa Russi Fiorini  
vanessarussifiorini@hotmail.com – Contato Telefônico: (51)9 9805-3639

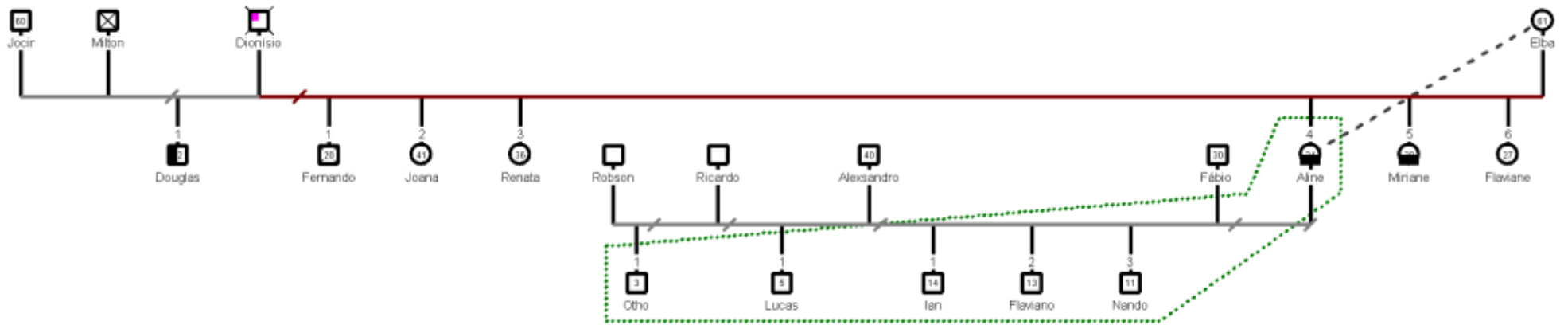
.....  
**DECLARAÇÃO**

Declaro que recebi de forma clara e detalhada todas as informações que julguei necessárias para entender e aceitar participar do presente estudo. Fui informado(a) de que posso desistir em qualquer momento da presente pesquisa.

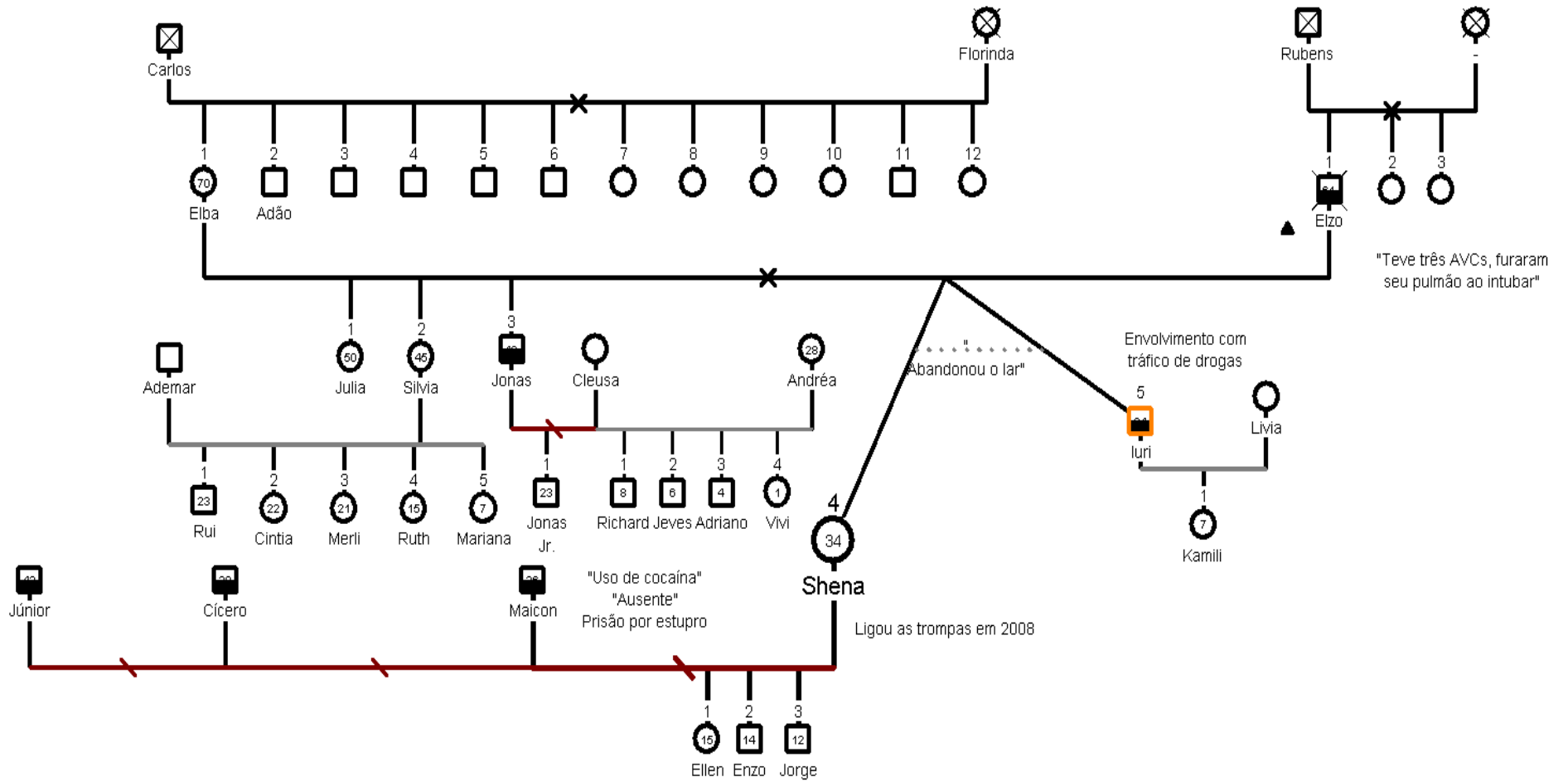
Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE E – GENOGRAMAS FAMILIARES

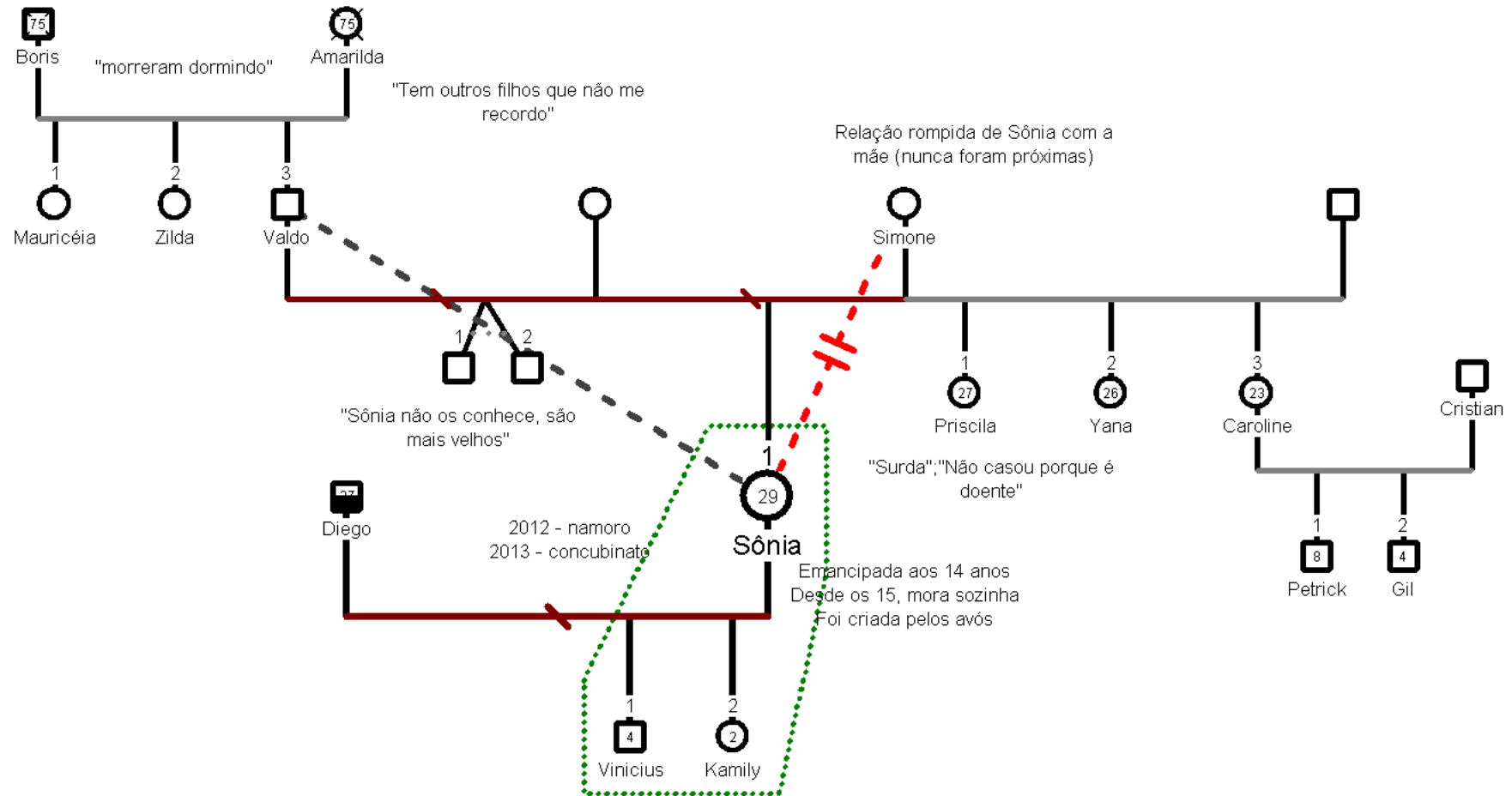
### Família 1: Aline



## Família 2: Shena

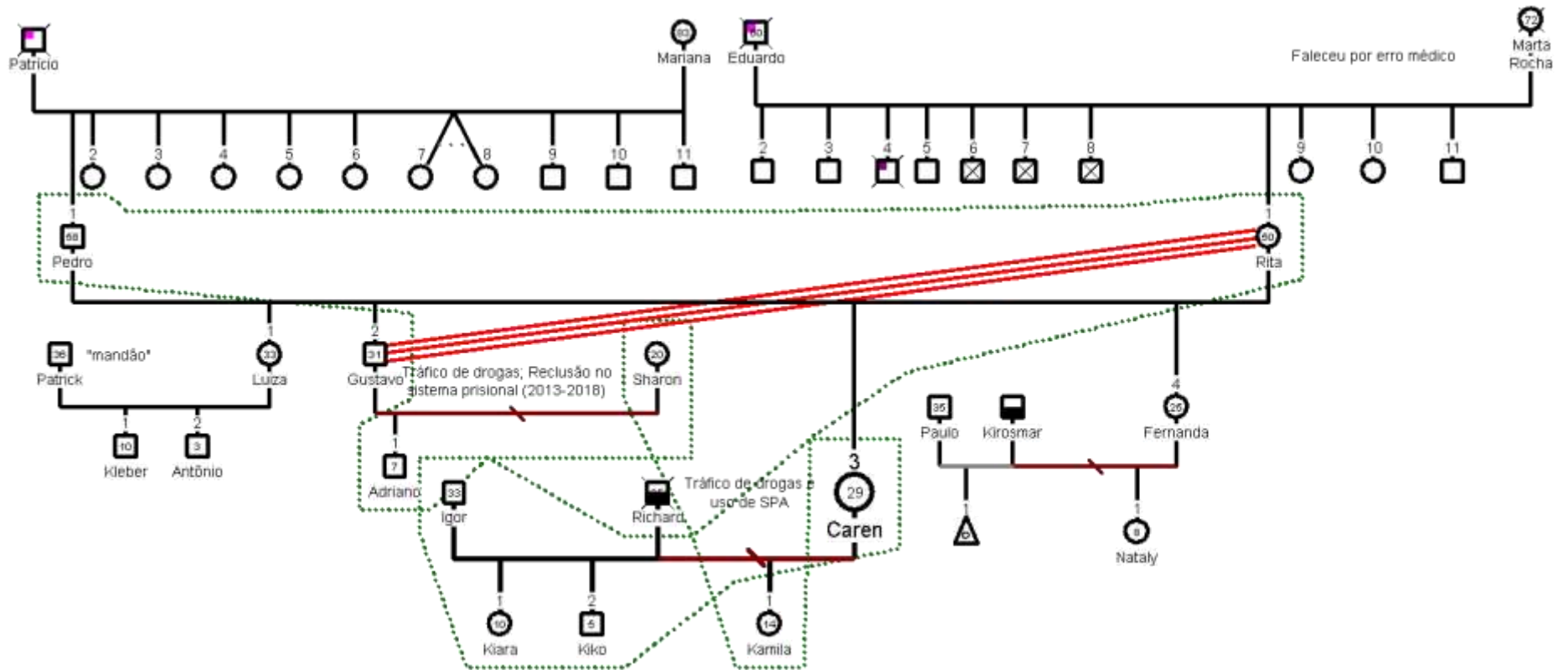


### Família 3: Sônia

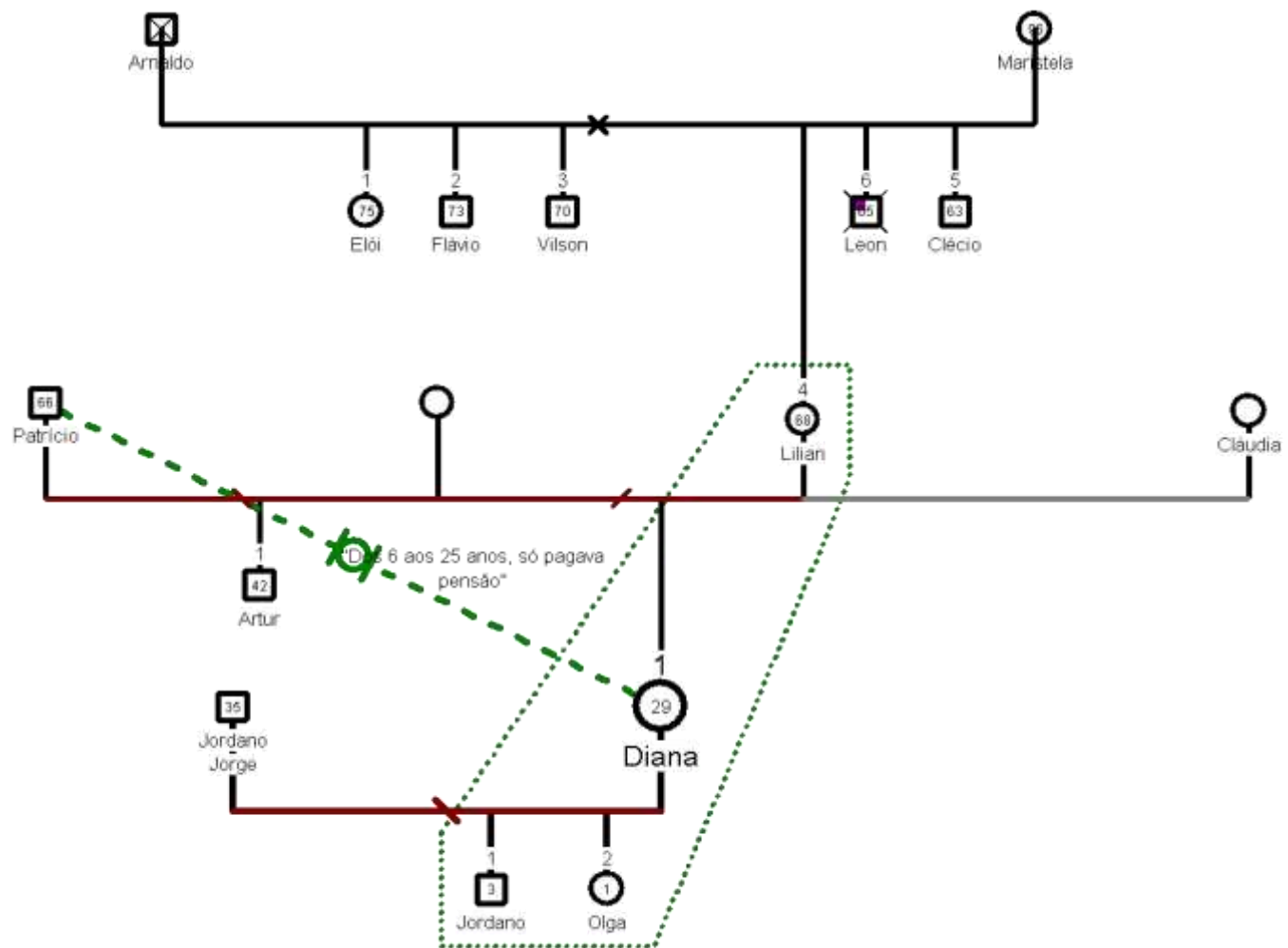




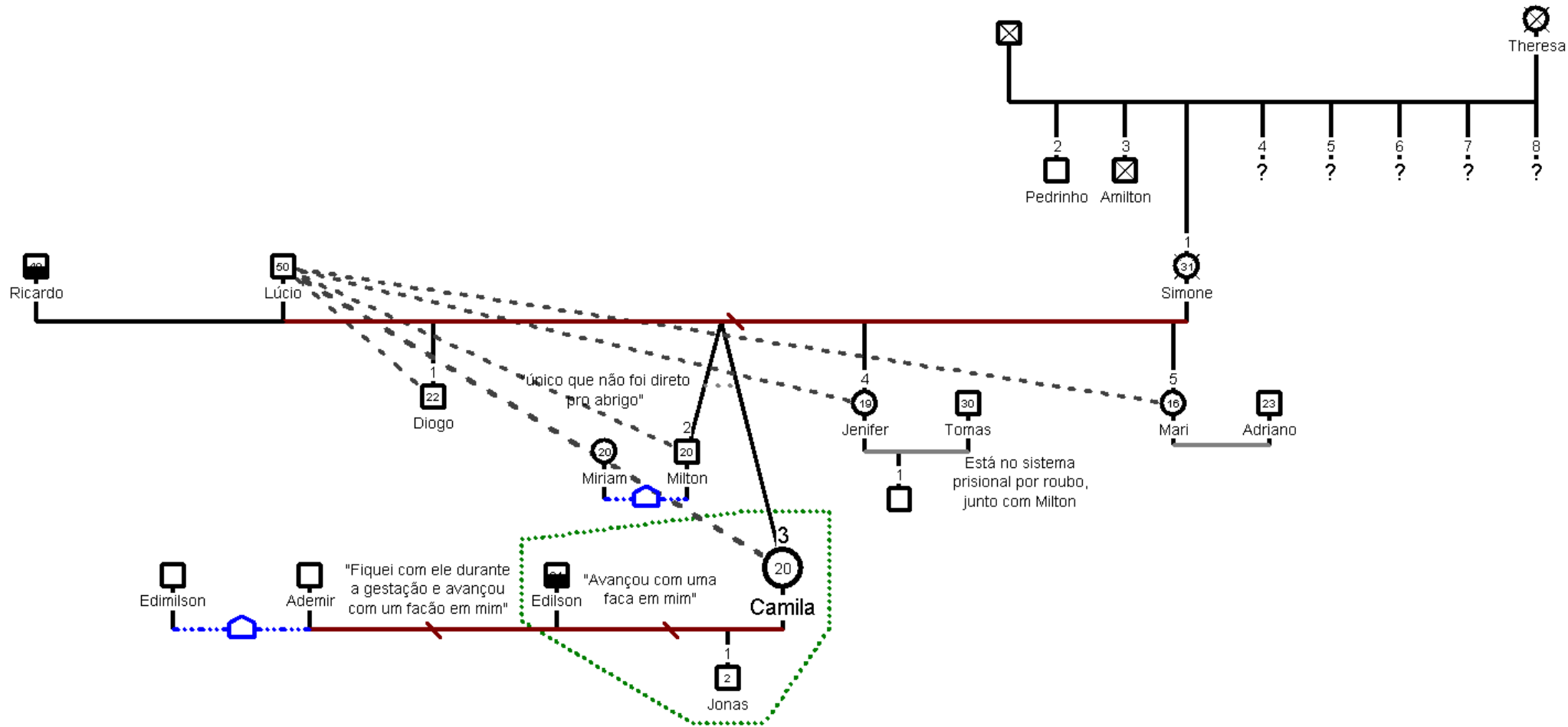
## Família 5: Caren



### Família 6: Diana

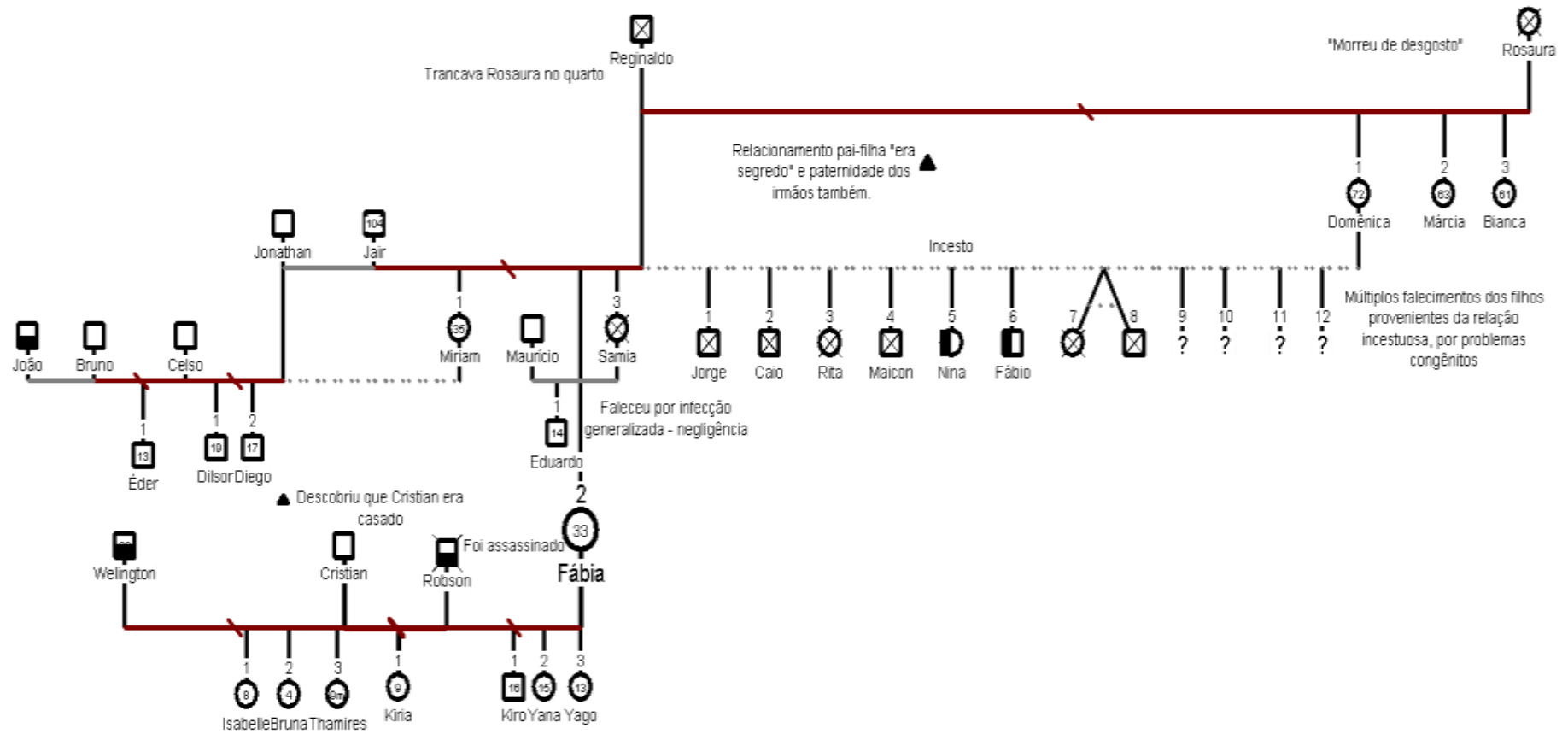


## Família 7: Camila





## Família 9: Fábria



## ANEXOS

### ANEXO A – Normas do Periódico *Psicologia: Teoria e Pesquisa*<sup>5</sup>

#### Objetivo e política editorial

##### *Tipos de Colaboração Aceita pela Revista*

A Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa* publica artigos originais vinculados a quatro grandes áreas temáticas: (a) Ciências do Comportamento e Neurociências; (b) Psicologia do Desenvolvimento e Escolar; (c) Psicologia Clínica e Cultura; e (d) **Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações**.

Adotam-se as normas de publicação da Sétima Edição do Manual de Publicação da American Psychological Association (APA, 2019). Os autores interessados em submeter manuscritos a *Psicologia: Teoria e Pesquisa* devem seguir rigorosamente as normas descritas no manual da APA.

Os manuscritos deverão obedecer às especificações de sua respectiva categoria, devendo ser apresentados em fonte 12, Times New Roman, margens 2,5 cm e espaçamento duplo. Não devem constar citações no Resumo.

No concernente aos tipos de contribuição, conforme as normas da APA, a *Psicologia: Teoria e Pesquisa* aceita manuscritos que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. **Estudos Empíricos:** Trata-se de relatos de pesquisa original com fontes de dados primários ou secundários. Sua estrutura típica consiste em diferentes seções que refletem os estágios do processo de investigação e que aparecem na seguinte ordem: introdução (desenvolvimento do problema com revisão da literatura empírica concernente ao problema e apresentação dos propósitos de investigação); método (descrição dos participantes/sujeitos, instrumentos, materiais/equipamentos e procedimentos utilizados para condução da pesquisa); resultados (relato dos achados e análises); e discussão (sumário, interpretação e implicações dos resultados). Este tipo de contribuição está limitado a 30 páginas, incluindo resumo, abstract, figuras, tabelas e referências. O resumo e o abstract devem ter, cada um, no máximo 120 palavras.

---

<sup>5</sup> Estão sinalizadas em negrito a categoria (Estudo Empírico) e tema (Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) que as autoras entendem que se enquadra o Artigo 1.

2. Revisão da Literatura: Trata-se de sínteses de pesquisa ou meta-análises e consistem em avaliação crítica de material já publicado. O propósito deste tipo de contribuição é que os autores integrem e avaliem material previamente publicado, considerando o progresso da pesquisa e buscando clarificar um problema específico. É importante que tragam contribuições relevantes e analisem um conjunto considerável de publicações. É esperado que os autores: (a) definam claramente um problema; (b) sumarizem investigações prévias para informar o leitor sobre o estado da pesquisa; (c) identifiquem relações, contradições, lacunas e/ou inconsistências na literatura; e (d) sugiram próximos passos de investigação para a resolução dos problemas identificados. Não há uma estrutura de seções pré-definida para este tipo de contribuição, de forma que os autores devem buscar um formato coerente para o texto. É fundamental que haja um argumento organizador e não somente uma compilação de pesquisas já realizadas. Este tipo de contribuição está limitado a 30 páginas incluindo resumo, abstract, figuras, tabelas e referências. O resumo e o abstract devem ter, cada um, no máximo 120 palavras.

3. Artigos Teóricos: Trata-se de trabalhos baseados na literatura empírica vigente para propor avanços teóricos. Espera-se que os autores apresentem o desenvolvimento de uma teoria para expandir ou refinar construtos teóricos, apresentem uma nova teoria ou analisem uma teoria existente, apresentando suas fraquezas ou demonstrando a vantagem de uma teoria sobre outra. Usualmente os autores de contribuições desta natureza analisam a consistência interna de uma teoria, bem como sua validade externa. As seções podem variar como forma de busca de consistência. É fundamental que haja um elemento propositivo no texto. Este tipo de contribuição está limitado a 30 páginas (espaçamento duplo), incluindo resumo, abstract, figuras, tabelas e referências. O resumo e o abstract devem ter, cada um, no máximo 120 palavras.

4. Artigos Metodológicos: Trata-se da apresentação de novas abordagens metodológicas, modificação de métodos existentes ou discussões sobre abordagens analíticas de dados para a comunidade científica. O uso de dados empíricos, neste caso, serve unicamente como ilustração da técnica de análise de dados. Este tipo de contribuição está limitado a 30 páginas, incluindo resumo, abstract, figuras, tabelas e referências. O resumo e o abstract devem ter, cada um, no máximo 120 palavras.

*Apreciação pelo Conselho Editorial*

O manuscrito que se enquadra nas categorias acima descritas é aceito para análise pressupondo-se que: (a) o mesmo trabalho não foi publicado e nem está sendo submetido para publicação em outro periódico; (b) todas as pessoas listadas como autores aprovaram o seu encaminhamento com vistas à publicação na revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*; (c) qualquer pessoa citada como fonte de comunicação pessoal aprovou a citação; (d) os autores seguiram todos os procedimentos éticos recomendados pelos padrões adotados pela Revista.

A primeira avaliação do trabalho é realizada pela Direção de *Psicologia: Teoria e Pesquisa* e consiste na análise rigorosa da adequação do manuscrito às normas da Revista, considerando, especialmente, dois aspectos: tipo de contribuição (suas características principais, definidas neste documento e no manual da APA) e as normas de redação e formatação do manual da APA. Os manuscritos que forem considerados como não aderentes às normas terão sua tramitação interrompida e os autores informados da decisão.

Os trabalhos que atenderem às normas serão enviados para apreciação do Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores ad hoc a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus manuscritos.

Os trabalhos que atenderem às normas serão enviados e apreciados pelo Conselho Editorial, que poderá fazer uso de consultores ad hoc a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus manuscritos.

Pequenas modificações no texto poderão ser feitas pela Direção ou pelo Conselho Editorial da Revista. Quando este julgar necessárias modificações substanciais, o autor será notificado e encarregado de fazê-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo estipulado.

### *Direitos Autorais*

#### 1. Artigos publicados em *Psicologia: Teoria e Pesquisa*

Os direitos autorais dos manuscritos publicados por *Psicologia: Teoria e Pesquisa* permanecem propriedade dos autores, que cedem o direito de primeira publicação à revista. Os autores devem reconhecer adequadamente a revista em publicações posteriores do manuscrito.

#### 2. Reprodução parcial de outras publicações

Manuscritos submetidos que contiverem partes de texto extraídas de outras publicações deverão obedecer aos limites especificados para garantir originalidade do trabalho submetido. O manuscrito que contiver reprodução de uma ou mais figuras, tabelas, desenhos e instrumentos extraídos de outras publicações só será encaminhado para análise se vier acompanhado de permissão escrita do detentor do direito autoral do trabalho original para a reprodução especificada em *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. A permissão deve ser endereçada ao autor do trabalho submetido. Em nenhuma circunstância *Psicologia: Teoria e Pesquisa* e os autores dos trabalhos publicados nesta Revista repassarão direitos assim obtidos.

Não há taxas para submissão e avaliação de artigos. Mas há taxas para publicação de artigos.

A Revista adota o sistema iThenticate para identificação de plágio.

## ANEXO B – Normas do Periódico Estudos e Pesquisas em Psicologia

### NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Estudos e Pesquisas em Psicologia<sup>6</sup> recebe textos em português, inglês e espanhol nos seguintes formatos:

- **Relato de pesquisa:** investigação baseada em dados empíricos, utilizando metodologia científica. Deve ter entre 15 e 25 páginas, incluindo resumo, abstract, resumen, figuras, tabelas e referências, sem contabilizar a folha de rosto (anexada como documento suplementar). Sugestão de subtópicos: Introdução, Método (Participantes, Instrumentos, Procedimentos (coleta de dados e éticos), Análise de dados, Resultados, Discussão (ou Resultados e Discussão, em conjunto) e Considerações Finais (optativo). No caso de Resultados e Discussão em um só tópico, as Considerações Finais são obrigatórias.
- Estudo teórico/revisão de literatura: análise de construtos teóricos, discussão de temas e problemas fundamentos teoricamente, levando ao questionamento de modelos existentes, à reflexão crítica de temas ou conceitos, culminando em apontamentos que sugiram uma perspectiva crítica e inovadora no campo da Psicologia e suas interfaces. Deve ter entre 15 e 25 páginas, incluindo resumo, abstract, resumen, figuras, tabelas e referências, sem contabilizar a folha de rosto (anexada como documento suplementar).
- Resenha: resumo crítico de obras nacionais (publicadas nos últimos dois anos) ou estrangeiras (publicadas até 5 anos), cujo objetivo é orientar o leitor em relação a aspectos do livro, como características, possibilidades e contribuições para o campo da Psicologia. Deve ter entre 6 e 10 páginas, incluindo resumo, abstract, resumen e referências, sem contabilizar a folha de rosto (anexada como documento suplementar). São admitidas também Resenhas de filmes, que devem demonstrar claramente o vínculo com o campo da Psicologia. Além disso, deve, obrigatoriamente, identificar um referencial teórico.
- Relato de experiência: relato completo e sucinto de experiência profissional, de relevância social e científica e com resultados ainda que parciais. Deve ter entre 15 e 25 páginas,

---

<sup>6</sup> Estão sinalizadas em negrito o formato (Relato de Pesquisa) e a seção (Psicologia Social) que as autoras entendem que se enquadra o Artigo 2.

incluindo resumo, abstract, resumen, figuras, tabelas e referências, sem contabilizar a folha de rosto (anexada como documento suplementar).

- Tradução: traduções de textos (artigos, ensaios etc.) relevantes para a área e inexistentes em língua portuguesa. Deve conter título, nome(s) do(s) autor(es) e do(s) tradutor(es). É necessário o envio de cópia digitalizada do original utilizado na tradução, bem como da autorização digitalizada (do editor e/ou do autor) para publicação. Não há limite de páginas.

- Entrevista: realizadas com autores ou profissionais com contribuição relevante para a área. Devem conter o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador (ES) e uma apresentação de no máximo uma página, visando situar o entrevistado para os leitores. É necessário o envio de concordância do(s) entrevistado(s) com a publicação do material. Não há limite de páginas.

#### PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS:

Os textos devem ser digitados em Microsoft Word e com espaço entre linhas duplo, com margem esquerda, direita, inferior e superior de 2,5 cm, em fonte Times New Roman, corpo 12, sendo que todas as páginas devem estar numeradas (canto superior direito) e alinhamento justificado. A revista adota as normas e estilo de publicação do Publication Manual of the American Psychological Association - APA (6a edição, 2012).

No ato da submissão, o autor deverá enviar três arquivos:

1) Texto do manuscrito

A apresentação dos manuscritos deve seguir a seguinte ordem:

- Títulos

Com no máximo de 15 palavras, em português, inglês e espanhol. O título deve ser centralizado e conter letras iniciais de cada palavra em maiúsculas e minúsculas. Não colocar em Negrito.

- Resumo em português, em inglês (Abstract) e em espanhol (Resumen)

Os resumos devem conter de 150 a 200 palavras, espaço entre linhas simples e com alinhamento justificado. Não devem conter citações e nem abreviações.

- Para Relato de pesquisa, o resumo deve incluir, obrigatoriamente, uma descrição sumária do problema investigado, objetivo, características pertinentes da amostra, método utilizado para a coleta de dados, resultados e conclusões (ou considerações finais, no caso de estudos qualitativos). As considerações finais devem apresentar as implicações ou aplicações do conhecimento produzido.

- Fornecer, após o resumo, de três a cinco palavras-chave (em português, inglês e espanhol), com iniciais minúsculas e separadas com vírgula. Para utilizar descritores mais adequados, consulte a lista de terminologias BVS-Psi que pode ser acessada pelo link: [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)

- Estrutura do Texto

- O texto deve ter uma organização de reconhecimento fácil, sinalizada por um sistema de títulos e subtítulos que reflitam esta organização. Como a introdução do manuscrito é facilmente identificada pela sua posição no texto, não é necessário inserir o título “Introdução”.

Toda a estrutura do texto deve estar de acordo com as normas e estilo de publicação do Publication Manual of the American Psychological Association - APA (6ª edição, 2012).

- Notas de rodapé. Devem ser evitadas sempre que possível. No entanto, se não houver outra possibilidade, devem ser inseridas por algarismos arábicos no texto e colocadas como notas de fim.

- Figuras e Tabelas. Os locais sugeridos para inserção de figuras e tabelas deverão ser indicados no texto e as mesmas deverão ser apresentadas após as Referências, uma por página. As palavras Figuras e Tabelas, que aparecem no texto, devem, sempre, ser escritas com a primeira letra em maiúscula e devem vir acompanhadas do número respectivo ao qual se referem. As normas da APA 6ª Edição não incluem a denominação Quadros ou Gráficos, apenas Tabelas e Figuras. Ver mais detalhes em Apresentação de Figuras e Tabelas.

Caso o manuscrito apresente fotografias de pessoas, deverá ser enviada uma permissão assinada por elas autorizando o uso de sua imagem. Também é necessário o envio de uma carta original de autorização do fotógrafo ou empresa que detém a concessão e o direito de uso da imagem. O corpo da carta deve conter que o fotógrafo ou a empresa é detentor dos direitos sobre as imagens e que dá direito de reprodução para a revista Estudos e Pesquisas

em Psicologia. É importante salientar que os autores são responsáveis por eventuais problemas de direitos de reprodução das imagens que compõem o manuscrito e que a Estudos e Pesquisas em Psicologia não se responsabiliza com custo de direitos de propriedades de imagem em qualquer modalidade.

- Citações dos autores. As citações de autores deverão ser feitas de acordo com as normas da APA 6ª Edição. Todos os nomes de autores, cujos trabalhos forem citados, devem ser seguidos da data da publicação, na primeira vez que forem citados em cada parágrafo. No caso de transcrição na íntegra de um texto, ela deve ser delimitada por aspas e a citação do autor deve ser seguida do número da página citada. Uma citação literal com 40 ou mais palavras deve ser apresentada em um novo parágrafo, corpo 12 e recuo de 1,25cm da margem esquerda. Não use comandos como negrito ou itálicos nessa seção. Os grifos devem ser sublinhados.

O manuscrito deve possuir no máximo três autocitações, considerando todos os autores do manuscrito submetido. Em caso de autocitação no manuscrito que possa levar à identificação de autoria e comprometer a avaliação cega por pares, o nome do autor deve ser retirado do corpo do trabalho e substituído por AUTOR e o ano da publicação no corpo do texto (exemplo: “AUTOR, 2020) e no início da lista de Referências - e não na sequência alfabética – por “Autor, ano de publicação - incluir referência após a avaliação por pares” (exemplo: Autor, 2020 - incluir referência após a avaliação por pares). As informações omitidas para avaliação deverão ser inseridas na folha de rosto.

- Listas de Referências. Os relatos de pesquisas, estudos teóricos, resenhas, relatos de experiência, tradução e entrevista devem ter, no máximo, 30 referências. Para revisão de literatura serão aceitas até 40 referências. Utilize espaço duplo, deslocamento de 1,25 cm e não deixe espaço entre as citações. As referências devem ser citadas em ordem alfabética, pelo sobrenome dos autores, que não deve ser substituído por traços ou travessões. As referências devem aparecer segundo as orientações da APA 6ª Edição. Conforme as normas da APA 6ª Edição, os artigos em periódicos com DOI devem apresentar seu número (por exemplo, doi: XX.XXX/XXXX-XXXXXX). Para os artigos em períodos sem DOI, Dissertações e Teses e outras referências, deve-se fornecer os URLs (por exemplo, Recuperado de <http://...>). O DOI e URL devem estar ativos e prontos para acesso imediato. Não são aceitas referências de trabalhos em avaliação, somente no prelo.

## 2) Folha de Rosto

- Os autores devem baixar o modelo de Folha de Rosto neste link e enviar como “Documento Suplementar”.

- A seção a que o texto está sendo submetido: Psicologia do Desenvolvimento, **Psicologia Social**, Psicologia Clínica, Psicanálise ou História da Psicologia;

- O tipo de texto: Relato de pesquisa, estudo teórico/revisão de literatura, resenha, relato de experiência, tradução e entrevista.

- Título com máximo de 15 palavras, em português, inglês e espanhol;

- Nome(s) do(s) autor(es), filiação institucional, ORCID, minicurrículo com até 150 caracteres, endereço para correspondência, telefone e e-mail de cada autor;

- Indicação da contribuição específica de cada autor, tendo por requisito mínimo para crédito de autoria: (a) Participação ativa da discussão dos resultados; (b) Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

- Informações sobre financiamentos obtidos (se houver)

Chamamos a atenção dos autores para que retirem do texto e do arquivo enviado à revista qualquer tipo de identificação, a fim de preservar a sua identidade. Orientações em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/help/view/editorial/topic/000044>>.

### 3) Checklist de submissão

O (a) autor (a) principal deve baixar o Checklist de submissão disponível neste link, assinar, digitalizar e enviar como “Documento Suplementar”.

### APRESENTAÇÃO DE FIGURAS OU TABELAS:

É necessário assinalar no texto onde devem aparecer as Figuras e Tabelas, que devem ser inseridas ao final do texto, uma em cada página. Devem seguir o formato definido na Sexta edição do Manual de Publicação da American Psychological Association (APA, 2012).

As Figuras devem ser apresentadas no formato "JPEG" de 200dpi a 400dpi.

As Tabelas, incluindo título e notas, deverão ser produzidas em preto e branco com a ferramenta Inserir do Word (não colar como figura) e inseridas uma por página, ao final das

referências. A tabela não poderá exceder 17,5 cm de largura por 23,7 cm de comprimento. Para outros detalhes, especialmente em casos atípicos, o manual da APA deve ser consultado. A quantidade de figuras e tabelas não deve exceder cinco unidades.

#### APRESENTAÇÃO DAS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS:

A apresentação das citações e referências deve seguir a Sexta Edição do Manual de Publicação da American Psychological Association (APA, 2012).

Deve-se evitar notas de rodapé. Caso sejam imprescindíveis, devem ser apresentadas como notas de fim, conforme o Sexta Edição do Manual de Publicação da American Psychological Association (APA, 2012).

#### PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS TEXTOS:

- Os editores avaliarão o conteúdo textual (procurando identificar plágio), identificarão submissões duplicadas, textos já publicados e possíveis fraudes em pesquisa;
- O texto será enviado para avaliação duplo-cega de acordo com os critérios de publicação da Estudos e Pesquisas em Psicologia;
- A aprovação final do artigo é de responsabilidade do conselho editorial.

Os formulários de avaliação preenchidos serão encaminhados aos autores. Se indicarem a necessidade de correção e houver interesse do(s) autor(es) em reformular o texto, este deve vir acompanhado de uma carta de reformulação ao editor onde conste a reprodução das solicitações dos avaliadores, como foram atendidas e as justificativas das não atendidas. As alterações no corpo do texto reformulado devem vir obrigatoriamente em fonte de cor azul, SEM o uso da ferramenta “COMENTÁRIOS” do Word;

A Comissão Editorial reserva-se o direito de efetuar pequenas alterações ou cortes no trabalho, com o objetivo de uniformizá-lo aos critérios de publicação da revista, desde que nenhuma destas alterações resulte em modificações de conteúdo. A Comissão Editorial reserva-se, ainda, o direito de decidir sobre casos especiais, a fim de manter a qualidade e periodicidade da revista.

## ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE  
PORTO ALEGRE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica; um estudo sobre violência interpessoal, transgeracionalidade e redes sociais pessoais

**Pesquisador:** Mariana Gonçalves Boeckel

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 15383019.3.0000.5345

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.458.839

#### Apresentação do Projeto:

Pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão mais sujeitas a uma fragilização de suas relações, tendo, ademais, dificuldades de acessar políticas públicas o que, muitas vezes, acarreta na ocorrência de fenômenos violentos. Quando se fala em violência interpessoal, pode-se dizer que a intensidade de seu impacto na vida das pessoas está relacionada a características mais comuns em classes sociais baixas (nutrição deficitária, traumas prévios e abuso na infância) e às características da agressão (intensidade, duração e natureza). Para Sluzki (1997), a experiência social de vulnerabilidade coloca as pessoas em uma posição de menor saber, visto que muitas vezes estas precisam contar com instituições para prover condições básicas, e estas instituições acabam por exercer poder sobre elas. Nesse sentido, este trabalho se propõe a conhecer as experiências de violências (interpessoais) transgeracionais e atuais, assim como a rede social pessoal de dez mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em Centro de Referência de Assistência Social em uma cidade na região metropolitana de uma capital do Brasil. O estudo será qualitativo, de estudos de casos múltiplos, com delineamento transversal. Serão utilizados como instrumentos: Ficha de dados sociodemográficos, Genograma Familiar, instrumento de Redes Sociais Pessoais. A relevância deste trabalho é justamente poder compreender de que modo se apresentam as Redes Sociais Pessoais dessas mulheres, em termos de estrutura, função e qualidade do vínculo, entendendo se esta pode ou não ser protetiva no acometimento de violência interpessoal na história atual das participantes – à luz de uma

**Endereço:** Rua Sarmento Leite, 245

**Bairro:** Sarmento

**CEP:** 91.050-170

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3303-8804

**E-mail:** osp@ufcspa.edu.br

Continuação do Parecer: 3.458.839

compreensão sistêmica relacional do fenômeno. A partir destes achados, intenciona-se fomentar estratégias de fortalecimento das RSP e de prevenção de fenômenos violentos a partir do principal serviço do CRAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Compreender as fragilidades familiares é primordial para trabalhar no incremento da função protetiva das famílias, a partir do fortalecimento de seus vínculos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Conhecer as experiências de violências (interpessoais) transgeracionais e atuais, assim como a rede social pessoal de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em Centro de Referência de Assistência Social em uma cidade na região metropolitana de uma capital do Brasil.

Objetivo Secundário:

- Conhecer as características sociodemográficas desta população;- Analisar as características de Rede Social Pessoal em termos de estrutura, função e qualidade e assim compreender de que formas a Rede Social Pessoal pode ser protetiva ou gerar vulnerabilidades em termos de ocorrência de violências atuais;- Compreender o histórico de violências sofridas transgeracionalmente e os impactos nas violências experienciadas atualmente;- Refletir sobre as concepções de gênero, de forma transgeracional, na família das participantes.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Esta pesquisa implica em mínimo risco de danos, contudo, o estudo pode despertar certa fragilização emocional a partir das entrevistas realizadas. Nesse sentido, as autoras se responsabilizam por oferecer acolhida particularizada nos CRAS caso ocorram os danos anteriormente citados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de relevância científica e social.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Além dos documentos obrigatórios solicitados pela Plataforma Brasil como de preenchimento obrigatório, o pesquisador anexou todos os outros documentos conforme está previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012. Apresentou também a Carta Resposta retificando todas as recomendações feitas anteriormente.

**Endereço:** Rua Sarmento Leite, 245

**Bairro:** Sarmento

**CEP:** 91.050-170

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3303-8804

**E-mail:** osp@ufcspa.edu.br

Continuação do Parecer: 3.458.839

**Recomendações:**

O projeto atende a todos os critérios éticos e metodológicos estabelecidos e está adequado para execução.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto atende a todos os critérios éticos e metodológicos estabelecidos e está adequado para execução.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

De acordo com o parecer do Relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1364028.pdf	01/07/2019 12:24:20		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	30/06/2019 16:38:26	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEnovo.pdf	30/06/2019 16:37:52	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/05/2019 17:25:38	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
Outros	compromissorelatorio.pdf	30/05/2019 17:19:37	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
Outros	anuencia3.pdf	30/05/2019 17:19:22	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
Outros	anuencia2.pdf	30/05/2019 17:19:02	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
Outros	anuencia1.pdf	30/05/2019 17:18:28	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDePesquisa.pdf	30/05/2019 17:17:00	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito

**Endereço:** Rua Sarmento Leite, 245

**Bairro:** Sarmento

**CEP:** 91.050-170

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3303-8804

**E-mail:** osp@ufcspa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE  
PORTO ALEGRE



Continuação do Parecer: 3.458.838

Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	30/05/2019 17:16:48	VANESSA RUSSI FIORINI	Aceito
----------------	------------------	------------------------	--------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 17 de Julho de 2019

---

**Assinado por:**  
**Luciane Dalcanale Moussalle**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Sarmento Leite, 245

**Bairro:** Sarmento

**CEP:** 91.050-170

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3303-8804

**E-mail:** osp@ufcspa.edu.br